



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

CENTRO REGIONAL DE BRAGA

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

- Género -

Uma Dimensão Oculta na Prática Profissional do/a Assistente Social?

II CICLO DE ESTUDOS EM SERVIÇO SOCIAL

Andreia Raquel Fernandes Borges

Sob Orientação da
Professora Doutora Fernanda Rodrigues

Braga, 2009





Género - Uma Dimensão Oculta na Prática Profissional do/a Assistente Social?

Andreia
Borges

Braga
2009

Resumo

O presente trabalho de investigação intitulado de “Género – Uma Dimensão Oculta na prática profissional do/a Assistente Social?”, encerra uma proposta de reflexão em torno da ligação do género com o Serviço Social. Para tal, procuramos identificar as percepções dos/as Assistentes Sociais quanto ao género, subjacentes à sua prática profissional, buscando propostas de melhoria neste campo.

Para a consecução dos objectivos deste trabalho procedemos em primeiro lugar a uma problematização em torno do conceito de género, bem como, das suas implicações nas relações sociais (capítulo 1). Num segundo momento, foi nosso objectivo aprofundar e compreender os subterfúgios da desigualdade de género, a nível micro, meso e macro (capítulo 2). Reflectimos ainda sobre o património histórico do Serviço Social à luz do género, as suas implicações para o projecto profissional e, por fim, a sua ligação à emergência do Serviço Social Feminista (capítulo 3). A fundamentação da escolha metodológica demonstra a opção pelas metodologias qualitativas, nomeadamente, através de entrevistas semi-estruturadas, tornadas visíveis à luz da análise de conteúdo (capítulo 4). Chegadas/os à fase da análise e discussão de dados demos visibilidade aos discursos profissionais, quanto à sua percepção em relação ao género, desigualdades de género e práticas profissionais (capítulo 5).

Verifica-se entre as profissionais entrevistadas uma pluralidade de entendimentos face ao lugar e peso da dimensão de género na prática profissional, o que nos levou a reflectir justificadamente no reforço do tema no âmbito da reconceptualização formativa e reconceptualização da prática profissional.

Introdução

O presente trabalho de investigação, desenvolvido no âmbito do Mestrado em Serviço Social, intitula-se de “*Género – uma dimensão oculta na prática profissional do/a Assistente Social?*”. Constitui-se como o culminar de um processo de aprendizagem, desconstrução e construção, de reflexões e interrogações, de ideias e crenças pessoais e profissionais. Constitui-se, também, como um momento de consolidação académica, dentro do amplo espectro de interesses do Serviço Social Crítico.

Todas/os, enquanto cidadãos/cidadãs, encontramos em algum momento da nossa vida um sentimento de desigualdade por sermos mulheres ou homens. A sociedade, de forma geral, está estruturada para reconhecer em homens e mulheres atributos e competências diferentes e nem sempre complementares. Este pensamento fez-nos reflectir na “imunidade” da prática profissional do Serviço Social como um meio para a não reprodução de ideologias discriminatórias.

O presente trabalho encontra-se estruturado em cinco capítulos que se reconhecem, como outros tantos elementos, de compreensão sobre a temática. O capítulo 1 reporta à compreensão do conceito de género, no que se refere à sua emergência, aos actores/actrizes em presença, à sua influência nas relações sociais entre homens e mulheres, e no papel da(s) construção(oes) sociais em torno do género.

O capítulo 2 aborda as desigualdades de género na vida hodierna, mais concretamente na forma como a construção das políticas sociais influenciam os níveis micro, meso e macro, na forma como é construída a desigualdade.

O capítulo 3 dá a conhecer a história do Serviço Social, vista à luz do género. Tentamos perceber em que medida as discriminações, em geral e as de género, em particular, podem influenciar o projecto profissional, concretamente na apreensão e aplicação dos princípios éticos de não discriminação e justiça social. Pretende também apresentar o Serviço Social Feminista enquanto modo de pensamento e de intervenção no seu comprometimento com a mudança social e superação das desigualdades de género. Neste capítulo clarificaram-se metodologias feministas no Serviço Social, enquanto meios favoráveis à promoção de igualdade (designadamente pelo uso da auto e hetero-reflexão relativamente ao papel do género na prática profissional).

O capítulo 4 reflecte a (re)valorização do papel da investigação em Serviço Social (profissão comumente considerada como meramente prática), designadamente ao estudar as condições de vida das pessoas e ao explicitar esse mesmo conhecimento, enquanto forma de cooperação na melhoria da condição de vida da população. Dentro do quadro de investigação teórico-prática sinalizamos as metodologias qualitativas, enquanto sensíveis ao reconhecimento das subjectividades, modos de viver e compreender as dinâmicas da sociedade e, como tal, intimamente ligados aos objectivos da prática profissional do Serviço Social. É, assim, um trabalho cujo foco de análise coloca as relações profissionais como espaço de investigação da problemática da (des)igualdade nas relações sociais. Realizaram-se doze entrevistas semi-estruturadas, dirigidas a Assistentes Sociais, bem como pesquisa bibliográfica em torno de conceitos e autores chave para a compreensão da temática.

O capítulo 5 apresenta a análise e discussão de dados focando, em particular, a percepção sobre o conceito de género, a percepção sobre as desigualdades de género e sobre as práticas profissionais do Serviço Social na sua relação com as questões de Género. Com esta análise não se visa a generalização das conclusões desta dissertação, mas tão só poder ilustrar modos de olhar a realidade de género e propostas contributivas da habilitação reforçada desta categoria profissional. Este trabalho, sem poder escamotear as insuficiências, visa proporcionar-se como um explicitador do entendimento dos/as Assistentes Sociais em relação ao género e às suas consequências na vivência humana e na mudança social

Agradecimentos

Obrigada a todas as colegas entrevistadas, sem a disponibilidade que demonstraram, hospitalidade com que me receberam, e motivação com que me responderam não conseguiria construir este trabalho...

Obrigada Professora Fernanda, sem o exercício de autonomia e reflexão constante com que construímos esta orientação e a minha identidade profissional, não teria sido possível iniciar, construir e cimentar este sonho...

Obrigada, Francisco o teu suporte, apoio e motivação constante foram fundamentais, sem eles não teria sido capaz de mergulhar neste percurso da forma como o fiz...

Obrigada Mãe, as raízes e autonomia que me transmitiu permitiram-me agarrar e enfrentar os desafios que a vida me ofereceu...

Obrigada aos meus sobrinhos, Nicole, Edgar e Francisco é também por vós que persisto neste sonho...

Obrigada às minhas amigas, pelas vezes que me ouviram atentamente, pela motivação que me transmitiram nos momentos de desânimo e pelo apoio imprescindível na formatação do trabalho...

Obrigada Professora Sofia Neves reconheço em si a pessoa que me despoletou o interesse sobre as questões de género...

Por fim, obrigada a todas/os aquelas/es que de forma directa ou indirecta contribuíram para a construção deste SONHO...

Resumo

O presente trabalho de investigação intitulado de “Género – Uma Dimensão Oculta na prática profissional do/a Assistente Social?”, encerra uma proposta de reflexão em torno da ligação do género com o Serviço Social. Para tal, procuramos identificar as percepções dos/as Assistentes Sociais quanto ao género, subjacentes à sua prática profissional, buscando propostas de melhoria neste campo.

Para a consecução dos objectivos deste trabalho procedemos em primeiro lugar a uma problematização em torno do conceito de género, bem como, das suas implicações nas relações sociais (capítulo 1). Num segundo momento, foi nosso objectivo aprofundar e compreender os subterfúgios da desigualdade de género, a nível micro, meso e macro (capítulo 2). Reflectimos ainda sobre o património histórico do Serviço Social à luz do género, as suas implicações para o projecto profissional e, por fim, a sua ligação à emergência do Serviço Social Feminista (capítulo 3). A fundamentação da escolha metodológica demonstra a opção pelas metodologias qualitativas, nomeadamente, através de entrevistas semi-estruturadas, tornadas visíveis à luz da análise de conteúdo (capítulo 4). Chegadas/os à fase da análise e discussão de dados demos visibilidade aos discursos profissionais, quanto à sua percepção em relação ao género, desigualdades de género e práticas profissionais (capítulo 5).

Verifica-se entre as profissionais entrevistadas uma pluralidade de entendimentos face ao lugar e peso da dimensão de género na prática profissional, o que nos levou a reflectir justificadamente no reforço do tema no âmbito da reconceptualização formativa e reconceptualização da prática profissional.

Abstract

This work of research entitled "Gender - A Hidden Dimension in the practice of the Social Worker" brings a proposal for discussion of the connection of gender and social work. To achieve this end, we identify the perceptions of social workers towards gender, and its relation with its practice, seeking proposals for improvement in this field.

To achieve the objectives of this study we discussed the concept of gender as well as their implications for social relations (Chapter 1). Second, our objective was to understand the subterfuge of gender inequality, at micro, meso and macro levels (Chapter 2). Reflect the heritage of the Social Service in the light of gender, the implications for the work project and, finally, its connection to the emergence of Feminist Social Work (Chapter 3). The methodological choice presents qualitative methodologies, in particular, semi-structured interview, made visible by the content analysis (Chapter 4).

The analysis and discussion becomes visible the professionals speeches, concerning their perceptions on gender, inequalities of gender and professional practices (Chapter 5).

Among the interviewed professionals there are a number of agreements over the place and weight of the gender dimension in professional practice, which led us to rightly reflect the strengthening of the subject within the training and professional practice.

Índice

Resumos

Agradecimentos

Introdução 1

Capítulo 1. A construção do género 3

1.1. Homens e Mulheres – raízes de uma história... 3

1.2. Sexo e Género: oposição, diluição ou complementaridade? 6

1.3. Género, a construção... 11

Capítulo 2. Construção vs. Desconstrução da Desigualdade 15

2.1. Estado Homogeneizador ou heterogeneizante? 15

2.2. Mecanismos de Exclusão e Desigualdade Social: Racismo e Sexismo... 19

2.3. Veios da Desigualdade de Género na actualidade 21

2.4. Os Subterfúgios da Igualdade de Género... 28

Capítulo 3. Serviço Social: raízes, actualidade e género 33

3.1. O Serviço Social e as suas raízes 33

3.2. Projecto (s) profissional (ais): parte de uma fatia maior 38

3.3. O pendor da (in) formação 41

3.4. A Emergência do Serviço Social Feminista 45

3.5. Serviço Social Feminista e as suas metodologias	50
Capítulo 4. Fundamentação da escolha metodológica de investigação	53
<hr/>	
4.1. Como consubstanciar o percurso definido	60
4.2. Análise de Conteúdo – possibilidade ou utopia?	62
4.3. Retroalimentação das dimensões	64
Capítulo 5. Análise e discussão de resultados	70
<hr/>	
5.1. Visibilidade das Percepções de Género nos Discursos Profissionais	70
5.2. Visibilidade das percepções sobre a Desigualdade de Género nos Discursos Profissionais	75
5.3. Visibilidade das Percepções sobre práticas profissionais do Serviço Social e Género nos Discursos Profissionais	79
5.4. Breve Síntese – Afinal que percepções têm as assistentes sociais entrevistadas quanto ao género?	90
Considerações Finais	98
Referências bibliográficas	102
Anexos	107

Índice de Quadros

- Quadro nº 1** Governadores e vice-governadores (N.º) do Banco de Portugal por Localização geográfica (Continente) e Sexo
- Quadro nº 2** Presidentes dos Municípios (N.º) por Sexo
- Quadro nº 3** Alunos matriculados no ensino superior (Nº) por sexo e Curso/grau académico (ensino superior) – Anual
- Quadro nº 4** Beneficiários de fundos de investigação (Nº) por sexo
- Quadro nº 5** Alunos matriculados no ensino superior (Licenciatura – Nº) por sexo e área de educação e formação dados 2005

Índice de anexos

Anexo 1 – Guião de Entrevista

Anexo 2 - Transcrições das Entrevistas

Introdução

O presente trabalho de investigação, desenvolvido no âmbito do Mestrado em Serviço Social, intitula-se de “*Género – uma dimensão oculta na prática profissional do/a Assistente Social?*”. Constitui-se como o culminar de um processo de aprendizagem, desconstrução e construção, de reflexões e interrogações, de ideias e crenças pessoais e profissionais. Constitui-se, também, como um momento de consolidação académica, dentro do amplo espectro de interesses do Serviço Social Crítico.

Todas/os, enquanto cidadãs/cidadãos, encontramos em algum momento da nossa vida um sentimento de desigualdade por sermos mulheres ou homens. A sociedade, de forma geral, está estruturada para reconhecer em homens e mulheres atributos e competências diferentes e nem sempre complementares. Este pensamento fez-nos reflectir na “imunidade” da prática profissional do Serviço Social como um meio para a não reprodução de ideologias discriminatórias.

O presente trabalho encontra-se estruturado em cinco capítulos que se reconhecem, como outros tantos elementos, para a compreensão sobre a temática. O capítulo 1 reporta à compreensão do conceito de género, no que se refere à sua emergência, aos actores/actrizes em presença, à sua influência nas relações sociais entre homens e mulheres, e no papel da(s) construção(ões) sociais em torno do género.

O capítulo 2 aborda as desigualdades de género na vida hodierna, mais concretamente na forma como a construção das políticas sociais influenciam os níveis micro, meso e macro, na forma como é construída a desigualdade.

O capítulo 3 dá a conhecer a história do Serviço Social, vista à luz do género. Tentamos perceber em que medida as discriminações, em geral e as de género, em particular, podem influenciar o projecto profissional, concretamente na apreensão e aplicação dos princípios éticos de não discriminação e justiça social. Pretende também apresentar o Serviço Social Feminista enquanto modo de pensamento e de intervenção no seu comprometimento com a mudança social e superação das desigualdades de género. Neste capítulo clarificaram-se metodologias feministas no Serviço Social, enquanto meios favoráveis à promoção de igualdade (designadamente pelo uso da auto e hetero-reflexão relativamente ao papel do género na prática profissional).

O capítulo 4 reflecte a (re)valorização do papel da investigação em Serviço Social (profissão comumente considerada como meramente prática), designadamente ao estudar as condições de vida das pessoas e ao explicitar esse mesmo conhecimento, enquanto forma de cooperação na melhoria da condição de vida da população. Dentro do quadro de investigação teórico-prática sinalizamos as metodologias qualitativas, enquanto sensíveis ao reconhecimento das subjectividades, modos de viver e compreender as dinâmicas da sociedade e, como tal, intimamente ligados aos objectivos da prática profissional do Serviço Social. É, assim, um trabalho cujo foco de análise coloca as relações profissionais como espaço de investigação da problemática da (des)igualdade nas relações sociais. Realizaram-se doze entrevistas semi-estruturadas, dirigidas a Assistentes Sociais, bem como pesquisa bibliográfica em torno de conceitos e autores chave para a compreensão da temática.

O capítulo 5 apresenta a análise e discussão de dados focando, em particular, a percepção sobre o conceito de género, a percepção sobre as desigualdades de género e sobre as práticas profissionais do Serviço Social na sua relação com as questões de Género. Com esta análise não se visa a generalização das conclusões desta dissertação, mas tão só poder ilustrar modos de olhar a realidade de género e propostas contributivas para a habilitação reforçada desta categoria profissional. Este trabalho, sem poder escamotear as insuficiências, visa proporcionar-se como um explicitador do entendimento dos/as Assistentes Sociais em relação ao género e às suas consequências na vivência humana e na mudança social.

Capítulo 1. A Construção do Género

1.1. Homens e Mulheres – raízes de uma história ...

Pensar naquilo que é ser homem e mulher na actualidade, transporta-nos para a reflexão de um conjunto de artefactos históricos, culturais, económicos, sociais que formam e informam os nossos pensamentos e, por consequência, as nossas acções. Apesar de hoje em dia, as questões em torno da concepção de homem e mulher se terem, de alguma forma, disseminado dentro da comunidade interventiva e académica, mas não tanto em contexto da população em geral, é importante lembrar que nem sempre foi assim. Durante muito tempo, acreditou-se e tentou-se comprovar que homens e mulheres tinham naturalmente atributos e competências hierarquizadas de forma desigual.

A partir do século XVIII, começaram a surgir dúvidas sobre as diferenças comportamentais entre homens e mulheres. Os fundamentos para estas dúvidas eram de tipo biológico, por um lado, colocavam as mulheres num plano inferior porque não teriam a mesma força física, nem a mesma inteligência do que os homens, e por outro lado, colocavam-nas num plano superior, pois eram as únicas que podiam gerar crianças, e assim dar continuidade à sobrevivência da sociedade (Romero, 2006:3). Tais pensamentos remetem-nos para crenças biológicas, que estruturariam os nossos comportamentos e funções na sociedade. Num primeiro momento da história, as desigualdades entre homens e mulheres foram então caracterizadas por diferenças biológicas, “ (...) o tamanho da cabeça das mulheres era tido como um indicador seguro da sua inferioridade intelectual (...) (Amâncio, 1994:17). Considerava-se que, pelo facto de a cabeça da mulher ser de dimensão mais pequena do que a dos homens, as mulheres seriam menos inteligentes, e daí a sua inferioridade social, cultural, económica ser justificada, não merecendo sequer que o tema fosse valorizado.

Num segundo momento, a inferioridade das mulheres justificou-se tendo em conta a não presença das mesmas, entre as figuras de destaque da sociedade, como cientistas, políticos, industriais, etc. (Amâncio, 1994:18). No fim do século XIX e início do século XX, constatava-se com maior veemência que as mulheres não ocupavam lugares considerados de destaque na sociedade, era importante na altura, que para a

continuidade da organização da civilização, as mulheres continuassem afectas àquilo que melhor “conseguiam” fazer, que era o cuidar da casa e dos filhos, campo em que eram consideradas não substituíveis.

Para além da diferença do tamanho do cérebro, e do papel da presença feminina na continuidade da sociedade, também as características do funcionamento hormonal serviram para justificar a sua inferioridade. No caso das mulheres, sinais como a irritabilidade, a ansiedade, a falta de explicação sobre o síndrome pré-menstrual, a predisposição biológica para a maternidade poderiam também explicar a afectividade e passividade do «temperamento» feminino (Amâncio, 1994:18). Na altura referida, por ausência/insuficiência de evolução médica, social, psicológica, as alterações hormonais eram utilizadas como critérios depreciativos para as mulheres.

Para além dos factores anteriormente descritos, também pensadores das ciências sociais, nomeadamente da sociologia (Durkheim e Parsons) consideravam que as diferenças entre homens e mulheres, deveriam estruturar a divisão do trabalho. Defendiam que “ (...) a perda de capacidades intelectuais é indispensável para que as mulheres desenvolvam os atributos que distinguem a feminilidade, e lhes permitem a especialização em funções afectivas, enquanto que as funções intelectuais ficam reservadas aos homens (Amâncio, 1994:19). De alguma forma, a mulher era vista como alguém, cujas capacidades estariam confinadas à afectividade e ao altruísmo, enquanto os homens, seriam os únicos capazes de desempenhar funções profissionalmente reconhecidas. A visão assimétrica de homens e mulheres, leva-nos a reflectir nos efeitos da preponderância destes pensamentos para a divisão sexual do trabalho e, para a possibilidade da ciência traduzir na altura, não acontecimentos e pensamentos neutros, mas antes condicionados e classificatórios vindos do pensamento masculino.

A imagem dissemelhante de homens e mulheres no início do século XX, continuava a ser cimentada em variadas frentes nomeadamente na comunicação social “ (...) e em particular pela literatura dirigida às mulheres nas revistas femininas, enquanto que o cinema se encarregava de acentuar uma imagem ideal de mulher cuja feminilidade era essencialmente sensual e dependente e na qual a astúcia e a sedução substituíam a inteligência (Amâncio, 1994:22).

As mulheres acabavam por assumir papéis centrados na promoção e manutenção da feminilidade, através de roupas que evidenciassem os seus atributos físicos, da aprendizagem sobre o cuidar da casa e das crianças, preparando o seu lar para receber o marido no final do seu trabalho, colocando num plano inferior o desempenho de uma actividade profissional remunerada e depreciando o valor das tarefas que desempenhavam na família.

A distinção das pessoas, tendo em conta serem do sexo feminino ou masculino demonstrou-se como factor de influência nas questões da divisão do trabalho e, por consequência, na influência que as mesmas têm no estatuto social. Nascer de um ou de outro sexo, poderia predestinar as pessoas à concretização de um conjunto bem definido de actividades, influenciadas/criadas pela sociedade, incorporando deste modo, formas de estar e pensar a nossa vivência na sociedade. Se tivermos em conta uma perspectiva intergeracional, podemos imaginar que todos/as aqueles/as que nasceram neste contexto, acreditavam que homens e mulheres tinham apetências antagónicas e não complementares, até porque aquilo que as mulheres faziam não poderia ser feito por homens, porque tinham predisposições diferentes. A partir destas concepções, o mundo estruturou-se nas variadas vertentes, profissionais, familiares, económicas e culturais de forma desigual, não merecendo sequer questionamento, pois tal lógica, foi sendo aprovada e subscrita por grandes pensadores, ao longo da história.

Entendia-se de facto, que o equilíbrio da personalidade masculina resulta precisamente da diversidade de papéis, enquanto o da personalidade feminina se restringe ao desempenho do papel familiar. Por outro lado, o papel ocupacional masculino é considerado o mais importante dos diversos papéis que caracterizam a vida adulta e a principal fonte de estatuto e rendimento para a família, mesmo quando as mulheres têm uma actividade profissional (Amâncio, 1994:21).

Contudo, porquê a emergência num dado momento das sociedades de um novo conceito, o género? Será que o conceito de sexo não explicava as possíveis diferenças entre mulheres e homens?

1.2. Sexo e Género: oposição, diluição ou complementaridade?

O género, foi originalmente usado em termos linguísticos, para descrever as regras formais que dizem respeito ao feminino e ao masculino, podendo ser analisado como um fenómeno cultural, social e linguístico. Na sequência do movimento feminista (que vinha emergindo desde a altura da Revolução Francesa) nos anos 70, as feministas, começaram a usar o conceito de género, para se referirem à organização social do relacionamento entre sexos. Os movimentos organizados de mulheres, remontam ao séc. XVIII e a preocupação vigente, na altura, entre as feministas prendia-se com a sua emancipação relativamente a um estatuto civil subordinado. As mulheres começam a entrar no domínio político, não pela sua representação efectiva na tomada de decisão, mas pela pressão que conseguiram desenvolver na camada política. A primeira vaga de feminismos preocupou-se com a regularização jurídica da posição das mulheres na conquista de direitos iguais e com a defesa/valorização das diferenças (Nogueira, 2001:5).

A segunda vaga de feminismos, por volta dos anos 60 (e que se prolonga mais ou menos até meados dos anos 80) inicia o percurso da entrada das mulheres no mercado de trabalho, a luta pela regulamentação do divórcio e pela utilização de métodos contraceptivos. Segundo Neves (2008:38), “a segunda vaga do feminismo diz respeito à fase do ressurgimento da expressão feminista em 1960 e 1970, muito marcada pelo protesto em torno das desigualdades sofridas pelas mulheres, com especial predominância nas áreas da família, da sexualidade e do trabalho.” Nesta altura, as feministas criaram o conceito de género para insistir na existência de uma distinção social, baseada no sexo e para se posicionarem pela rejeição do determinismo biológico (Anselmi & Law, 1998: 18). Mulheres e homens foram diferenciados/as tendo por base as suas características físicas, o que começou a partir dos anos a ser insuficiente para caracterizar as relações sociais.

Mais recentemente – demasiado recentemente para ser possível encontrar-se em dicionários ou na *Encyclopedia of the Social Sciences* -, as feministas começaram a usar o termo “género” duma

forma mais literal e seria para designar a organização social das relações sociais entre sexos (Scott J., cit. in Crespo et al., 2008:49).

Tendo em conta que o conceito de género surgiu para afastar a classificação e sectorização das pessoas pelo seu sexo, importa clarificar os conceitos sexo e género. Sexo, refere-se segundo Giddens (2002,121) a “ (...) diferenças biológicas e anatómicas entre homens e mulheres - de actividade sexual.” O sexo refere-se ao domínio da biologia, logo às diferenças biológicas, com as quais se nasce e pelas quais tradicionalmente se diferenciam homens e mulheres.

O conceito de género emergiu para denunciar a tradicional classificação e distinção baseada no sexo, caracterizando assim, de forma mais abrangente a actividade desenvolvida por mulheres e homens.

“Género” também enfatiza o aspecto relacional das definições normativas de feminilidade. Aqui as analogias com classe e raça eram explícitas; efectivamente, as investigadoras de estudos sobre as mulheres mais politicamente envolvidas invocam estas três categorias como sendo cruciais na escrita de uma nova história (Scott J., cit. in Crespo et al., 2008:50).

Existem várias formas de analisar, observar, estruturar, construir e reconstruir o género, contudo, é preponderante reflecti-lo como um conceito dinâmico na medida em que, atravessa e é atravessado, por outras categorias tradicionalmente discriminadas, como são a classe social, a etnia, a pertença a dada comunidade religiosa, etc. Assim, o género encerra em si dimensões subjectivas, apesar de estruturantes, podendo analisar-se duas dimensões nas quais são observadas as diferenças de género nos relacionamentos; a primeira dimensão reporta-se à explicação estrutural vs. explicação individual e a segunda dimensão inclui a explicação socialização vs. explicação biológica.

No que concerne à explicação estrutural, esta diz respeito à ideia de que o nosso comportamento é determinado por forças exteriores, constrangimentos, ou seja, as exigências situacionais e expectativas ocasionam as diferenças de género. Por isso, o facto de as mulheres serem vistas primariamente em certos países, nos papéis de mãe, professora, e os homens noutros, como presidente e técnico afecta as expectativas em relação a homens e mulheres e às suas características. A explicação individual ignora o meio em que cada pessoa está inserida, apontando para que o nosso comportamento é influenciado pelos traços e características pessoais, assumindo que, porque mulheres e

homens são biologicamente diferentes terão que, conseqüentemente, ter comportamentos diferentes (Winstead, Derlega & Rosa, 1997: 5).

A segunda dimensão concerne à explicação socialização vs. explicação biológica. A primeira explicação, diz respeito à maneira como a família, a sociedade e a cultura afectam o desenvolvimento das nossas características individuais e aponta para a forma como somos educados/as pelo facto de sermos homens ou mulheres (Winstead, Derlega & Rosa, 1997: 5/9). As pessoas aprendem e apreendem as suas funções através da socialização que lhes é favorecida através da interacção com a família, na escola, com os amigos/as, confluindo todos estes prismas para a criação do papel de mulher e homem. “Antes das crianças se poderem, com precisão, auto-rotularem de «menino» ou «menina», recebem uma vasta gama de indicadores pré-verbais. Os brinquedos, os livros de histórias e os programas de televisão com os quais as crianças estão em contacto tendem a realçar as diferenças entre os atributos masculinos e femininos” (Giddens, 2002: 124).

Por seu turno a explicação biológica, focaliza-se nas diferenças biológicas entre homens e mulheres, as quais condicionarão e diferenciarão os seus comportamentos (Winstead, Derlega & Rosa, 1997:12).

Pensadores reconhecidos das ciências sociais, como, Sigmund Freud, corroboravam a lógica biológica do comportamento humano:

Segundo esta teoria, por volta dos quatro ou cinco anos, um rapaz sente-se ameaçado pela disciplina e autonomia que o seu pai exige de si, fantasiando que o seu pai deseja remover o seu pénis. Ao reprimir sentimentos eróticos pela mãe e aceitar o pai como um ser superior, o rapaz identifica-se com este ultimo e torna-se consciente da sua identidade masculina. As raparigas, por seu lado, supostamente sentem «inveja do pénis», por não terem o órgão sexual visível que distingue os rapazes. A mãe fica desvalorizada aos olhos da rapariguinha, uma vez que a ela também lhe falta um pénis e é incapaz de lhe proporcionar um. No momento em que se identifica com a mãe, assume uma atitude de submissão implicada no reconhecimento de ser uma «segunda escolha» (Giddens, 2002:129).

Esta breve incursão permite-nos constatar que existem várias formas de analisar a categoria género: por um lado uns/umas acreditam que as diferenças biológicas determinam as diferenças comportamentais entre homens e mulheres logo, o seu acesso a determinado estatuto, por outro lado, esclarece-nos que o género (mais concretamente

os papéis e traços de género) é construído por via da socialização que nos é proporcionada.

De alguma forma, o binómio feminino/ afectivo/ casa vs. masculino/agressividade/exterior induz a continuidade de uma divisão entre espaço privado, destinado às mulheres e o público que estaria destinado aos homens. Tal factor, acabou por, numa primeira fase, limitar o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, encarcerando cada vez mais a sua actividade no campo doméstico, enquanto cuidadoras da casa. Numa fase posterior, encarcerou as mulheres a profissões consideradas como uma continuidade do espaço doméstico, como cuidar de crianças, cuidar de idosos, ensinar, etc.

Os anos 70, representaram o renascimento dos movimentos feministas, que numa fase inicial, tal como referido, lutaram pelo sufrágio universal, contudo, rapidamente o estudo do género, tornou-se uma das questões de maior preocupação no mundo ocidental. Em vilas, cidades, emergiram grupos de mulheres, preocupadas com questões como igualdade de oportunidades, violência doméstica, violação, aborto e saúde. Também nesta época, foram publicados uma série de livros sobre o papel das mulheres na sociedade, o que contribuiu para a mudança da própria sociedade civil (Powell, 2001:150).

Embora as preocupações feministas fossem reconhecidas como fundamentais, gerou-se um sentimento de ridicularização destes movimentos que ainda hoje persiste. “(...) em meados da década de 80, o feminismo começou a ficar “fora de moda”, e esta informação foi sistematicamente veiculada pelos meios de comunicação social. Esta é, apenas uma das razões entre muitas, para se designar a terceira vaga, por pós-feminismo” (Nogueira, 2001:7). Muitas mulheres, embora se preocupem e sintam a desigualdade, rejeitam pensar que sejam feministas, talvez em parte devido a um fenómeno designado por Backlash.

O Backlash é um movimento anti-feminista que se opõe a qualquer medida que possa constituir um progresso para a igualdade, os direitos e as oportunidades das mulheres. Apesar de unísono defenderem a distribuição equitativa do poder económico, social, político e cultural para as mulheres e para os homens, os feminismos não podem ser confundidos com um todo homogéneo, uma vez que representam espaços diversos de debate sobre o que é e como deve ser construída a

igualdade entre homens e mulheres e reclamam, cada um deles, metodologias e instrumentos específicos de análise e de intervenção social (Neves, 2005:38).

Ressalvamos deste modo que, falar em género, não é só falar em mulheres, porque falar na história das mulheres, é simultaneamente abordar a história dos homens. Reflectimos o género, como conceito que revaloriza o papel de mulheres e homens como complementares, dando corpo a identidades subjectivas e não obrigatoriamente relacionadas com o pendor biológico que todos/as transportamos. “Além disso, o género é sobretudo usado para designar as relações sociais entre os sexos. Género torna-se assim uma forma de referência às “construções culturais” – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis apropriados para homens e para mulheres (Scott J., cit. in Crespo et al., 2008:53).

Na esteira de Nunes (2007:34) género é aquilo que:

(...) ao longo do tempo, as sociedades humanas estabeleceram como indicadores de feminilidade e de masculinidade e que se repercute, quer na construção social dos modos de ser mulher e de ser homem e na organização social das relações entre os dois sexos, quer nos significados atribuídos à realidade social no seu conjunto, assente em múltiplos colectivos a partir dos quais cada individuo se situa face a si próprio e face aos outros.

Segundo Lourenço (2004:2):

(...) género é uma categoria ontológica e histórica, tendo como referente o sexo, do qual distanciou-se por conta das mediações históricas, incidindo numa dinâmica de poder, sendo constituinte e constituído pelas, nas e através das relações sociais e, portanto omnipresente.

De forma conclusiva, e tendo em vista encontrar uma definição aglutinadora que incorporasse todas as dimensões acima descritas, propomos a definição de Joan Scott (cit. in Crespo et al., 2008:65) que nos aponta para que “género é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças visíveis de sexo, e género é uma forma primária de nos referirmos a relações de poder.” Aquilo que a autora nos refere é que, género é uma categoria de análise que surgiu para promover o afastamento da condicionante biológica das pessoas e, por consequência, das discrepâncias de poder estabelecidas pelas comparações entre sexos.

Na esteira da análise da mesma autora, o género divide-se em duas formulações possíveis: a primeira remete para que este está incorporado nas relações sociais, e que nestas engloba quatro elementos interligados entre si:

Primeiro os símbolos disponíveis em uma determinada cultura (...). Segundo, conceitos normativos que avançam interpretações dos sentidos dos símbolos (...). Este tipo de análise terá obrigatoriamente de incluir uma noção de política e uma referência às instituições e organizações sociais – o terceiro aspecto das relações de género. O quarto aspecto do género é a identidade subjectiva. (...) (Scott J., cit. in Crespo et al., 2008:66).

As ilações retiradas a partir desses símbolos podem emanar de doutrinas religiosas, educativas, científicas, legais e políticas, o que nos poderá permitir reflectir que as identidades de género, são construídas através de relações sociais, incorporando uma série de actividades, de representações culturais historicamente reconhecidas.

Na segunda formulação “ (...) género é uma forma primária de demonstração das relações de poder. Por isso, género torna-se uma forma de descodificar significados e de compreender a complexidade das várias formas de interacção humana” (Scott J., cit. in Crespo et al., 2008: 68).

A autora acrescenta, assim, o conceito de poder, demonstrado pelo facto de um sexo ter associado comportamentos de supremacia em relação ao outro, tal como o caso dos homens em relação às mulheres, terá originado a condição de menoridade das mulheres. Deste modo, o género constitui-se como uma categoria social, pois constrói-se no imaginário que comporta as crenças e os valores que prevalecem numa sociedade.

1.3. Género, a Construção ...

O ponto anterior versava numa clarificação conceptual sobre a emergência e definição do conceito de género. Contudo, tendo em conta que, a sociedade em que nos encontramos é simultaneamente um misto de história, actualidade e futuro, onde vários são os prismas de análise sobre um fenómeno em particular. Torna-se premente reflectir se género é um conceito que transmite aquilo que comumente se reconhece como

critérios para feminilidade e masculinidade, não enquanto critérios estáticos mas sim dinâmicos, e se a socialização inicial é também factor preponderante para a criação do nosso ideal de feminilidade ou masculinidade, ou se existem outras formas de apreensão e (re)apreensão desta consciência.

(...) o género é muito mais do que aprender a comportar-se como rapaz ou rapariga. As diferenças de género são algo com que vivemos diariamente. Por outras palavras, o género não existe por si só. No decorrer de milhares de pequenas acções diárias, reproduzimos socialmente – fazemos e refazemos – o género (Giddens, 2002: 128).

O desenvolvimento de personalidades (a)genderizadas, incorpora a normatividade da sociedade, tornando o género uma categoria construída diariamente, evidenciando que, em alguns momentos da nossa vida, enalteçemos características tradicionalmente associadas a um ou outro sexo, tornando assim, o género uma categoria dinâmica e em, constante reconstrução. Deste modo, a categoria género pode ser construída pelo “ (...) discurso do género [que] envolve a construção da masculinidade e da feminilidade como pólos opostos e a essencialização das diferenças daí resultantes” (Nogueira, 2004:271). Esta reflexão aponta-nos para o poder das várias ideias existentes em cada um/a de nós, enquanto construtores/as de ideologias. Estas ideologias são pensamentos que nos incorporam e constroem nomeadamente, pela narrativa visível através dos discursos que vão cimentando formas de ver e reconhecer homens e mulheres.

O género nesta perspectiva é o significado que concordamos imputar a determinada classe de transacções entre indivíduos e contextos ambientais. Os factores que definem uma transacção particular como feminina ou masculina não são os sexos dos actores, mas sim os parâmetros situacionais nos quais determinada “performance” ocorre. Desta maneira o género pode ser concebido apenas como o termo dado a um conjunto de interacções comportamento - meio envolvente, que concordamos caracterizar para os membros de um sexo (Nogueira, 2004:273).

No artigo de Candace West e Don Zimmerman onde se reflecte a construção do género, considerado como um dos mais importantes escritos no estudo do género, os autores discutem que o género não é nada que somos, mas algo que fazemos. O género é continuamente reconstruído à luz das concepções normativas de homem e mulher. As pessoas agem de acordo com aquilo que está predefinido como apropriado ao comportamento masculino e feminino, o que não quer dizer que o façam em todos os momentos. Existem momentos em que, de acordo com a situação, nos comportamos como tradicionalmente homens ou mulheres se comportariam. Estas concepções de

homem e mulher mudam ainda ao longo do tempo, de acordo com o grupo étnico de pertença e a situação social (Deutsch, 2007:106).

O conceito “fazer o género”, da responsabilidade de Candace West e Don Zimmerman mudou o foco do estudo do género, enfatizando a socialização como factor principal para a diferença genderizada entre homens e mulheres. As pessoas internalizam um conjunto de comportamentos ou práticas e identidades, que foram moldados pelos pais, professores/as e outras figuras de autoridade. As teorias da socialização, defendem que os indivíduos internalizam normas genderizadas que são salientes enquanto crescem. O modelo de “fazer o género” por seu lado defende que as pessoas respondem a normas contemporâneas em alteração (Deutsch, 2007:107). Na sociedade hodierna, homens e mulheres vivem o paradoxo de terem e poderem comportar-se de forma diferenciada mediante a situação e contexto em presença. No caso dos homens, na sua vida profissional remunerada, demonstram e corroboram comportamentos tradicionalmente associados a homens mas, no seu domínio privado cada vez mais se envolvem em tarefas tradicionalmente atribuídas às mulheres.

Para visões estruturalistas as diferenças de género emergem dos diferentes recursos aos quais homens e mulheres têm acesso ao longo dos diferentes locais que ocupam. Por exemplo, uma abordagem estrutural, pode explicar as desigualdades na distribuição das tarefas de casa, como uma consequência da vida dos homens, os quais realizam menos tarefas em casa, por causa dos seus maiores afazeres fora desta. Contudo, estudos baseados na abordagem de “fazer o género” demonstram que a desigualdade na distribuição do trabalho doméstico persiste, mesmo quando as mulheres contribuem com metade das despesas domésticas e é, por vezes exacerbado, quando as mulheres ganham mais dinheiro do que os homens (Deutsch, 2007:108). As relações estabelecidas entre homens e mulheres podem identificar-se como relações de género, ou seja “ (...) um conjunto de imagens e lugares competitivos e/ou complementares que serão disputados estrategicamente, por homens e mulheres que integram diferentes fracções de classe e raça/etnia, em cada contexto histórico.” (Almeida cit. in Veloso, 2001:2) Neste sentido, as relações de género, são desenvolvidas e protagonizadas por homens e mulheres, acrescentando a sua presença a determinada classe e etnia. Tal, leva-nos a reflectir o poder das discriminações múltiplas, pois ser mulher, cigana e

desempregada, poderá ter pendor mais discriminatório do que ser mulher, branca e desempregada.

Existem várias razões para suspeitar que, tanto crenças culturais quanto os contextos sociais relacionais têm um papel significativo no sistema de género. Se o género é um sistema que constitui a diferença e organiza a desigualdade na base dessa diferença aí, o espectro das crenças culturais que definem e, distinguem características de homens e mulheres, e as expectativas acerca do seu comportamento são claramente uma peça central desse sistema, pois mais profundamente do que a etnia e a classe social, homens e mulheres entram em contacto uns/umas com outros/as com maior frequência e muitas vezes, de forma mais íntima. Ao contrário de muitas outras diferenças sociais, o género entra em casa conosco, estando envolvido na reprodução das relações heterossexuais (Ridgeway & Correll, 2004:512).

O género é deste modo, uma invenção das sociedades humanas, uma "peça de imaginação" com facetas múltiplas: construir adultos (homens e mulheres desde a infância), construir "arranjos sociais" que sustentam as diferenças nas consciências de homens e mulheres (divisão das esferas da vida privada/pública, por exemplo) e a criação de significado, em resumo, criar as estruturas linguísticas que modelam e disciplinam a nossa imaginação (Nogueira, 2004:271).

O género incorpora, assim, a norma da sociedade organizando as relações sociais, pois a construção que fazemos da realidade que nos envolve, e que normaliza a sociedade, e que de alguma maneira enforma as relações de poder e de dominância, poderá tornar-se como um dos princípios estruturantes, excludentes, integradores e discriminatórios da sociedade. Somos encaminhados/as para a realidade de que não somos nem seremos, seres que nascem e se constroem sem influências. Cada um/a de nós inicia a construção dos seus traços de personalidade, sendo incluído/a no emaranhado de relações sociais estruturadas, que nos constroem e delimitam as nossas preferências pessoais, sociais e profissionais.

Daí que, se aquilo que importa do ponto de vista do Serviço Social, é intervir nas interações sociais, deve perceber-se que as interações sociais estão incorporadas por forças visíveis e invisíveis mas presentes, para as quais é fundamental estarmos alerta. A abordagem "fazer o género" foi invocada e analisada, pois é do nosso ponto de vista uma abordagem dinâmica, que nos permite encontrar propostas de mudança o que, para o Serviço Social, é fundamental. Não seria para nós pertinente, a realização de um

trabalho a partir do qual nada pudéssemos introduzir para a melhoria da realidade existente. De facto, um dos pontos principais é que o género é um conceito criado e recriado na interacção social e, por isso, este é também o local das mudanças a decorrer e para fazer acontecer.

Capítulo 2 - A Construção vs. Desconstrução da Desigualdade

2.1. Estado Homogeneizador ou heterogeneizante?

Ao longo deste capítulo, propomo-nos perceber quais os mecanismos que cooperam na manutenção da desigualdade e da discriminação, pois acreditamos que apenas através do seu conhecimento, poderemos pensar intervenções para a sua minimização. A igualdade entre os homens e as mulheres desenvolve-se também pela lei, ou seja, através da igualdade consagrada na lei enquanto cidadão/ã proprietário/a de direitos e deveres, e das oportunidades que daí advêm.

Perceber os fenómenos, que conduziram à necessidade de promover igualdade, é antes de mais, tentar perceber quais os fenómenos, que conduziram à desigualdade social/exclusão social. Do nosso ponto de vista, se temos necessidade de perceber os subterfúgios da igualdade, é porque nos deparamos com discriminações, que impedem determinados grupos de aceder a locais desejados. Deste modo, encaramos a exclusão social, como

O processo pelo qual certos indivíduos e grupos são sistematicamente impedidos de aceder a posições que lhes permitiriam uma forma de vida autónoma dentro das normas sociais, enquadrados por instituições e valores, num determinado contexto (Castells cit. in Stoer, Magalhães & Rodrigues, 2004:155).

De forma visível, o confronto com a pobreza e exclusão social ocorreu por altura da Revolução Industrial, momento que coincidiu quer com os primeiros movimentos filantrópicos (que dariam origem ao Serviço Social) quer com movimentos por parte de organismos organizados, tendo em vista a normalização da sociedade. Vieram a desenvolver-se ideais, concretamente, os da social – democracia defensora dos direitos sociais, por influência do fabianismo e do socialismo ético. Nesta fase, foi imprescindível o contributo de Tawney, defensor de uma sociedade mais igualitária, fazendo da luta pelos direitos sociais um dos pilares do Estado de Bem Estar Social (Alcock,1998). Esta forma política de Estado, nasceu por altura de 1945, precisamente após a 2ª Guerra Mundial:

(...) inaugura-se a fase de constituição de um Estado social e economicamente activo, de implementação dos principais sistemas sociais de carácter universal e redistributivo e, ao mesmo tempo, de intervenção na economia de mercado, a fim de relançar a actividade industrial, em face da forte desagregação das estruturas sociais e da recessão económica (Mozicafreddo, 1997:16).

O Estado – Providência, consistia em “providenciar” políticas sociais que permitissem a estabilidade social por meio da redistribuição de benefícios, tratava-se simultaneamente, de um Estado interventor na economia de mercado, centralizador porque chamava a si todas as formas de regulação e, universal por abranger todos/as os/as cidadãos/ãs. Em contexto de 2ª Guerra Mundial, o Estado-Providência teve uma assinalável receptividade social, uma vez que a população, que havia sido terrivelmente afectada, ansiava por algo que a protegesse da miséria vigente. Pela sua característica de homogeneização de todos/as os/as cidadãos/ãs, não havia uma assumpção da exclusão/diferença, que se dava a conhecer, já na altura. Esta situação pode dever-se a vários factores, por um lado, como vimos, era possivelmente uma característica da própria organização política, por outro lado, “na época de glória da teoria de modernização – nos anos 50/60 – “podia-se” ser etnocentrista porque as culturas do mundo estavam bastantes distantes umas das outras” (Stoer, 2001). A partir do momento em que começam a sentir-se os efeitos da globalização, assumida nesta reflexão como “(...) um fenómeno multifacetado com dimensões económicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo” (Santos,2001:32). Esta interligação assume contornos específicos, que se reflectem nas vivências diárias de cada um/a dos/as cidadãos/ãs, de cada Estado-nação, concretamente no que concerne ao confronto com a diferença existente inicialmente noutros países,

como é o exemplo das lutas dos movimentos feministas iniciados num primeiro momento, com mais saliência nos Estados Unidos da América. Assim, a partir do momento em que as especificidades nacionais se dão a conhecer, surgem as dificuldades para este Estado homogeneizador.

De alguma forma, a mundialização destes fenómenos de exclusão social contribuiu para a:

emergência ou na amplificação de situações de risco social, através de processos por vezes muito complexos de ruptura dos equilíbrios sociais à escala global. O desemprego cíclico, os empregos precários e mal pagos, a insegurança social, a informalização do mercado de trabalho, o trabalho infantil, ma sobreexploração das mulheres e dos idosos, as várias discriminações no trabalho (...) são apenas alguns dos sinais do lado negro do sistema económico em que vivemos, o capitalismo globalizado (Hespanha & Carapineiro, 2002:13).

Acrescentamos a esta análise, uma nova variante que se prende com a pressão exercida pelo capitalismo e que, como iremos constatar, poderá ter condicionado os processos de igualdade. A partir do momento em que os fenómenos se tornam globais, a preocupação com as diferenças/exclusões, torna-se geral, colocando também a descoberto algumas das insuficiências do Estado-Providência, no que concerne à opção por políticas homogeneizantes, pensando a igualdade por via da minimização ou mesmo opressão das diferenças.

Um exemplo desta minimização das diferenças, torna-se visível pelas acusações vindas de variados movimentos, nomeadamente movimentos feministas, que criticavam o paternalismo existente e os ecologistas que criticavam o autoritarismo e a massificação resultante do modelo económico. Os neo-liberais criticavam ainda as grandes tendências da estrutura do Estado:

(...) objecto de críticas por parte de investigadores feministas, porque um modelo fundado num Estado/mercado não tem em conta a dimensão específica do género nem a forma como as mulheres são consideradas pelas políticas sociais postas em prática. Uma primeira crítica tem a ver com o facto de a análise da relação Estado/mercado, no que diz respeito à prestação social, não tem em linha de conta o papel da família como prestadoras de serviços sociais. O trabalho não remunerado das mulheres no domicílio é ignorado. A divisão sexual do trabalho, tanto no seio do Estado, como no do mercado da família é igualmente ignorada (Belanger, 2000:303).

Tal como referido, o Estado-Providência pretendia-se redistributivo, assumindo a igualdade por via da homogeneização, rejeitando ou minimizando as especificidades. Pode referir-se neste domínio, o papel relegado quer para com pessoas com perturbações mentais, com incapacidade/deficiência e, para com as mulheres. Belanger (2000, 304), argumenta, que:

(...) a análise, em termos do regime do Estado-Providência, ignora a dimensão sexual da estratificação. A maioria dos homens beneficia de direitos sociais baseados no seu estatuto de assalariado, enquanto que muitas mulheres apenas beneficiam de direitos derivados do seu papel familiar ou marital, como esposa ou como mãe.

A mulher acabava por ter de manter a sua submissão, pois o trabalho doméstico, não importava para os descontos da Segurança Social, acabando por perpetuar a sua dependência em relação ao marido.

As políticas sociais do Estado-Providência articularam muitas vezes o sistema da desigualdade com o sistema da exclusão. Por exemplo, a prestação da segurança social às famílias pressupôs sempre a família bissexual, monogâmica e legalmente casada, excluindo as famílias de casais monossexuais, bígamos ou simplesmente sem base em casamento (Santos, 1995:19).

A exigência de determinados tipos de família para atribuição de prestações sociais, demonstra-nos de uma forma muito concreta que as medidas de política social regulam o agir dos/as cidadãos/as, e eventualmente poderá mesmo falar-se de um moldar ideológico dos/as cidadãos/ãs.

O dispositivo ideológico da luta contra a desigualdade e a exclusão é o universalismo (...) paradoxalmente pode assumir duas formas na aparência contraditórias: o universalismo anti-diferencialista que opera na negação das diferenças e o universalismo diferencialista que opera na absolutização das diferenças (Santos,1995:6).

O Estado-Providência demonstrava ter como pano de fundo uma grande presença de universalismo antidiferencialista, pois olhava para todos/as os/as cidadãos/ãs de forma homogénea, não levando em conta as suas diferenças:

Se o universalismo antidiferencialista opera pela descaracterização das diferenças e, por essa via, reproduz a hierarquização que elas comandam, o universalismo diferencialista opera pela negação das hierarquias que organizam a multiplicidade das diferenças (Santos, 1995:6).

Nas próprias medidas de política social, podem encontrar-se estas formas de exclusão, senão vejamos, será que nos conteúdos das políticas sociais vem reforçada a componente do género ou da multiculturalidade em geral?

Estas políticas representam o máximo de consciência possível da modernidade capitalista na luta contra a desigualdade e a exclusão. O Estado tem de tentar validar socialmente essa partilha através de critérios tais como o louco ou o criminoso perigoso (...) o desvio ou orientação sexual tolerável ou intolerável (Santos, 1995:7).

É importante reflectir qual o pendor que estas políticas tiveram, pois estes discursos revelaram a nossa acção com as diferenças. À medida que a desconstrução da diferença vai sendo assumida e a pressão internacional por via da globalização, vai sendo exercida, os Estados sentem necessidade de desenhar políticas que transportem as pessoas do sistema da exclusão, para o sistema da desigualdade. De um modo geral, a diferença é vista mas não integrada, o Estado limita-se a fazer a sua gestão controlada, mantendo-a dentro da normalidade, para que não perturbe a organização capitalista da sociedade.

A igualdade passaria pela incorporação de valores transmitidos nacionalmente, promovendo deste modo a gestão da desigualdade dentro de valores considerados normais. O primeiro ponto deste capítulo, visa compreender o contributo do Estado para a manutenção da desigualdade. Através desta breve análise, pudemos perceber que as suas medidas de política social, mantinham a desigualdade entre homens e mulheres, acabando por moldar também a intervenção dos/as Assistentes Sociais, enquanto implementadores/as das mesmas. Se pensarmos a sociedade como um misto de forças, reflectimos no quanto é importante a supremacia, que emana do Estado, daí que se as políticas não forem pensadas de forma igualitária acabam por produzir desigualdades.

2.2. Mecanismos de Exclusão e Desigualdade Social: Racismo e Sexismo ...

O modelo estatal a que nos referimos anteriormente entrou em declínio, este terá ocorrido em parte pelo choque petrolífero de 1973, provocando uma crise mundial e proporcionando grande margem de questionamento deste modelo de regulação social, o

qual, entra em crise “(...) por um lado, produz a desigualdade e a exclusão e, por outro, procura mantê-las dentro de limites funcionais (...)” (Santos, 1995:8). Mais uma vez, o objectivo parece não ser confrontar a diferença, mas regulá-la através de práticas paliativas que, ao partilhar, nem que fosse de forma indirecta, da ideologia universalista antidiferencialista (que anteriormente referimos) acabaria por reproduzir a mesma.

Esta situação surge, em parte, devido a um modelo de regulação política, que mediu forças com a organização capitalista da sociedade denotando “(...) duas outras formas de hierarquização que são, de algum modo, híbridas uma vez que contêm elementos próprios da desigualdade e da exclusão: o racismo e o sexismo” (Santos, 1995:3). Se esta é uma reflexão que pretende iniciar a compreensão da construção da diferença, importa-nos reflectir sobre quais são os sistemas de poder que maioritariamente estruturam(raram) a sociedade, na sua relação com a diferença.

(...) moderar a contradição contida na criação de estados soberanos no interior de um sistema inter-estatal onde existe um único tipo de divisão de trabalho racismo/sexismo é precisamente o que legitima as reais desigualdades (Wallerstein, I., 1990).

Para uma profissão como o Serviço Social, é fundamental o alerta para o reconhecimento de estereótipos e preconceitos, tal como o caso do sexismo, este “(...) é incongruente com os princípios da democracia porque atenta contra os conceitos de igualdade, justiça e liberdade humana” (Neves, 2005:264). Uma profissão que tem como um dos valores centrais a justiça social, terá obrigatoriamente, de estar atenta a estas manifestações implícitas e por vezes explícitas de desigualdade.

Este processo faria germinar o sexismo como “(...) expressão social, política e pessoal do patriarcado; o sistema de valores do modelo patriarcal imprime ao sexismo o valor da “norma”, quando na realidade ele é psicologicamente destrutivo e, muitas vezes, uma forma de psicopatologia” (Albee cit. in Neves, 2005:264) De alguma forma, se retivermos que o modelo patriarcal deposita no sexismo um valor de norma social, esta é/pode ser uma ideologia, que nos constrói sem que nos apercebamos e que, de alguma forma, a vamos reproduzindo.

O patriarcado é classicamente definido como a supremacia do pai sobre os restantes membros da família e a dominação do homem sobre a mulher e as crianças em todos os aspectos da vida social e cultural. Este sistema de desigualdades oprime a mulher porque lhe retira a possibilidade de partilha das responsabilidades e viola os mais elementares Direitos Humanos (Neves, 2005:264).

“No caso do racismo, o princípio de exclusão assenta na hierarquia das raças (...). No caso do sexismo, o princípio da exclusão assenta na distinção entre espaço público e o espaço privado e o princípio da integração desigual (...)”(Santos,1995:3). Existe sempre um handicap, por relação à ideologia do engenho capitalista, propagaram por exemplo, que pelo facto das mulheres faltarem mais por causa dos filhos e não terem disponibilidade total para o emprego deveriam receber ordenados mais baixos:

a) Na terminologia racista “a raça superior é a masculina e a inferior é feminina. b) Diz-se que os grupos dominados, porque mais indulgentes são mais agressivos sexualmente. Os homens do grupo dominado são uma ameaça para as mulheres do grupo dominante que são mais auto controladas que eles. Mas como são fisicamente mais fracas necessitam da protecção dos homens do grupo dominante (Wallerstein, I., 1990).

A promoção do universalismo a custo da manutenção do racismo/sexismo remete-nos para um discurso submerso por parte do Estado-nação, que induz a igualdade pela homogeneização dos cidadãos/ãs, justificando que a cidadania é comum e baseada em pontos comuns, tais como a inserção pelo trabalho.

De acordo com esta análise de Wallerstein, a ideologia veiculada é de que, num plano mais micro, as mulheres mesmo que se queiram autonomizar acabam sempre por necessitar de um homem para as proteger, assim encarcerando a mulher num papel frágil e inferior. Num plano mais macro, por exemplo o de representação política, tal como a representatividade feminina no parlamento. Seguindo a linha do autor supra referenciado, racismo /sexismo criam alta correlação entre baixo estatuto e baixo pagamento: pretos e mulheres trabalham menos, ganham menos (as causas estão na biologia ou cultura).

2.3. Veios da Desigualdade de Género na actualidade

As desigualdades de género, podem reconhecer-se desde os primórdios da sociedade onde ainda se vivia da caça, eram os homens que iam caçar, enquanto a mulher se dedicava a tarefas de cuidar dos filhos e de transformar as peles dos animais em vestuário. Ainda hoje a mulher tende a estar mais confinada ao espaço privado

compreendendo neste, o cuidar da casa e da família, os homens, por seu turno, continuam a ter supremacia na ocupação de lugares públicos, determinando, tal estado de coisas, a distribuição do poder e da riqueza (Giddens, 2002: 321). É pois fundamental observar a categoria género sendo que, no campo das discriminações, esta é uma das categorias mais subjectivas e transversais (por quanto é transversal a todas as outras discriminações como classe, etnia, deficiência) que incapacitam o alcance da igualdade. Neste momento, em Portugal, são apontadas como desigualdades de género de âmbito nacional (espelhadas no Plano Nacional para a Igualdade, Cidadania e Género 2007-2010), três áreas principais: a profissional, a intimidade/familiar, e a do domínio subjectivo, concretamente os estereótipos (que é transversal a todas as outras).

No que concerne à primeira área de desigualdade a **profissional**, dados estatísticos recentes demonstraram a persistência de uma fraca representação feminina na tomada de decisão “ (...) uma forte segregação horizontal e vertical do mercado de trabalho, com repercussões na diferenciação salarial, que é na ordem dos 20% (Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género (2007-2010), 13).

Quadro nº1 - Governadores e vice-governadores (N.º) do Banco de Portugal por Localização geográfica (Continente) e Sexo

Período de referência dos dados	Sexo	N.º
2006	HM	3
	H	3
	M	0
2003	HM	3
	H	3
	M	0

Fonte: Quadro obtido em <http://www.ine.pt>, 2008

De acordo com esta informação, não existia nenhuma mulher desenvolvendo as funções de Governador e Vice-Governador do Banco de Portugal, no período apresentado, o que, de alguma forma, poderá comprovar que para determinadas funções continua a ser enaltecida a categoria sexo, enquanto indutora de maior ou menor apetência.

Outro factor de desigualdade levantado na actualidade prende-se com a ocupação de cargos políticos por parte de mulheres:

Quadro nº 2 - Presidentes dos Municípios (N.º) por Sexo

Período de referência dos dados	Sexo	N.º
2005	HM	308
	H	289
	M	19
2001	HM	308
	H	292
	M	16
1997	HM	305
	H	293
	M	12
1993	HM	305
	H	300
	M	5

Fonte: Quadro obtido em <http://www.ine.pt>, 2008

Os dados evidenciam que em 2005 as mulheres eram uma minoria (19), enquanto Presidentes de Municípios. Contudo, os dados mostram também um aumento da presença de mulheres neste cargo, de 5 em 1993 para 19 em 2005. Tal como, referido no Plano Nacional para a Igualdade, Cidadania e Género, a fraca representação feminina na tomada de decisão, é uma das áreas que continua a preocupar.

Ao contrário do pós-modernismo reaccionário que afirma que tudo se equivale, é possível dizer que a pulverização de lugares políticos não neutralizou politicamente esses mesmos lugares”. Por isso, haverá que tecer argumentos entre uma perspectiva não essencialista, atrás referida, e a desigualdade que em geral afecta mais as mulheres como grupo, relativamente aos elementos masculinos. (Cortesão, Magalhães & Stoer cit. in Araújo, 2002)

No que concerne à **intimidade** (familiar, pessoal), também evidenciada pelo Plano Nacional para a Igualdade, Cidadania e Género, existem vários focos na qual estas formas de desigualdade se mostram. A precariedade laboral e a afectação não equitativa das responsabilidades familiares e domésticas entre homens e mulheres pendendo mais para o lado das mulheres, é apenas um dos exemplos. Outro factor de desigualdade, prende-se com a diferenciação salarial entre homens e mulheres, pendendo negativamente para o lado das mulheres. Por fim, no que concerne à desigualdade de

repartição das responsabilidades familiares e domésticas também as mulheres são as mais penalizadas, recaindo para si as maiores responsabilidades sobre a economia e gestão doméstica.

A intensificação de evidências de maus-tratos contra as mulheres, a sua maior vulnerabilidade à pobreza e exclusão social, a sua precariedade laboral e uma afectação não equitativa das responsabilidades familiares e domésticas. Na família, a desigualdade de repartição das responsabilidades familiares e domésticas traduz-se numa diferença de 3 horas que as mulheres gastam a mais, em relação aos homens, em trabalho doméstico e familiar. Outro indicador de desigualdade de poder na família é expresso pelo número de ocorrências de violência doméstica registadas nas diversas forças de segurança (20595 em 2006), das quais cerca de 85% são de violência conjugal (PNI, 2007-2010:13/4).

Paralelamente, poderia ponderar-se também o campo dos maus - tratos contra as mulheres. De acordo com os dados apresentados verifica-se que são agredidas mais as mulheres do que homens (o que não pode apagar a realidade de homens vítimas apesar de visível em menor quantidade do que as mulheres). Existe também evidência de que as mulheres estão mais sujeitas a fenómenos de pobreza e exclusão social. Como por exemplo, pode invocar-se as famílias monoparentais femininas com apoio inexistente ou insuficiente, por parte da figura parental masculina. Para além disto, muitas vezes as alocações familiares são requeridas em nome do marido, impedindo a mulher de fazer a gestão que melhor sirva o agregado.

A actividade profissional e a vida familiar são dois dos domínios concretos onde as desigualdades sociais de género surgem de uma forma mais clara, em termos de uma participação não equilibrada de mulheres e de homens na esfera pública, do mercado de trabalho, e na esfera privada, da vida familiar e doméstica (Perista & Silva, 2006: 23).

No mesmo Plano para a Igualdade, Cidadania e Género (2007-2010), aponta-se que como um dos factores de manutenção das desigualdades sociais o que se prende com os **estereótipos de género** (factor que foi considerado nas entrevistas), este factor de desigualdade pode ser visto transversal a todos os outros. (...) afectando todas as esferas da vida social, política, económica e cultural, condicionando os nossos valores, linguagem, expectativas, comportamentos e opções. Urge, assim, desenvolver um esforço concertado de combate aos estereótipos de género em todas as áreas (...) (PNI, 2007-2010: 13/4) O campo subjectivo prende-se com a formulação de estereótipos sociais e incorpora um dos campos de mais difícil intervenção e desconstrução, pois

estes estão presentes em todo o percurso histórico e cultural que cimentou a nossa sociedade e a forma como nela nos perspectivamos.

Quadro nº 3 - Alunos matriculados no ensino superior (N.º) por Sexo e Curso/ grau académico (ensino superior) – Anual

Sexo	Curso/ grau académico (ensino superior)	N.º
H	Total	168884
	Bacharelato	2164
	Licenciatura	106325
	C. Bietápicos	51035
	CESE	x
	Mestrado	4602
	Doutoramento	3496
	Especialização	1262
	Outro	x
M	Total	212053
	Bacharelato	2724
	Licenciatura	145656
	C. Bietápicos	51114
	CESE	x
	Mestrado	6820
	Doutoramento	3492
	Especialização	2247
	Outro	x

Fonte: Quadro obtido em <http://www.ine.pt>, 2008

Tendo em conta a informação do quadro nº3, as mulheres têm em todos os graus académicos maior representatividade, à excepção do grau de doutoramento, onde os homens superam as mulheres (embora por uma diferença diminuta). Evidenciam-se também alterações, do ponto de vista da entrada da mulher no mundo académico, contudo, por outro lado, pode ver-se que as mulheres continuam mais ligadas aos domínios educativos e os homens mais aos de índole operativo.

Quadro nº4 – Beneficiários/as de fundos de investigação (N.º) por Sexo

Período de referência dos dados	Sexo	N.º
2004	HM	1453
	H	671
	M	782
2003	HM	1291
	H	590
	M	701
2002	HM	1022
	H	504
	M	518
2001	HM	1285
	H	643
	M	642
2000	HM	1251
	H	607
	M	644

Fonte: Quadro obtido em <http://www.ine.pt>, 2008

Constata-se que, é maior o número de mulheres que usufruem dos fundos de investigação, o que se explica quando cruzam estes dados com a informação de que são as mulheres as maiores representantes dos graus académicos superiores.

Quadro nº5 - Alunos matriculados no ensino superior (Licenciatura - N.º) por Sexo e Área de educação e formação dados 2005

Área de educação e formação	H	M
Total	157360	196770
Formação de professores/formadores e ciências da educação	4703	25768
Artes	6525	8465
Humanidades	4698	9720
Ciências sociais e do comportamento	12204	22139

Informação e jornalismo	2269	5173
Ciências empresariais	24182	30415
Direito	6265	9048
Ciências da vida	2193	4418
Ciências físicas	3382	3634
Matemática e estatística	1462	2273
Informática	5954	1886
Engenharia e técnicas afins	38855	8167
Indústrias transformadoras	1703	2431
Arquitectura e construção	18191	9843
Agricultura, silvicultura e pescas	2513	2596
Ciências veterinárias	675	1289
Saúde	11164	32866
Serviços sociais	757	7086
Serviços pessoais	6209	5969
Serviços de transporte	189	45
Protecção do ambiente	1921	3228
Serviços de Segurança	1346	311
Desconhecido ou não especificado	x	x

Fonte: Quadro obtido em <http://www.ine.pt>, 2008

De acordo com estes dados, de forma geral, existem mais mulheres do que homens a frequentar o ensino superior. Observando algumas áreas com maior detalhe, verificamos que existem áreas de educação e formação onde mulheres ou homens estão maioritariamente representados. Vejamos, áreas que têm peso significativo de representação feminina, por exemplo na formação de professores/formadores e ciências da educação, a disparidade é significativa, 4703 homens para 25768 mulheres; nas ciências sociais e do comportamento a diferença é quase o dobro 12204 homens para 22139 mulheres, nas ciências empresariais existem 24182 homens para 30415 mulheres. Na saúde 11164 homens e mais do dobro 32866 mulheres, nos serviços sociais 757 homens e 7086 mulheres, nos serviços de segurança, 1346 homens e 311 mulheres.

Contudo, as seguintes áreas têm representação maioritariamente masculina: na Engenharia e Técnicas Afins a disparidade é significativa, 38855 homens para 8167 mulheres, na Arquitectura e Construção existem 18191 homens 9843 mulheres. As áreas que apresentam dados equitativos são as ciências físicas, onde a distribuição é praticamente igual 3382 homens, 3634 mulheres, na Agricultura, Silvicultura e Pescas a distribuição é também idêntica 2513 homens para 2596 mulheres.

Estes dados (quadro 5), permitem-nos a comparação com outro estudo realizado em Portugal onde se pretendia “analisar como é que a concepção de feminilidade e masculinidade pode explicar os diferentes domínios profissionais escolhidos por adolescentes do sexo feminino e masculino” (Saavedra, 1997: 93). Verificou-se que existem profissões mais associadas a uma ou outra característica.

(...) a assistente social caracteriza-se pela expressividade e erotismo feminino, no que diz respeito às dimensões femininas, e pela dominância, no que diz respeito às dimensões de masculinidade. A fraca representatividade do sexo feminino na engenharia mecânica e super-representatividade no serviço social estariam antes ligadas a um sentimento de ausência de competências para a instrumentalidade e a lideranças e um eventual medo de perder os traços de expressividade. Este último aspecto leva-nos a pensar que a dimensão da instrumentalidade e da expressividade serão as dimensões fundamentais para discriminar o feminino e o masculino, pelo menos para a escolha de uma profissão, e que têm um peso determinante nesta escolha (Saavedra, 1997:103).

Os efeitos nas escolhas profissionais e formativas, a desigualdade no nível familiar e a desigualdade na distribuição de posições de gestão, leva-nos à reflexão de que é necessário perceber concretamente, a partir de uma visão de dentro para fora, como nos posicionamos neste campo de forças, como afectarão o Serviço Social as desigualdades de género?

2.4. Os Subterfúgios da Igualdade de Género ...

Quando pensamos na igualdade e na desigualdade, pensamos naquilo que promove a desigualdade e, não podemos deixar de pensar porque é que a igualdade não emerge? Onde se esconde afinal a igualdade? Quais os mecanismos a operacionalizar em prol da igualdade?

De acordo com Thompson (1998,9/10), a discriminação pode ser positiva ou negativa, é, no seu nível mais simples, uma questão de identificar as diferenças. A discriminação negativa, não ocorre aleatoriamente ela está centrada na classe, raça, género, idade, incapacidade/deficiência e orientação sexual. Quando a discriminação negativa ocorre experienciamos um tipo de opressão, que é definida como tratamento desumano ou degradante de indivíduos ou grupos, injustiça de um grupo, o exercício negativo de poder. Opressão muitas vezes significa não garantir os direitos de um indivíduo ou grupo e, assim, verifica-se uma negação da cidadania. A discriminação significa identificar face a indivíduos e grupos com determinadas características tratá-los de forma inferior ao das pessoas ou grupos com características convencionalmente valorizadas. (Payne, 2002:337)

Perceber a discriminação e a opressão, significa perceber que ela opera em três níveis diferentes mas inter-relacionados: nível pessoal, cultural e estrutural. A discriminação num **nível pessoal**, envolve frequentemente um julgamento sendo que a pessoa se recusa a abandoná-lo ou alterá-lo mesmo quando há evidências em relação ao seu pensamento estar errado. Normalmente, estes julgamentos negativos são baseados em estereótipos (Thompson, 1998:12).

Os estereótipos sociais, a que anteriormente nos referimos como componente do comportamento discriminatório podem ser vistos como:

(...) estruturas cognitivas que contêm os nossos conhecimentos e expectativas, e que determinam os nossos julgamentos e avaliações, acerca de grupos humanos e dos seus membros (Hamilton & Trolie, 1986). Estes julgamentos e avaliações estão geralmente associados a características como a «raça», o género, a aparência física, a origem geográfica ou social, ou algum aspecto associado, por exemplo, à identidade religiosa, política, étnica, sexual, de alguém (Miller, cit. in Vale e Monteiro, 2002)

Também em matéria de estereótipos é importante convocar a perspectiva dos movimentos feministas, para a desconstrução de pensamentos desiguais entre homens e mulheres. De facto, pode pensar-se no seu papel para socialmente tornar socialmente conscientes a presença de estereótipos de género que acorrentam/vam as mulheres a determinados papéis considerados mais próprios para as suas capacidades. “ (...) poderemos afirmar que os estereótipos de género incluem as representações

generalizadas e socialmente valorizadas acerca do que os homens e mulheres devem “ser” (traços de género) e “fazer” (papeis de género) (Neto, 1999:11).

Os esquemas genderizados, distorcem de várias formas as idealizações acerca do que é ser mulher e homem. Antes de cada um de nós, ser profissional é uma pessoa, socializada de uma determinada forma, em relação aos esquemas de papéis genderizados. Neves (2005:264) defende que os “ (...) estereótipos de género são a concretização directa do patriarcado, funcionando como um “gerador” de conflitos entre os sexos”. A reflexão crítica sobre o papel defendido para cada sexo assume-se pois como imprescindível, pois pode ter consequências na forma de explicitação do poder de actuação, de validade de conhecimento científico e de emancipação da profissão de Assistente Social.

Tal como nos refere Neto (1999,12) um “(...) dos factores que poderá potenciar a conservação dos estereótipos de género reside no facto de o processo de estereotipia ser geralmente inconsciente e dificilmente reconhecido por parte dos indivíduos portadores.” O caminho para o qual estas afirmações nos conduzem, é o caminho do domínio subjectivo, que nos remete para processos subjectivos, de inculcação submersa de procedimentos e regras que, quando questionadas, têm apenas como fundamento vivências históricas e educativas.

A mais clássica abordagem dos estereótipos, baseada na orientação de papeis na família, associa à mulher um papel essencialmente expressivo e ao homem um papel assente na instrumentalidade. A instrumentalidade caracteriza-se por uma orientação para a realização de um objectivo e pela manipulação do meio; a expressividade por uma preocupação com a harmonia no grupo e relacionamento entre os membros desse mesmo grupo (Parsons & Bales, cit. in Saavedra, 1997: 93).

Relativamente às questões de homens e mulheres, o que o processo de construção de estereótipos nos induz é para o facto de tradicionalmente à mulher serem associados comportamentos onde a expressividade pudesse ser demonstrada, à semelhança do que é o plano das relações afectivas, e aos homens tradicionalmente comportamentos relacionados com a instrumentalidade, isto é associados ao fazer - fazer. Até recentemente as diferenças entre homens e mulheres, foram observadas e interiorizadas como naturais, adequadas à diferenciação fisiológica de cada sexo e adequadas à diferenciação da educação consoante os sexos. Por conseguinte, os papéis sociais

desempenhados no nível familiar, profissional, social, político, cultural, etc., são consequência de estilos educativos diferenciados de mulheres e homens, os quais se reproduziam em todos os domínios da vida humana.

Os estereótipos sociais actuam na percepção que as pessoas têm do mundo, partindo da sua relação de pertença face a determinada categoria social, bem como das suas concepções sobre os modos de ser atribuídos às outras categorias sociais. O seu conteúdo e a sua conotação valorativa repercutem-se, por um lado, na imagem que os sujeitos criam de si e na descrição que fazem de si próprios, de acordo com a sua identificação com determinado(s) grupo(s) de pertença e, por outro lado, na consciência do seu posicionamento face a outros grupos sociais (Nunes, 2007:34/5).

O processo que liga as crenças de género e os conceitos sociais relacionais é a categorização sexual. Este é um processo sociocognitivo pelo qual nos rotulamos o outro como masculino ou feminino. Contudo, isto não significa que o género seja primordial para a constituição das pessoas, outras identidades como raça/etnicidade podem ser pessoalmente mais relevantes. Ainda no dia-a-dia nos contextos sociais relacionais, nós categorizamos sexualmente outros/as com base na sua aparência (roupa, voz, corte cabelo) que estão definidos como capazes de categorizar diferenças sexuais. Sabendo que são construídas desta forma, a maior parte das pessoas constrói a sua aparência de acordo com a expectativa cultural, que pretendem para si. Claramente aí o processo da categorização sexual, depende do uso de uma série de crenças partilhadas acerca do sexo/género para classificar o self (Ridgeway & Correll, 2004: 515).

De acordo com a análise de Thompson (1998) perceber a discriminação significa analisar níveis onde a discriminação opera, e o nível **cultural** é o último dos níveis para além do pessoal a que nos referimos. Para além de cada indivíduo ser único, reconhece-se também que as normas, valores e expectativas sociais o influenciam. Os padrões culturais são identificados através de factores como o humor e a linguagem, o humor transmite muito daquilo que é valorizado numa cultura e aquilo que é repudiado.

O último nível reflectido por Thompson (1998) é o **estrutural**. Este incorpora a influência macro e os constrangimentos vindos de variados níveis sociais, políticos, históricos e económicos.

Relacionado com estas três dimensões está o poder, que é um conceito que diz respeito à desigualdade e à discriminação, é também um nível altamente susceptível ao exercício de influência veiculadas através de ideologias. Podemos dividir a ideologia em dois

grandes vectores, a dominante e a contra dominante, a ideologia dominante representa e reforça a posição de grupos dominantes. Por exemplo, as ideias do patriarcado ajudam a manter a sua posição de força social. A ideologia contra dominante, é aquela que não aprecia a dominação e está contra a ideologia ou ideologias dominantes, por exemplo o feminismo opõe-se ao patriarcado. A ideologia ganha habilidade para formar pensamentos e acções e pela sua habilidade de entrar na pele de cada um/a de nós, subtilmente, torna-se tão embrenhada que nós nem questionamos, opera como uma camuflagem. O discurso é uma forma de transmissão e expressão da ideologia, deste modo, a promoção da igualdade pode partir de construir e suportar discursos emancipatórios (Thompson, 1998:22). A ideologia e o discurso são conceitos que descrevem ideias ou crenças e moldam o nosso conhecimento do mundo, formam as lentes de entendimento através das quais mantemos as nossas opiniões sobre o mundo. As relações de poder são mantidas e reforçadas por certas ideias que operam ideologicamente, tais como explicações biológicas para manter o *status quo*. Por exemplo, quando vemos um casal que subsiste da actividade piscatória, observamos que o homem vai ao mar, enquanto é reservado para a mulher o papel de vendedora dos peixes.

Os indivíduos aprendem definições culturais de feminilidade e masculinidade através de esquemas de papéis genderizados;

Os esquemas incluem redes de associações que organizam e orientam a percepção individual de masculinidade e feminilidade baseada no sexo;

Os esquemas tornam-se parte do auto-conceito e são usados para avaliar a adequabilidade pessoal de cada um como mulher ou como homem (Bem, cit. in Neves, 2005:265/6).

A discriminação associada com a desigualdade não deve apenas ser vista por relação a minorias, a realidade da discriminação é mais complexa, tem raízes na psicologia, sociologia, economia e política. A desigualdade, é largamente mantida e sustentada pelas ideologias, estereótipos, que nos incorporam e constroem e determinam a forma de ver e estar no mundo. Consequentemente, se não estamos alerta para o trabalhar subtil da discriminação, podemos encontrar-nos a trabalhar de maneiras que inevitavelmente reforçam relações de poder existentes, mantendo o *status quo* das desigualdades. Assim, um entendimento sobre como a ideologia e o discurso podem servir para manter relações de poder, estudantes, trabalhadores e directores na área do

Serviço Social estarão menos equipados para promover serviços igualitários. A prática dos/as Assistentes Sociais juntamente com as políticas sociais, são pivôs no que concerne à discriminação e opressão, pois podem condenar, reforçar ou exacerbar as desigualdades existentes, ou desafiar e atenuar as forças opressivas. Precisa de ser reconhecido que os/as assistentes sociais desenvolvem práticas complexas, envoltas em grande insegurança no que concerne à desigualdade e, por isso, necessitam de ser preparados/as para lidar efectivamente com os desafios que tais situações comportam.

Capítulo 3. Serviço Social: Raízes, actualidade e género

3.1. O Serviço Social e as suas Raízes

O Serviço Social é maioritariamente constituído por mulheres, sendo por isso, possível aludir que a sua história é trespassada, com a história de emancipação das mulheres. Ao longo da presente análise, assistiu-se a algo que, do nosso ponto de vista, é extremamente revelador, que é o facto de existirem movimentos feministas a desenvolver o Serviço Social. Consideramos este factor de preponderante importância, pois numa sociedade patriarcal/sexista onde as mulheres eram compelidas ao espaço doméstico e, mais concretamente, dominadas pela religião católica representada na maioria por homens, foi necessária a organização feminina em prol de objectivos de emancipação, face à condição subjugada de mulher.

A luta para a consolidação do Serviço Social foi difícil e repleta de episódios e contratempos. De facto, o “(...) obscurantismo, a grande influência das forças conservadoras e particularmente do clero sobre a Mulher, a sua condição de menoridade jurídica e social em relação aos homens, a taxa de analfabetismo e a falta de instrução, são factores que convergem para essa situação” (Martins, 1995:25). O Serviço Social evidenciou-se aquando do seu nascimento, uma profissão emancipadora e reivindicativa pelos direitos e capacidades das mulheres, em particular, e da população em geral. Do nosso ponto de vista, esta situação terá contribuído e contribuiu, para a criação de um

pensamento crítico, caso contrário, não estaríamos hoje a escrever sobre a influência do género no percurso do Serviço Social.

As mulheres portuguesas do séc. XIX faziam as tarefas domésticas, trabalhavam em quintas, tinham nascido para servir, vender ou pedir (Serrão cit. in Martins, 2003). No final do séc. XIX as primeiras mulheres da classe média tornaram-se professoras, no início do séc. XX, trabalhavam no comércio, nas linhas telefónicas, e na advocacia (Martins, 1998:178). A institucionalização do Serviço Social iniciou-se no princípio do séc. XIX, pela organização de mulheres católicas, o que se constituiu na criação de um novo campo de trabalho para mulheres.

Por seu turno, os Republicanos começaram a criar associações e a treinar voluntários/as, que, até então, estavam dependentes da igreja e das organizações religiosas, o seu objectivo era separar o Estado Social dos movimentos da Igreja. Os movimentos que advogavam a secularização desenvolveram a educação de raparigas, mitigando assim também a influência da igreja. Neste contexto, foram criadas as primeiras organizações de mulheres, as quais, alargaram o compromisso social das portuguesas, que desde o séc. XVIII, tinha sido um campo onde apenas as mulheres de classes burguesas haviam participado (Martins, 2003:177). O Movimento Português de Mulheres, que se iniciou no séc. XIX foi primeiramente influenciado por ideais humanistas e socialistas. Na primeira década do séc. XX vários grupos de mulheres foram formados, nos quais os seus membros se consideravam mais ou menos feministas radicais. A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, que foi fundada em 1909, definiu o feminismo como sendo um conceito que desejava permitir que as mulheres participassem em todos os direitos civis e políticos garantidos aos homens (Freitas cit. in Martins, 2003: 179).

Cursos de puericultura foram desenvolvidos e locais onde deixar as crianças foram assegurados para que as mulheres pudessem trabalhar. Estas medidas pretendiam melhorar a situação das crianças, pela entrada das suas mães no mercado de trabalho. Por altura dos anos 20, do séc. XX “O Movimento Feminista Português, no seu I Congresso (1924), também defende a profissionalização da assistência para as mulheres, particularmente no campo da assistência a menores e nas Misericórdias (...)” (Martins, 1995:27). Observemos que as áreas de trabalho, nas quais, as mulheres estavam presentes, eram precisamente as consideradas mais adequadas para as mulheres, a assistência a menores intrinsecamente ligada com o papel maternal, da

mulher. Todos estes movimentos foram minimizados por relação às forças globais, principalmente porque nos encontrávamos na altura, e agora num sistema patriarcal. Este factor, contribuiu para que em “(...) Portugal, só nas revistas das organizações feministas é que vamos encontrar referências a Jane Addams, uma das principais protagonistas deste trabalho, grande lutadora pelos Direitos das Mulheres e das crianças, sendo-lhe atribuído o prémio Nobel da Paz, em 1931 (...)” (Martins, 1995:28).

Em 1920, grupos de mulheres desenvolveram as primeiras ideias para profissionalizar o Serviço Social. Pode dizer-se que o processo de profissionalização do Serviço Social começou em 1924, por quatro mulheres que trabalhavam no sanatório de Lisboa que, influenciadas pelas ideias do Serviço Social Americano, sugeriram realizar um diagnóstico social, com o qual se pudesse saber porque é que as pessoas desenvolvem determinadas doenças. Na opinião delas, o passado destas pessoas deveria ser levado em conta para que pudessem ser tomadas medidas, conducentes à melhoria da situação. Nesta altura, foi mais evidente que teriam que ser formadas para desenvolver a profissão de Serviço Social. Em 1925, Branca Rumina exigiu que o Serviço Social fosse profissionalizado tal como noutros países, pois assim seria mais eficaz do que a assistência desenvolvida apenas por voluntários/as (Martins, 2003:181).

Uma nova fase emerge para o Serviço Social depois da era do Republicanismo. O Serviço Social foi usado para servir os interesses políticos e sociais do Estado Novo. O Estado Novo proporcionou-se como um espaço de instrumentalização do Serviço Social a favor dos interesses políticos e sociais desse período. O Estado Novo via o papel das mulheres apenas no contexto familiar, e por isso, não lhes era reconhecido a garantia a direitos políticos. A integração da mulher num emprego era vista como o maior dos males, pois originava decréscimo da natalidade, desestruturação familiar, e um enfraquecimento nos desígnios morais, tal como já acontecia nos países considerados fascistas na altura. Assim, a responsabilidade de prestar assistência passou novamente para as famílias, enquanto o Estado restringia a participação das mulheres na actividade profissional, fez algumas excepções no campo político e social. As mulheres que tinham qualificações superiores, que eram cabeça de casal ou trabalhadoras liberais podiam votar e participar nas eleições da Assembleia - Nacional e do Senado, a maioria das mulheres contudo, era excluída desses direitos. (Martins, 2003:182)

Em 1935, os membros femininos da Assembleia Nacional foram compelidas por Salazar a uma tarefa, era necessário um esforço para unir os/as portugueses/as, reconheceu esta força nas mulheres cristãs. Baseado nesta ideia, o Estado Novo criou novas organizações tais como, a Obra das Mães pela Educação Nacional e a Mocidade Portuguesa. Assim se difunde a ideologia do regime sobre a missão das mulheres para qual o Estado contou com o apoio de mulheres católicas vindas da classe alta e média. (Martins, 2003:182) Aquando da fase de construção do Estado Novo:

A profissão de Serviço Social é exclusivamente feminina, até aos anos 60, vindo na prática a contrariar os desígnios do Estado e da Igreja de verem as mulheres, com raras excepções, confinadas á família, à educação dos filhos e ao trabalho doméstico, abandonando o mercado de trabalho (Martins, 1995:31).

Esta herança, mantém-se embora de forma não imposta, tal como aconteceu até aos anos 60, pois ainda hoje, os homens estão em minoria na profissão de Serviço Social. Encontrava-se associado ao sexo feminino o cuidar do/a outro/a e a crença de que as mulheres têm uma “sensibilidade diferente” para lidar com pessoas.

A esfera pública ao ser equacionada como soberanamente masculina, foi inviabilizando a entrada das mulheres no mundo do trabalho, cingindo a sua actividade ao campo doméstico, onde exerciam funções de “guardiãs” do clã familiar, funções essas descritas como sendo inerentes à condição feminina (ressalte-se a função da maternidade, tão “vantajosa” para sustentar o argumento da mulher ter de permanecer confinada ao espaço da casa, isto é, àquela que foi tradicionalmente apelidada de esfera privada (Neves, 2005:267).

Na altura, a sociedade “aceitou” que as mulheres desenvolvessem uma profissão, mas não lhes permitiu que através desta se igualassem àquilo que era característico dos homens. A igualdade, nesta altura, estava ainda longe de ser alcançada. O Serviço Social é uma profissão, que nasceu dentro dos movimentos de valorização feminina e por isso, mais propensa à submissão da profissão e à discriminação de género. É importante frisar-se que o processo de emancipação não foi na altura considerado de ânimo leve pois linhas rígidas do Feminismo Católico consideravam que, “(...) as mulheres que exerciam uma profissão deveriam renunciar a cargos de chefia, posições de autoridade, subordinando-se à disciplina e organização dos homens, a prática da profissão veio demonstrar que várias foram as Assistentes Sociais a ocupar cargos de direcção e de chefia (...) (Martins, 1995:31/2)”.

Denotando já nesta altura, que o próprio movimento de emancipação feminina era apreendido pelas mulheres de forma diferenciada, sendo elas próprias também seres diferentes e não passíveis de essencialização. A década de sessenta trouxe consigo uma diversidade de propostas sociais e culturais que revolucionaram o mundo. Literalmente, as mulheres invadem as ruas e soltam as amarras, manifestando-se em relação a temas conjunturais como a guerra e o aborto (Romero, 2006). Aponta-se nos anos 60 também “a crise do Serviço Social tradicional (...) como um fenómeno internacional (Netto, 1999:42) e a existência de uma perspectiva modernizadora (...)” (Martins,2002:54). Acreditamos que todos estes factores terão contribuído para a (re)definição do projecto profissional.

A maioria político-intelectual adquirida pela profissão a partir do início dos anos 1990 possibilitou, em grande parte, a recuperação da teoria crítico-dialética em aspectos não suficientemente trabalhados: a cultura, a relação indivíduo-sociedade, a heterogeneidades classes, o reconhecimento da diversidade e do direito à expressão dos grupos socialmente discriminados, como os negros e as mulheres (Moreira et al., 2006).

Os movimentos de emancipação não se deixaram inibir pelos condicionalismos, políticos, contudo, apenas com a superação da ditadura, o Serviço Social, enquanto profissão que até ao momento havia estado ligada ao cumprimento dos desígnios do Estado, pode tentar libertar-se desta característica de “mão direita” do Estado. “Após o 25 de Abril de 1974, o Serviço Social empreendeu, nos âmbitos académico e profissional, um conjunto de movimentações e ações coletivas que tiveram em comum sua natureza reivindicativa (...)” (Negreiros,2005:25). Isto é, são os movimentos criados por mulheres dentro da Igreja, desde 1969 a 1974 de variadas organizações como o GRAAL, que desenvolveram ações que viriam a configurar o processo de laicização da profissão (Martins, 2002:53). O desabrochar das mulheres no panorama português foi desenhado por muita luta e perspicácia, o Serviço Social é parte integrante deste desabrochar:

(...) o envolvimento directo de mulheres, que se tinham salientado em vários sectores da vida portuguesa como as primeiras deputadas. São também mulheres que dirigem as escolas de Serviço Social e integram os órgãos de gestão, participam no debate parlamentar sobre o Serviço Social e na formação das Assistentes Sociais, tendo as organizações de mulheres católicas e do movimento feminista português apoiado a criação da profissão de Serviço Social (Martins, 1995:31).

Esta luta protagonizada pelas mulheres em geral e pelo Serviço Social em particular “(...) veio assim alargar os destinos pessoais e as escolhas profissionais das mulheres, contribuindo para o processo de emancipação da condição social das mulheres portuguesas” (Martins, 1995:32). Uma profissão com este peso histórico, que neste momento, desempenha as suas funções numa sociedade denominada de multicultural ou de risco, estará, a cumprir o seu dever ético? Se sim, como o tenta desenvolver?

3.2. Projecto (s) Profissional (ais), fatia de uma parte maior ...

Sendo o Serviço Social de um modo particular, e as ciências sociais, de um modo geral, maioritariamente representadas por mulheres e procuradas por mulheres é fulcral, questionarmo-nos sobre se este tipo de “condicionalismo” interfere ou não no agir e/ou projecto profissional. O projecto profissional, que informa o agir profissional é caracterizado por correntes histórico-políticas, nas quais incorporamos também os movimentos feministas. Como vimos, o Serviço Social, tinha/tem como característica comum o cuidar do/a outro/a, por contraponto às profissões que exigiam/exigem cálculo mental e actividade remunerada, as quais, sempre foram maioritariamente desempenhadas por homens.

Emergem dois raciocínios: por um lado, o Serviço Social nasceu da iniciativa de mulheres, apesar de ser contida em pensamentos de supremacia masculina, por outro lado, constrói os objectivos de emancipação na presença de uma certa forma de naturalização neoliberal, patriarcal:

(...) a) de um lado, as condições macro-societárias que estabelecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades, que vão além da vontade do sujeito individual; b) e, de outro lado, as respostas de carácter ético-político e técnico-operativo - apoiadas em fundamentos teóricos e metodológicos - dos agentes profissionais a esse contexto (Iamamoto, 2005).

A nossa opção por reflectir as questões históricas da profissão, prende-se com o seu carácter representativo mais feminino e a forma como estas se reflectem no nosso agir técnico-operativo e teórico-metodológico. A construção dos projectos profissionais não é livre, mas presa a condicionalismos históricos, culturais, e pessoais, sendo fundamental para a criação e desenvolvimento da identidade profissional. A discussão de cariz macro, que se tem incorporado em todos os domínios da vida, denominada de sistema patriarcal e de capitalismo desorganizado, exerce influências que poderão castrar a liberdade e autonomia profissional.

O desafio que é urgente responder parece-nos ser: o Serviço Social está inserido numa sociedade patriarcal, que valoriza o capitalismo e as profissões de cálculo, deste modo, compete-lhe através dos seus projectos profissionais (reconhecido através de vários “agires” profissionais) o enfrentamento desta situação, para que não acabemos por reproduzir a desigualdade. Estamos conscientes de que os “(...) projetos profissionais são indissociáveis dos projetos societários que lhes oferecem matrizes e valores. Expressam um processo de lutas pela hegemonia entre as forças sociais presentes na sociedade e na profissão.” (Iamamoto, 2005) Lutas nas quais, o Serviço Social fez/faz parte e as quais fomos relatando ao longo da reflexão. De acordo com a linha de pensamento de Yamamoto (2005:s/p),

O carácter conservador do projeto neoliberal se expressa de um lado, na *naturalização do ordenamento capitalista e das desigualdades sociais a ele inerentes tidas como inevitáveis, (...)*; e de outro lado, em um *retrocesso histórico* condensado no *desmonte das conquistas sociais acumuladas, resultantes de embates históricos das classes trabalhadoras*, consubstanciadas nos direitos sociais universais de cidadania (...).

Como tentou o Serviço Social fazer face aos condicionalismos societários? À semelhança de outras profissões criaram-se códigos de conduta, que os/as profissionais deveriam tentar prosseguir, e que serviam também para “desembaciar” a mente, em momento de dúvidas que surgiam na intervenção. O Código de Ética, da Federação Internacional de Serviço Social, espelha o reconhecimento das desigualdades e dificuldades na intervenção mas também, o mote para a reflexão sobre a “isenção” do Serviço Social. Assim, o Código de Ética, é simultaneamente, agente passivo e activo, porque aparentemente é regulatório e activo, regulatório porque visa clarificar a acção profissional e activo, porque pode ser usado para mudar a condição de vida das pessoas.

O Serviço Social, enquanto profissão que lida directamente com pessoas, importará por dever ético, reflectir nas suas matrizes e perceber em que medida contínua a propagar ou não ideias preconcebidas e preconceitos, concretamente de género. Acreditar nestes princípios é identificar que “(...) a esta direcção social a vinculação a uma perspectiva de defesa e construção de uma sociedade igualitarista e radicalmente humana, sem dominação-exploração, discriminação ou preconceitos.” (Moreira et. al., 2006) Como é que se posiciona na intervenção um/a Assistente Social “portador/a” de preconceitos e estereótipos será que nega que tem tais preconceitos ou será que os reconhece? Ou será que mesmo que nesses campos, reconhece os seus preconceitos e noutros não reconhece?

Os valores eleitos pelo Serviço Social, tal como, o valor da não discriminação, da justiça social e da reivindicação pelos Direitos Humanos, diferenciaram ao longo da história a meta do Serviço Social da de outras profissões, e é pela sua valorização constante que hoje temos condições para esta reflexão. A questão das discriminações de género, evidencia-se no Código de Ética que nos desafia a rejeitar a discriminação negativa “@s assistentes sociais têm a responsabilidade de rejeitar a discriminação negativa, com base em características tais como aptidão, idade, cultura, género, estado civil, estatuto sócio-económico, opiniões políticas, cor da pele, raça ou outras características físicas, orientação sexual ou crenças espirituais.” (Código Ética, FIAS). A diferença de nós pessoas, para nós profissionais reside precisamente aqui, como profissionais temos imposição da ética profissional que nos move a agir em prol da não discriminação, da justiça social, contudo, questionamo-nos sobre em que medida os estereótipos sociais inerentes à constituição de cada um/a enquanto pessoa, condiciona ou não a apropriação destes princípios e, de uma forma geral, o nosso agir/projecto profissional.

Daí que corroboramos a ideia de que “ (...) a profissão tem de assumir completamente os valores da justiça social e autodeterminação; isto é, tem de agir na sua implementação” (Mc Donough, 1990:102). Temos obrigatoriamente de analisar criticamente a nossa profissão e a maneira como estes condicionalismos se reflectem no nosso agir profissional. Acrescentamos nós, que perceber o agir profissional é também assumir que somos pessoas, não “tábuas rasas”. Deste ponto de vista acreditamos que para intervir nas questões da igualdade em geral, e na de género, em particular, é fulcral

que esta desconstrução seja realizada. É por esta ambiguidade e multiplicidade de comportamentos, que ousamos dizer que o Serviço Social, na sua generalidade, representa uma panóplia de projectos profissionais, mesmo quando tentam encontrar um ponto comum.

Por mais projectos profissionais que existam, devido a contextos territoriais, culturais e sociais diferenciados, algo que, no nosso ponto de vista, é consensual, é que o colectivo de profissionais do Serviço Social se une na promoção da melhoria das condições de vida de mulheres e homens. Contudo, para a melhoria das condições de vida necessitamos de apoio para reconhecer onde estão as dificuldades. A reflexão sobre o projecto profissional, não visa essencializar ou homogeneizar os objectivos e formas de agir do Serviço Social, mas antes encontrar pontos de convergência que sejam também passíveis de produzir mudança social. Contudo, quais as ferramentas que teremos que fomentar/cimentar para combater as desigualdades?

3.3. O pendor da (in) formação

Perante um cenário de inserção numa sociedade desigual, reconhecemos o percurso educativo, como passível de desconstrução e reconstrução de pensamentos e crenças discriminatórias. É importante notar que o/a Assistente Social, pode cooperar com a sua opinião mais ou menos discriminatória, para a construção de “consciências”. Daí que a educação, enquanto processo de desenvolvimento possa contribuir, através de várias etapas educativas, para desmistificar preconceitos teóricos que irão/poderão condicionar o nosso agir profissional.

O reconhecimento do gênero como categoria, na comunidade académica ascende pela via do movimento de mulheres, fato que remete a investigá-lo como construção histórica. Há divergências quanto a sua apreensão, levando àquelas (es) que trabalham com gênero, à necessidade de contextualizá-lo (Moreira et al., 2006).

A influência do gênero na construção do projecto ético-político e teórico-metodológico, pode estar fortemente impregnado com a assumpção o nascimento do Serviço Social, numa sociedade paternalista e sexista, que continua a propagar também a ideologia capitalista reforçada pelo poder masculino.

No dia-a-dia somos levadas (os) a assumir posições, a partir de juízos de valor, determinados por interesses de classe, gênero, raça/etnia e oriundos dos diferentes grupos sociais. Isso implica

reconhecer que nossas ações, no plano pessoal ou profissional, são necessariamente comprometidas com interesses de classe e de grupos (Moreira et al., 2006).

Nesta linha de pensamento é necessário que reflectamos que a formação dos/as profissionais, é o contexto inicial privilegiado, para uma abordagem desconstruída face aos preconceitos que todos/as incorporamos enquanto cidadãos/as nascidos/as numa sociedade desigual. Subjacente à prática profissional, encontra-se o processo formativo de cada um/a de nós, valores de competição, individualismo e acumulação de capital são alguns dos “chavões” com os quais lidamos diariamente, na nossa vida pessoal e profissional. Estes valores são-nos fornecidos, muitas vezes, por processos invisíveis, designadamente através de processos formativos, transmitidos pela família, escola, construindo uma camada de pessoas que, quando ingressam no ensino universitário trazem uma bagagem de experiências e estereótipos que marcam o processo formativo, mas será que o determinam?

un análisis crítico de la teoría y práctica del Trabajo Social, así como de las currícula de las Escuelas formadoras de América Latina y El Caribe, lleva a concluir que tanto la práctica profesional como la formación están impregnadas de concepciones que contradicen estos principios y fomentan patrones de comportamiento discriminatorios, entre los que destacan el clasismo, el racismo, el sexismo, la homo y lesbofobia, el etnocentrismo y la discriminación institucionalizada de diversos sectores en razón de su edad, estado civil, discapacidad y preferencia política (Guzmán, cit. in Romero,2006).

O autor defende que na América Latina e no Caribe, a prática profissional e a formação estão impregnadas de ideologias que fomentam comportamentos discriminatórios. Tal leva-nos a perguntar e como será em Portugal? Como são formados/as os/as assistentes sociais? Será que são formados/as com base em modelos teórico-práticos que permitem identificar e combater modelos discriminatórios? Ao longo deste trabalho reflectimos num auto e hetero conhecimento, que nos permita entender e reagir neste momento, face a algumas constatações. Uma profissão maioritariamente composta por mulheres quer na sua oferta, quer na procura, numa sociedade sexista/patriarcal, enquadrando modos de viver discriminatórios, levam-nos a interrogar quais as ferramentas necessárias para combater, ou pelo menos, para estar alerta, para marchas silenciosas de pensamentos desiguais.

A educação formal e, principalmente a formal académica de base profissional constitui-se como vertente a analisar. “Os conceitos de formação e de aprendizagem ao longo da

vida remetem teoricamente para o ideal de educação permanente (...)” (Lima, 2007: 13). A educação faz - se ao longo da vida, e daí evolutiva tal como, o processo de envelhecimento de cada um/a. Contudo, no domínio da educação na actualidade, debatemo-nos com um paradoxo que é o facto desta se afastar “ (...)da sua raiz humanista e crítica (...), para se afirmar sobretudo como formação e aprendizagem funcionalmente ao serviço do ajustamento e da adaptação aos chamados novos imperativos da economia e da sociedade”(Lima, 2007:8). Isto é, na actualidade, os projectos políticos, que sustentam e determinam as agendas da educação, encontram-se desvirtuados do seu objectivo inicial que se prendia com o desenvolvimento pessoal e social. Isto significa, em última análise, admitir o “(...) projecto de uma educação ao longo da vida com carácter ambidestro, ainda que reconhecendo a necessidade de uma maior expressão da sua “mão esquerda” face ao seu potencial de reinvenção e de aprendizagem de novo” (Lima, 2007:10).

Apesar da preponderância da educação formal e de formação ao longo da vida, consideramos que a educação não formal e informal se constituem espaços de fulcral importância para o tema que nos ocupa devendo igualmente ser alvo de observação.

Por sua vez, aprendizagem concentra um significado mais comportamental e individual, podendo revelar não apenas acções de educação formal ou não formal, mas também de situações experienciais sem carácter estruturado e intencional, como de facto resulta inevitavelmente da experiência social e do curso de vida de cada indivíduo (Lima, 2007:16).

Contudo, deixamos a educação informal e não formal para ser alvo de análise aquando do momento em que nos referirmos às componentes da prática profissional.

É espantoso que a educação que aspira a comunicar os conhecimentos permaneça cega sobre o que é o conhecimento humano, os seus dispositivos, as suas doenças, as suas dificuldades, as suas propensões para o erro como para a ilusão, e não se preocupe nada em dar a conhecer o que é conhecer (Morin, 2002: 16).

Pretendemos perceber, analisando práticas profissionais, que tipo de conhecimento poderia ser transmitido para permitir desenvolver o grau de compreensão de cada um/a de nós, de forma, a combater/acompanhar processos evolutivos inerentes à sociedade, bem como os processos de estereotipia que nos acompanham. Assim, a educação deverá preparar para melhor interagir e intervir:

Pede um pensamento policêntrico capaz de visar um universalismo, não abstracto, mas consciente da unidade/diversidade da humana condição; um pensamento policêntrico alimentado das culturas do mundo. Educar por este pensamento, é a finalidade da educação do futuro que deve trabalhar, na era planetária, para a identidade e a consciência terrestre (Morin, 2002: 68).

Contudo este processo, de auto e hetero reflexão deve ser constante e transversal a todos/as aqueles/as, que dispõem da oportunidade de se tornarem construtores de consciências, pois do nosso ponto de vista a educação tem, em si mesma, este potencial transformador e integrador,

Neste sentido, a aprendizagem *lato sensu* considerada, é também uma decorrência da vida, o resultado de diversos processos de socialização primária e secundária sem objectivos educativos expressos, de ensaios de tentativa-erro e de acção e reflexão, sem os quais não seria sequer possível aprender a sobreviver autonomamente em contextos sociais minimamente complexos (Lima, 2007:16).

Daí que seja fundamental, que todos/as, nos compreendamos a nós mesmos/as, as nossas vivências, as nossas aspirações para estar capazes de compreender o/a outro/a.

O problema da compreensão tornou-se crucial para os humanos. E, a este título, deve-se uma das finalidades da educação do futuro. Educar para compreender as matemáticas ou uma tal disciplina é uma coisa; educar para a compreensão humana é outra. Encontra-se aqui a missão propriamente espiritual da educação: ensinar a compreensão entre as pessoas como condição e garante da solidariedade intelectual e moral da humanidade (Morin, 2002: 99).

Naturalmente que, quando colocamos aqui, a reflexão sobre processos compreensivos, qualquer pessoa é capaz de referir, que na sua prática profissional, desenvolve processos compreensivos, que garantem (ou têm o potencial) da construção de uma prática igualitária, mas então porque continuam a existir desigualdades? “Compreender inclui necessariamente um processo de empatia, de identificação e de projecção. Sempre intersubjectiva, a compreensão necessita abertura, simpatia generosidade (Morin, 2002: 101). É importante reflectirmos que, à semelhança do género que é construído e reconstruído de acordo com as exigências momentâneas, também nós, somos capazes de nos comportarmos como mais ou menos igualitários, de acordo com o momento em que nos encontramos.

Deste modo, é indispensável a reflexão sobre a construção de alternativas educativas que capacitem e preparem os/as Assistentes Sociais para enfrentar/compreender os desígnios da actualidade. É importante que se operem dois tipos de reflexões uma que

cabe às/aos docentes que podem inconscientemente, enquanto envolvidas/os também numa sociedade desigual, transmitir valores desiguais.

(...) o professor monocultural faz tudo para afastar a diferença da sala de aula. Isto é, o professor desenvolve estratégias (não sempre conscientemente assumidas), por exemplo através da organização da turma ou do espaço físico da sala de aula, ou através da interacção que promove (ou não) com certos alunos, que não só simplificam a acção pedagógica, assim pondo em causa os benefícios que poderiam ser desenvolvidos na base da sua complexidade, como homogeneizam as relações socioculturais da sala de aula (Stoer, 2001:21).

Cabe assim aos/as educadores/as, a capacidade reflexiva e de transmissão de modelos policêntricos, tendo como objectivo constituírem-se como uma ruptura de estereótipos e preconceitos que os/as alunos/as transportam, caso contrário qual será a sua utilidade? “O grande desafio para a educação inter/multicultural é tornar a escola num lugar privilegiado de comunicações interculturais” (Stoer, 2001:21).

A outra reflexão, prende-se com a preparação da consciência social dos/as alunos/as, pois quando entram para a Universidade, acarretam um manancial de concepções do mundo que podem ou não ser igualitárias. Apesar de salientarmos a capacidade de propagação de desigualdade, ou de pelo menos, manutenção de pensamentos desiguais na formação académica, salientamos também a oportunidade encontrada na aprendizagem ao longo da vida para colmatar esta possível lacuna.

Neste momento, importa-nos apenas tornar consciente que é necessário “Reconocer que la profesión ha sido construida y desarrollada por mujeres, lo cual permitiría reinterpretar su historia e identidad desde el Género” (Romero, 2006). Numa sociedade que cada vez mais nos remete para a especialização progressiva do nosso trabalho, acreditamos que mais do que um condicionalismo societal se trata de um imperativo profissional, no que concerne à assumpção deste desafio na formação e agir profissional.

Assumir a subjectivação da profissão remete-nos quer para o aprofundamento do estudo e investigação constante das situações que se nos apresentam, sob pena de tentarmos aplicar receitas milagrosas e estereotipadas, a situações específicas, quer para o reencontro e revalorização de práticas profissionais “esquecidas” (como é o caso do Serviço Social Feminista).

3.4. A Emergência do Serviço Social Feminista

A relação entre Serviço Social e Género reforça-se através do reconhecimento que a profissão foi construída e tem sido desenvolvida por mulheres, factor que permitiria interpretar a sua história e identidade, a partir do género (conforme afirmamos anteriormente). Este processo reflexivo não visa desmerecer o papel dos homens no Serviço Social, pretende sim revalorizar e reconhecer o importante pendor do papel da mulher na profissão. Integrar na profissão o enfoque do género, possibilita compreender também que as desigualdades afectam homens e mulheres, de maneira diferente. Para além disto, permite também analisar as relações entre Assistentes Sociais e cidadãos/as beneficiários/as, num sistema de relações mais justo, desenvolvendo a humanização da intervenção (Romero, 2006). Inserimo-nos num colectivo de profissionais que tentam transformar e incluir a sua prática profissional dentro de movimentos que lutam e cooperam na promoção da igualdade.

A partir dos anos 60/70, o Serviço Social tradicional sofreu graves ataques por parte dos novos movimentos sociais, clamando por uma actualização/mudança da prática profissional. De acordo com Dominelli (2007), as questões da identidade foram trazidas ao Serviço Social através dos ecos dos novos movimentos sociais, e por autores/as, que se perguntavam como é que uma profissão dedicada a melhorar o bem-estar das pessoas, e trabalhando com elas em prol da sua emancipação, tem sido fortemente implicada em práticas que oprimem as pessoas. Questionavam também a ideia, “one fits all” dos modelos de serviços sociais, concretamente, sobre se estes podiam enfrentar as necessidades das pessoas, que se deparavam com desigualdades estruturais, organizadas para excluir pessoas, particularmente mulheres, minorias étnicas, incapacitados e pessoas com orientação sexual homossexual. Estes movimentos criticavam ainda o Serviço Social, porque falhava no assumir de exclusões particulares, ou seja, a ideia era de que existia uma identidade chamada mulher, que sugeria que todas as mulheres eram iguais, por exemplo uma mulher, negra, pobre e lésbica conflui uma variedade de

identidades, muito diversa da de uma mulher branca classe média e heterossexual não confluí.

Estes movimentos definiam as práticas do Serviço Social como opressivas, baseadas em visões de cima para baixo, do/a profissional que ignorava o conhecimento dos/as cidadãos/ãs acerca das suas próprias vidas e da imposição de “formas mais adequadas” para as mudarem. A cegueira dos/as profissionais de Serviço Social era vista como problemática porque resultava em intervenções orientadas para os desígnios do Estado de Bem-estar, deixando prevalecer uma cultura específica, conhecida como os brancos, classe-média, e heterossexuais.

As abordagens tradicionais do Serviço Social tendiam para prestar pouca ou nenhuma atenção às questões da desigualdade, discriminação ou opressão e, como consequência, eram uma fonte de práticas ameaçadoras, que deixavam os/as utilizadores/as dos serviços sentindo-se alienados/as e desvalorizados/as (Thompson, 1998:1). Conscientes dos pedidos e reivindicações por parte de grupos que se consideravam excluídos, marginalizados, movimentos de Assistentes Sociais reflectiram na necessidade de reformulação da sua prática.

Tendo em vista, a necessidade de adequação a estes novos desígnios, surgem as práticas profissionais radicais e anti-discriminatórias, nas quais se insere o Serviço Social Feminista. Estas práticas inscrevem-se dentro de um ideal mais abrangente, revalorizando o carácter emancipatório, que visa libertar as pessoas de atitudes, valores, acções, assumpções culturais discriminatórias, de estruturas de desigualdade e opressão, (dentro e fora das organizações) de ideologias poderosas que limitam as oportunidades e mantêm o *status quo*, e de práticas tradicionais que, embora baseadas em boas intenções, têm a consequência de manter as desigualdades (Thompson, 1998:41).

Uma das considerações levantadas por esta nova vaga de Serviço Social, eram as concepções tradicionais da família, que conduziam à opressão da mulher. Grande parte da população que procurava Assistentes Sociais, eram mulheres que retratavam problemas, que envolviam e podiam ser provocados por homens. “Por isso mesmo, passou a tomar corpo o crescimento de uma forma marcadamente feminina de exercer o trabalho social” (Payne, 2002:304). Iniciou-se a reflexão sobre a operacionalização de práticas profissionais, onde se tentavam afastar lógicas assistencialistas históricas da

profissão, segundo as quais os/as pobres se categorizavam como merecedores/as e não merecedores/as.

Na actualidade, o Serviço Social enfrenta várias restrições, o que tende para o enfraquecimento da intervenção, e da profissão em geral. Neste momento, os empregos são cada vez mais de curto prazo o que favorece o desenvolvimento de uma intervenção cimentada e planeada. A intervenção tem sido invadida por princípios de gestão, que podem tecer caminhos de desprofissionalização. A criação do conhecimento e a forma como este se difunde carece de reformulação, pois tende a continuar a segmentar o acesso da população ao mesmo. A autoridade do conhecimento do/a profissional terá que ser questionada, em relação à experiência do/a cidadão/cidadã, que usufrui do apoio. Até ao momento, existia a ideia de que o conhecimento do/a Assistente Social, era mais pertinente do que o dos/as cidadãos/as com quem trabalha, o que tende a sofrer alterações, valorizando-se cada vez mais a igualdade das relações profissionais (Fook, 2000:105/6).

Esta reconceptualização profissional pretendia que mulheres, minorias étnicas e incapacitados/as desenhassem as suas próprias formas de prática, surgindo assim, ramificações dentro de um Serviço Social mais generalista, o Serviço Social Feminista, o Serviço Social Anti-Racista. (Dominelli, 2007) À medida que, a “voz” dos grupos marginalizados se fazia ouvir, isso começa a influenciar também os discursos prevaletentes nas academias, especialmente no campo profissional das ciências sociais. Ao colocar o género no mapa do Serviço Social, as/os Assistentes Sociais feministas desafiaram a neutralidade de género, no que concerne a esta divisão social usualmente usada nas teorias e práticas do Serviço Social tradicional. As feministas, questionaram as/os Assistentes Sociais tradicionais, pela sua ligação ao discurso universalista, reflectiram também nos contextos em que os/as Assistentes Sociais desenvolvem a sua prática, recolocando o Serviço Social dentro da estrutura capitalista e patriarcal da sociedade e assumindo a natureza genderizada das relações sociais, em todas as esferas da vida pública e privada (Dominelli, 2002:8/9).

Jan Fook (2000,107) refere que é necessária uma reconceptualização da articulação entre teoria e prática para combater as disparidades do conhecimento criado a partir da realidade social, e na operatividade que ele tem no dia-a-dia, em prol da melhoria

concreta das condições de vida das pessoas, promovendo assim o afastamento de um conhecimento universal para um conhecimento contextualizado.

O Serviço Social Feminista inicia a sua implementação como um novo constructo teórico, aparecendo formalmente nas academias durante o fim dos anos 70 e, no princípio dos anos 80. Originalmente, procurou reclamar a natureza diferenciada da experiência das mulheres no Serviço Social, a sua invisibilidade dentro da “universalidade” masculina e a desadequação de uma prática profissional que confinava as mulheres a cuidadoras dos seus maridos, das suas crianças e dos seus pais (Dominelli, 2002:19).

As análises das feministas revelavam, que os homens eram privilegiados em relação às mulheres em muitas dimensões da natureza humana, incluindo a sua exclusão de alguns domínios laborais. Demonstraram também que os homens exerciam poder sobre as mulheres através do exercício de violência emocional, psicológica e sexual. Discutiram também que as mulheres têm direito de aceder aos mesmos domínios públicos que os homens, se assim desejassem. Pretendiam também que os homens assumissem responsabilidade em muitas das tarefas que as mulheres tradicionalmente assumiam, tais como, tarefas domésticas, cuidar das crianças e dos idosos. Daí que um domínio substancial das críticas feministas se prendia com a necessidade de acabar com um *status quo* que privilegiava os homens em relação as mulheres (Dominelli, 2002:5).

As feministas almejavam por introduzir na intervenção, uma linguagem com preocupações de género, incluindo tanto homens como mulheres nos discursos, lutavam por igualar as relações entre docentes e discentes, e tornar audíveis vozes menos audíveis. Lutaram também pela articulação entre teoria e prática, pela promoção de acções igualitárias entre cidadãos/as, pela valorização das responsabilidades das mulheres no seio doméstico, pelo reconhecimento da capacidade das mulheres desenvolverem trabalho pago, pelo alerta para as relações de poder genderizadas colocando em desvantagem as mulheres e pelo reconhecimento da capacidade das mulheres em tomar acções por si mesmas (Dominelli, 2002: 20/22).

Apesar de cada uma das diferentes escolas do feminismo, ter as suas próprias percepções acerca da origem da opressão da mulher, e formas para a sua superação, partilham uma série de características, como assegurar por exemplo, o direito das

mulheres serem livres de opressões, o direito das mulheres falarem por si mesmas, o direito de ouvir as mulheres e pelo direito pela criação de estilos de vida alternativos.

O feminismo crítico é inclusivo e integrador, explora as múltiplas variáveis que concorrem para a condição de menoridade das mulheres (não só o género mas a classe social, a etnia, entre outras), entende as mulheres e os homens como grupos heterogéneos, que em função dessa heterogeneidade têm acesso diferenciado ao poder e, sobretudo, defende que as estratégias para o combate da opressão e da exploração devem ser conjuntas, na medida em que não excluem os homens do processo de conquista de direitos iguais (Neves, 2008:37).

Dominelli (2002,22) define Serviço Social Feminista, como uma forma de prática que toma a experiência das mulheres sobre o mundo, como o ponto de partida da sua análise, focalizando as ligações entre a posição das mulheres na sociedade, e as predisposições pessoais, respondendo às suas necessidades, criando relações igualitárias na relação Assistente Social cidadão/a e, ainda enfrentando desigualdades estruturais. O Serviço Social demonstra assim, a sua implicação com um dos princípios base do feminismo, que é o seu compromisso com a mudança social, como meio de melhoria nas condições de vida de mulheres, homens e crianças.

3.5. Serviço Social Feminista e as suas metodologias

A redefinição dos problemas assume-se como uma parte importante na forma da intervenção, do Serviço Social Feminista, pois reduz a sensação de isolamento da/o cidadã/ao. Estabelecendo uma relação igualitária, o Serviço Social Feminista coopera na tomada de decisão, validação e obtenção de novo conhecimento. O Serviço Social Feminista é uma forma de trabalho que assente da desigualdade de género e da necessidade da sua eliminação como o ponto de partida para a intervenção com pessoas, grupos ou organizações. Trata-se de uma abordagem enraizada nas experiências das mulheres sobre a realidade, e que usa a investigação para atestar a presença (mais ou menos sistemática) de discriminações contra as mulheres. O seu principal objectivo é usar relações igualitárias, como forma, de desenvolver os recursos, habilidades e a tomada de controlo das suas próprias vidas (Dominelli, 2002: 7).

O Serviço Social Feminista propõe-se trabalhar o impacto das relações patriarcais genderizadas em homens, mulheres e crianças; examinar o impacto do patriarcado público e privado em mulheres, homens e crianças; reconceptualizar a dependência;

evitar as falsas tentativas de igualdade aquando da construção de relações igualitárias; celebrar as diferenças; celebrar as forças e habilidades das mulheres; valorizar o Serviço Social e reformular as condições sob o qual ele é celebrado; desconstruir as noções de comunidade; desmontar a noção de maternidade, desafiar concepções monolíticas de família e expandir a sua definição; considerar a construção social do género; separar as necessidades de homens, mulheres e crianças; mediar o poder do Estado e cooperar na capacidade de resistência à opressão (Dominelli, 2002: 18/9). Para responder às aspirações igualitárias no dia-a-dia, as feministas têm que valorizar e trabalhar com a diferença. Consideram ainda que os/as Assistentes Sociais que não trabalham ou desrespeitam o significado positivo das diferenças, são mais passíveis de avaliar a diferença como patológica e responder desadequadamente às necessidades.

O entendimento feminista sobre a divisão público e privado, foi central para a redefinição dos problemas sociais através do: encorajar as mulheres para pensar questões privadas como problemas públicos, apoiar as mulheres na superação do isolamento através de uma acção colectiva. Conhecer as necessidades das mulheres, de uma forma holística, lidando com a complexidade das suas vidas, incluindo as diversas formas de opressão sobre elas, é uma parte integrante do Serviço Social feminista. Mais recentemente o Serviço Social Feminista incorporou os homens com mais veemência na sua prática.

Segundo Mcleod E. & Dominelli L. (1989,114/126), o Serviço Social Feminista aposta em campanhas para externalizar a opressão das mulheres e de todas/os oprimidos/as, aposta no trabalho de grupo o que reduz a sensação de isolamento entre as mulheres e promove a união entre as mesmas, desconstrói relações de poder na família, através da clarificação do papel de cada um/a no seio família libertando-se assim, de posições estereotipadas, perceber o pendor da educação sexista e desmontá-la para que não seja reproduzida. Propõe-se deste modo, à redefinição dos problemas, através da implementação de formas de interacção igualitárias, não assimétricas. Por outro lado, tenta analisar/adequar políticas sociais aos interesses dos/as que mais necessitam, evitando a propagação do sexismo.

Jan Fook (2002,94/96) propõe a (re)invenção das práticas profissionais, através da desconstrução dos discursos dominantes. Se virmos a linguagem como mutável e contestável, é fundamental termos em presença a capacidade de a resistir/confrontar. O

processo crítico e reconstrutivo envolve (desconstrução contínua, resistência, desafio, reconstrução crítica). No que se refere à **desconstrução contínua**, implica procurar-se contradições no discurso, a presença de um pensamento duplo pode alertar-nos para construções problemáticas. Após termos reflectido nos pontos de força do discurso, é fundamental iniciar o processo de **resistência**, que entende um processo de reconhecimento de formas como o discurso poderá ser questionando. Inicia-se, assim, o **desafio**, aos pontos de congruência e incongruência dos discursos, o desafio passa por nomear ou identificar a existência de pontos-chave escondidos. Após estarem mexidos e remexidos os pensamentos, concepções e ideologias, é necessário **reconstruir** o pensamento e a acção, o que envolve a formulação de novos discursos e estruturas que podem culminar, na invenção de novos termos, frases, para conversações, criar novas categorias, modelar novas práticas, criar estruturas ou processos, culturas que permitam novos discursos e, desconstruir relações de poder.

Estas novas práticas focam o processo reflexivo, numa constante relação entre pensar e fazer. A prática reflexiva foca-se no processo, ser reflexivo/a envolve um amplo alcance de conhecimentos práticos e teóricos, bem como, Assistentes Sociais, que pensam, sentem e fazem do Serviço Social uma integração da prática, intelecto e de elementos emocionais.

A prática emancipatória feminista, coloca as questões da linguagem, do poder, como de fulcral importância para o Serviço Social, porque a linguagem reflecte e reforça a desigualdade. Existe assim, uma necessidade dos/as Assistentes Sociais desenvolverem conhecimento sobre a forma como este pode contribuir para discriminação e opressão. A linguagem pode alienar, pode criar barreiras sem que nos demos conta, a noção de politicamente correcto foi usado como um dispositivo para desviar atenção das questões do poder, desigualdade e discriminação e opressão (Thompson, 1998:72). A linguagem pode transmitir ideias e valores discriminatórios, por exemplo a metáfora que diz “tempo é dinheiro”, classifica os modelos de entendimento do mundo. Daí que seja fundamental chamar aos textos políticos, históricos, académicos e técnicos, a igualdade de género, isto é, em vez de nos referirmos sempre no masculino, tentarmos referir o feminino também, como por exemplo: as/os Assistentes Sociais.

O Serviço Social assume-se como um colectivo profissional que encontra na actualização constante e que reconhece a actualidade como um caminho de

potencialidades e de revalorização profissional e social. Através da consideração da(s) diferença(s) como uma força dentro das relações igualitárias, o Serviço Social feminista, celebra a variedade de identidades dentro de um grupo aparentemente homogéneo. Ressalvamos que nem o Feminismo, nem o Serviço Social feminista, são entidades monolíticas que subscrevem a uma face única da verdade.

Capítulo 4 - Fundamentação da Escolha Metodológica de Investigação

O presente trabalho de investigação, intitulado de “*Género, uma dimensão oculta na prática profissional do/a Assistente Social?*”, constrói-se a partir de três veios de análise. Um primeiro trata de rever conceitos tais como, Serviço Social, Género e Igualdade/Desigualdade. Um segundo veio debate o Serviço Social como uma profissão maioritariamente feminina, quer quanto à composição dos/as profissionais, quer quanto à composição da população com quem trabalha. Um terceiro veio prende-se com a compreensão da dimensão de género na prática profissional do/a Assistente Social, através de domínios teórico-práticos como a análise/observação da realidade social e a intervenção do(a) Assistente Social nessa mesma realidade. Cooperando assim na construção de hipóteses de intervenção, para a prática profissional de Assistentes Sociais, adequadas ao domínio da igualdade de género.

As preocupações com a prática profissional iniciaram-se durante a licenciatura em Serviço Social, principalmente pelos discursos correntes de que “teoria é uma coisa, prática é outra”. A incompreensão destes discursos fazia-nos temer a incompetência num momento de confronto de utilização teórica em contexto prático. Durante a formação da licenciatura evidenciaram-se questões profissionais, tais como operacionalização de valores e métodos, o que já denotava que a própria prática profissional seria também, uma mescla de práticas.

Estas motivações delimitaram e construíram o objecto de estudo, que é a prática profissional na sua relação com as questões de género. É precisamente para tentar aprofundar o papel do Serviço Social neste domínio que assumimos que, um dos maiores desafios com que as ciências sociais em geral, e o Serviço Social, em particular, se defrontam passa por concretizar um conhecimento aprofundado sobre as desigualdades de género e utilizá-lo para implementar práticas adequadas para lidar com estes fenómenos.

Deste modo, propomo-nos explicitar através da construção dos objectivos de investigação, qual o fio condutor a perseguir para construir este trabalho. Daí que, o objectivo geral deste trabalho seja identificar e analisar as percepções subjacentes à prática profissional do Serviço Social quanto ao papel de género. Como objectivos específicos elencamos:

- Identificar as percepções sobre o género nas/os profissionais de Serviço Social;
- Analisar a percepção desses mesmos/as profissionais quanto à prática profissional na relação com o género e com as desigualdades de género;
- Identificar os contributos da formação do/a profissional de Serviço Social para lidar com as questões de género;

Investigar em Serviço Social concorre para a reconceptualização da investigação, desenvolvida pelo Serviço Social podem reconhecer-se características específicas:

(...) o que particulariza a investigação dos profissionais que actuam nas relações sociais é o facto de ter no seu horizonte um certo tipo de intervenção: a intervenção profissional. Esse profissional se detém frente às mesmas questões que outros investigadores, porém a sua preocupação central é a incidência sobre a prática que decorrerá do conhecimento produzido. Para ele, o saber crítico aponta para o saber fazer crítico (Batista, 2001: 42).

De facto, aquilo que procuramos alcançar com este estudo é que para além do desenvolvimento teórico construído, se consiga alcançar o desenvolvimento da prática profissional, sendo que ambas as dimensões se interligam. O tipo de investigação seleccionada por um/a Assistente Social tem pressupostos claros, pois, segundo Martins (1996, 59):

(...)valorizam a participação das pessoas com quem trabalham, envolvendo-as no processo de investigação, esforçam-se por tentar reconstruir ou devolver a humanidade ao sujeito, colocando a subjectividade no seu contexto social, reconhecendo o processo social e as estruturas sociais através das quais as pessoas compreendem o mundo de uma maneira particular.

Os/as interventores/as sociais e, concretamente, as/os Assistentes Sociais, tendo em conta a sua necessidade de perceber os fenómenos numa dimensão global e específica, utilizam métodos qualitativos e quantitativos, tentando retirar de ambos o máximo possível de compreensão da realidade.

Na esteira de Santos (2007:57) quando nos dá a conhecer duas rupturas epistemológicas apresenta-nos uma mudança na ciência, enquanto directamente comprometida com a finalidade da mesma, “ «para que queremos a ciência?». As preocupações com a finalidade deste estudo relacionam-se com o seu contributo para a mudança social, factor que se encontra comprometido com o facto da profissão desenvolvida pela própria investigadora e alvo de investigação se encaminhar para a crença de que por dever ético - político e teórico - metodológico, temos necessidade de tornar este estudo de reflectido para reflectido e interventivo. Para além deste factor, inserimos este estudo maioritariamente no paradigma compreensivo das ciências sociais, na fenomenologia, através da qual se pretende apreender os fenómenos de foro subjectivo (Guerra, 2006:27).

Para além de um exercício de conceptualização científica, existe a necessidade de que o estudo sirva para o desenvolvimento da intervenção. Enquanto os/as investigadores/as continuarem a produzir conhecimento sem o devolverem às comunidades com quem trabalham, não se podem surpreender que não haja evolução. É que, de facto, até aos dias de hoje, muitas das investigações continuam a ter utilidade apenas para revisão literária, contudo, aquilo que nos indicam os estudos é que as populações com quem trabalhamos ficam arredadas deste sector.

Principalmente na área das ciências sociais, é frequente que se estudem e intervenha para alterar condições de vida de determinadas populações. Esta interligação implica que cada um de nós seja “ (...) a tradução do outro, ambos criadores de textos, escritos em línguas distintas ambas conhecidas e necessárias para aprender a gostar das palavras e do mundo (Santos, 2007:55). É este trabalho de tradução, que começa a ser exigido aos (às) profissionais de intervenção social em geral, e de Serviço Social em particular, pois cada vez mais as sociedades e as profissões são compostas de identidades individuais e colectivas em interacção constante e constante tradução.

(...) as nossas trajectórias de vida pessoais e colectivas (enquanto comunidades científicas) e os valores, as crenças e os prejuízos que transportam são a prova íntima do nosso conhecimento, sem o qual as nossas investigações laboratoriais ou de arquivo, os nossos cálculos ou os nossos trabalhos de campo constituiriam um emaranhado de diligências absurdas sem fio nem pavio (Santos, 2007:53).

No paradigma compreensivo defende-se que os/as investigadores/as são pessoas, possuidores /as de história, de cultura, de características pessoais que condicionam o trabalho que desenvolvem, desde o momento da sua concepção mental até à forma como se pensam as metodologias a utilizar. O que nos remete para o carácter não neutro do/a investigador/a quando escolhe um método em detrimento do outro. Esta escolha prende-se com os objectivos que o/a investigador/a têm ao iniciar uma investigação. “Daí que os métodos não tenham sentido sem o elemento pessoal que os põe em execução, sem as aptidões específicas do cientista e o seu envolvimento apaixonado no trabalho” (Santos, 1989:66/7).

Nesta primeira análise sobre o papel do/a investigador/a, reflectimos que mesmo que este/a quisesse alegar neutralidade, tal seria impossível e infértil, pois a riqueza do conhecimento passa pelas convicções de que partimos quando intervimos, pois estas condicionam todo o percurso investigativo. Ao incorporar este princípio, imprimimos neste trabalho o aprofundamento de metodologias emancipatórias. Compreender a prática profissional na sua relação com as questões de género, remete-nos para um domínio subjectivo de análise. Referimo-nos a um domínio subjectivo principalmente por quatro motivos. Um primeiro, relaciona-se com o facto de cada prática profissional encerrar um conjunto de forças tais como, socialização, traços de personalidade, instituições e pessoas em geral. Um segundo motor prende-se com o género, enquanto

categoria que gera desigualdade construída/desenvolvida por todos/as nós diariamente. Uma terceira razão prende-se com o facto de o Serviço Social apesar de formalmente se apresentar como uma profissão homogénea, ela é heterogénea na sua composição, aplicação e apreensão. Um quarto e último motivo, prende-se com o facto de se pretender que este estudo possa contribuir para a mudança de práticas profissionais, logo das/os profissionais que dão vida a essas práticas.

O uso do paradigma compreensivo da ciência leva-nos igualmente à valorização dos métodos qualitativos (por relação aos quantitativos) no domínio das ciências sociais, isto porque:

Os métodos quantitativos criam distância porque reservam para o sujeito o universo das qualidades e reduzem o objecto a sua expressão (distorção) quantitativa. Pelo contrário, os métodos qualitativos criam proximidade porque envolvem tanto o sujeito como objecto no mesmo universo de qualidades (Santos, 2007:124).

Optamos pois, pelas metodologias qualitativas como sendo as adequadas para tornar audíveis e visíveis, os actores e as actrizes protagonistas do estudo, tanto mais quanto numa profissão como a de Serviço Social é fulcral que os estudos possam contribuir para a melhoria das relações sociais e, por consequência, para a mudança social. Não sendo objectivo aprofundar a discussão concreta sobre paradigma positivista e hermenêutico, é um facto, que o paradigma compreensivo, pela sua capacidade de olhar e apropriar o subjectivo faz renascer e revalorizar os métodos qualitativos:

Em primeiro lugar, porque (...) a teoria crítica (...) só confirma o existente na medida em que este se desconfirma tal como existe e confirma o futuro. Em segundo lugar, porque, enquanto a quantidade aumenta a distância entre o sujeito e o objecto, precisamente como meio de confirmar o existente tal como existe, a teoria crítica, porque interessada na transformação do que existe e, portanto, na transformação dos objectos em sujeitos de transformação do que existe e, portanto, na transformação dos objectos em sujeitos de transformação, não pode deixar de querer a aproximação entre o sujeito e objecto. Por ambas as razões, no âmbito do paradigma da ciência moderna a teoria crítica parece ter de privilegiar os métodos qualitativos (Santos, 1989:125).

Por outro lado, tal como referido pretende-se conhecer subjectividades e como tal, apenas uma metodologia maioritariamente qualitativa nos permitiria apreender este domínio.

Historicamente, a metodologia qualitativa cresceu a partir dos anos 60 que como sabemos são anos que conheceram o questionamento e a mudança social. Reconhece-se também o papel dos movimentos feministas na ciência.

Em primeiro lugar, o feminismo influenciou o tipo de sujeitos que os investigadores qualitativos (feministas) estudavam. O feminismo afectou o conteúdo das investigações à medida que os investigadores iam estudando a forma como os papéis psicosexuais influenciavam a construção do mundo, (...). Em segundo lugar, o feminismo afectou igualmente as questões metodológicas. Alguns destes efeitos surgiram do questionar geral sobre a natureza dos métodos de investigação feministas nas ciências e nas ciências sociais (e.g.,Harding,1987), mas a prática também promoveu mudanças (Bogdan & Biklen, 1994:44/5).

Assumir este tipo de metodologia implica também que reconheçamos que o conhecimento tácito desempenha um papel preponderante, e que os/as investigadores/as são também actores/atrizes e que querem experimentar aquilo que estudam. Nesta abordagem os/as investigadores/as assumem a influência tanto da ciência como da experiência pessoal (Olabuena, 1996:14).

A investigação qualitativa, segundo Martinelli (1999:22), parte de alguns pressupostos como o reconhecimento de que cada ser humano é singular e que cada investigação é única “(...) conhecê-lo significa ouvi-lo, escutá-lo, permitir-lhe que se revele. Assim, se a pesquisa pretende ser qualitativa e pretende conhecer o sujeito, precisa ir exatamente ao sujeito, ao contexto em que vive sua vida.” O que nos remete para a importância de “(...) conhecer a experiência social do sujeito e não apenas as suas circunstâncias de vida. Envolve, portanto, seus sentimentos, valores, crenças, costumes e práticas sociais cotidianas” (Martinelli, 1999: 22/3). A utilização da metodologia qualitativa pressupõe que seja uma investigação com um número limitado de sujeitos pois, como se trata de um trabalho fortemente intensivo, seria difícil apreender todas as suas especificidades se fossem muitas pessoas (Ibidem: 22).

Dentro do paradigma compreensivo em geral, e mais concretamente nas metodologias qualitativas, pretendemos que este estudo subscreve maioritariamente um raciocínio indutivo, cuja principal característica se prende com o facto de “a lógica da investigação não é gerada *a priori* pelos quadros de análise do investigador, que espera conseguir encontrar essa lógica através da análise do material empírico que vai recolhendo” (Guerra, 2006:22). Tal como é possível analisar aquando da formulação do objecto,

iniciamos este estudo por motivações emergentes da prática profissional e também pessoais, que nos levaram a um aprofundamento da realidade observada. Daí que, ao longo deste trabalho, se pretenda construir e reconstruir o trabalho de reflexão, tornando constante o processo de retroalimentação entre teoria e prática.

Os métodos mais valorizados foram durante muito tempo, os quantitativos, contudo, no paradigma emergente verifica-se uma revalorização dos métodos qualitativos, os quais pretendem captar a subjectividade dos actores e dar mais liberdade para o/a investigador/a iniciar um exercício de tradução.

Um conhecimento deste tipo é relativamente imetódico, constitui-se a partir de uma pluralidade metodológica. Cada método é uma linguagem e a realidade responde na língua em que é perguntada. Só uma constelação de métodos pode captar o silêncio que persiste entre cada língua que pergunta (Santos, 2007:49).

Dentro dos métodos qualitativos e nas relações profissionais, algo que está sempre presente é o discurso/linguagem. O discurso insere-se dentro das formas de comunicação verbal e é utilizado em vários contextos, em situação de entrevista, em situação de demonstração dos resultados de uma pesquisa, em situações rotineiras do dia-a-dia. Algo que é comum em todas as situações, é a tentativa de um elemento conhecer e persuadir o outro de que a sua ideia está correcta.

(...) a reflexão hermenêutica sobre a epistemologia e a metodologia não se pode cumprir sem a retórica. Para dar sentido a ciência que se faz e como se faz é necessário conhecer quais os argumentos considerados validos pelo auditório relevante para legitimar o conhecimento científico (Santos, 1989:110).

Nas relações profissionais esta situação aprofunda o fosso da desigualdade, porque as relações estabelecidas não são simétricas, uma parte da relação, à partida, dispõe de poder argumentativo baseado no conhecimento de que quem possui conhecimentos científicos e, por isso, tem mais poder. Este poder aparece aos profissionais sob várias formas de categorização, “os (as) pobres”, “as vítimas de violência doméstica”, “as (os) excluídas (os)”. Não é oportuno alongarmos a história da linguagem, concretamente a sua relação com a natureza, e com a construção do outro/a, contudo, importa dizer que, a construção do outro/a está e relacionada com a classificação das suas características:

Contudo, a história natural só pode e deve existir como língua independente de todas as outras se for uma língua «perfeita». E universalmente válida. Na linguagem espontânea e «imperfeita», os

quatro elementos (proposição, articulação, designação, derivação) deixam entre si interstícios abertos: as experiências de cada um, as necessidades ou as paixões, os hábitos, os preconceitos, uma atenção mais ou menos desperta constituíram centenas de línguas diferentes, e que não se distinguem apenas pela forma das palavras, mas, antes de tudo, pela maneira como essas palavras delimitam a representação (Foucault, 1998:208).

Esta linguagem universal não permitia que as diferenças se mostrassem, pois a própria linguagem não as reconhecia. Temos por exemplo, o facto de a maioria das vezes quando se chega a um espaço diz-se “Bom dia a todos” independentemente de lá se encontrarem mulheres. De facto, este “esquecer” do reconhecimento pela linguagem colocava o reconhecimento das diferenças num plano inferior. Este novo paradigma chama a atenção para o reconhecimento das diferenças através do discurso nas pessoas com quem lidamos e trabalhamos, contribuindo para aprofundar, deste modo, os procedimentos emancipatórios.

Para além deste factor de carácter social, as desigualdades propagadas pelos discursos aprofundam-se, por outro lado, pelo próprio papel que o/a profissional desempenha na hierarquia social. “Esta dissimetria é redobrada por uma dissimetria social todas as vezes que o pesquisador ocupa uma posição superior ao pesquisado na hierarquia das diferentes espécies de capital, especialmente do capital cultural” (Bourdieu, 1993:695). O estatuto de profissional deriva também da utilização de linguagem capaz de romper com o senso comum e, como tal, não estaria acessível à maioria da população, o que aprofundava o fosso entre profissionais e restantes cidadãos/as. Esta reflexão, não visa negar que tal hierarquização ainda se mantém, contudo pretende sim, ser um mote para a consolidação do facto de que nos encontramos em presença de um “paradigma prudente para uma vida decente”, e das responsabilidades que este trás para a intervenção social, concretamente através de metodologias emancipatórias e anti-discriminatórias.

Até ao momento demonstramos alguns dos motivos que nos fizeram optar pelas metodologias qualitativas, contudo, enquanto entusiastas da experiência do caminho a percorrer para melhor aferir da pertinência da sua utilização, propomo-nos a testar a utilidade da metodologia qualitativa neste trabalho de investigação. Adoptar este tipo de metodologia implica que reconheçamos que o conhecimento tácito desempenha um

papel preponderante, que os investigadores/as são também actores/atrizes e que querem experimentar aquilo que estudam.

Posicionamos pois, no paradigma compreensivo, que visa recolocar a ciência de uma forma interventiva, optamos pela metodologia qualitativa, a qual envolve a reflexão em torno do/a investigadora e dos seus compromissos com a investigação. Posteriormente, é nosso objectivo dar corpo, às técnicas utilizadas para concretizar o aspirado.

4.1. Como consubstanciar o percurso definido....

Iniciamos a primeira fase de investigação, realizando a pesquisa bibliográfica, a qual foi sistematizada através de grelhas de leitura, “com a finalidade de progredir na aprendizagem da leitura e dela retirar o máximo proveito (...) (Quivy R., Campenhoudt, L, 1998: 57). A análise bibliográfica encerra paradoxos, pois por um lado, serve como clarificadora da área que pretendemos investigar, mas, por outro lado, dada a panóplia de escolhas constitui-se como um exercício interessante de filtragem daquilo que para a investigação em particular se reconhece como mais pertinente.

Após e no decorrer desta análise e reflexão bibliográfica, demos início à fase que nós se traduziu numa das mais ditosas de toda a investigação, referimo-nos às doze entrevistas realizadas às Assistentes Sociais a desenvolver a sua prática profissional nos concelhos de Esposende, Barcelos e Braga (todas mulheres). Esta delimitação foi realizada de acordo com os seguintes critérios: intervenção directa e oportunidade das pessoas entrevistadas sinalizarem novos/as colegas a serem entrevistados/as. De facto, apesar de termos todo o interesse em conhecer os discursos de Assistentes Sociais homens, tal não foi possível na população participante deste estudo, pois tal, como referido anteriormente, o Serviço Social é maioritariamente composto por mulheres, sendo que os homens que existem nesta área se encontram noutras áreas de intervenção.

As entrevistas tiveram como objectivo dar continuidade ao percurso de conhecimento, e dar início ao percurso teórico-prático, concretamente, através da captação das percepções em relação às questões de género:

Uma entrevista consiste numa conversa intencional, geralmente entre duas pessoas, embora por vezes possa envolver mais pessoas (...) a entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo (Bogdan & Biklen, 1994: 143).

Dentro da metodologia qualitativa a entrevista deverá constituir-se como um mecanismo despoletador de conversas, por vezes mais estruturadas do que outras. Neste caso, em particular, utilizamos as entrevistas semi-estruturadas, através destas “(...) fica-se com a certeza de se obter dados comparáveis entre os vários sujeitos, embora se perca a oportunidade de compreender como é que os próprios sujeitos estruturam o tópico em questão (Bogdan & Biklen, 1994: 135).

Assim, as entrevistas desenvolvidas para além de semi-estruturadas cumpriram também o papel de investigação exploratória, tendo como objectivo iniciar o campo de análise:

“a) função exploratória – este estatuto tem interesse quando se inicia uma pesquisa de terreno e se pretende descobrir as linhas de força pertinentes dado o desconhecimento do fenómeno apresentado. O tipo de questionário é extensivo num primeiro momento, diversificando o mais possível as problemáticas e os interlocutores” (Bertaux (1997) cit. in Guerra, 2006:33/4).

As entrevistas foram realizadas maioritariamente nos locais de trabalho das entrevistadas, “ (...) os investigadores qualitativos assumem que o comportamento humano é significativamente influenciado pelo contexto em que ocorre, deslocando-se, sempre que possível, ao local de estudo” (Bogdan & Biklen, 1994:48). Estas não foram gravadas, pois as primeiras entrevistadas não se mostraram confortáveis com a gravação, pelo que consideramos adequada a não gravação. O momento das entrevistas constitui-se para a investigadora como um momento fundamental para o desenvolvimento da consciência profissional, pois acreditamos que apenas através da interacção, partilha e empatia, conseguimos revalorizar a própria prática profissional e contribuir, caso seja necessário, para a sua alteração. Numa sociedade individualista, líquida, como aquela em que nos encontramos, só através de momentos de união profissional poderemos fazer face a constrangimentos estruturais, sociais, individuais com os quais nos confrontamos diariamente.

4.2. Análise de conteúdo – possibilidade ou utopia?

Quando optamos pela metodologia qualitativa e pela realização de entrevistas, pensávamos que já estávamos conscientes do percurso que teria que ser feito, contudo, apenas quando chegamos a esta fase nos demos conta das exigências colocadas. Referimo-nos à exigência por dois motivos, um primeiro que se prende com o dever profissional de tornar visíveis as opiniões das profissionais entrevistadas, um segundo prende-se com o dever de foro colectivo no qual carregamos o carimbo Serviço Social e o dever de o reconhecer o melhor que sabemos e podemos. Referimo-nos à análise de conteúdo como possibilidade ou utopia, pois estamos certas de que se voltássemos a fazer este trabalho, de análise de conteúdo, subdividida em dimensões e categorias, novos prismas poderiam ser encontrados.

Segundo Bardin (1995,38) “ (...) conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Com base neste trabalho, foram construídas as dimensões e categorias (abaixo explicitadas) as quais, pensamos que poderão tornar evidentes as percepções das profissionais no domínio das questões de género. Segundo Bardin (1995, 36), a análise de conteúdo obedece a regras rigorosas que lhe transmitem cientificidade, tais como, homogeneidade: ao longo da análise deverão ser utilizados critérios precisos; exaustividade: esgotar a totalidade do texto e justificar porque se escolhe uma dimensão ou categoria em detrimento de outra; exclusividade: um mesmo elemento do conteúdo não pode ser classificado aleatoriamente em duas categorias diferentes; objectividade: codificadores diferentes devem chegar a resultados iguais; pertinência: adaptadas ao conteúdo e ao objectivo do estudo.

Dimensões	Categorias Estruturais
Percepções sobre o conceito de Género sobre a Desigualdade de Género	Justificações biológicas
	Definição espontânea
	Tarefas domésticas
	Justificações individuais
	Responsabilidade sobre ascendentes/descendentes
	Justificações da socialização

	Representatividade nos serviços sociais de apoio
	Participação cívica
	Representatividade feminina e masculina em cargos de direcção
Percepções sobre Práticas Profissionais do Serviço Social e Género	Na emergência do Serviço Social
	No decorrer da formação (inicial ou outra)
	Na tradução de práticas (a)genderizadas
	Boas Práticas para a intervenção

4-3. Retroalimentação das dimensões

A primeira dimensão incide sobre a *percepção das profissionais sobre o género*, de modo a captar os entendimentos das Assistentes Sociais sobre o género, o que poderá determinar/condicionar práticas profissionais, enquanto mais ou menos promotoras de igualdade de género. Para tal definiram-se como categorias, uma *definições espontâneas* daquilo que para este grupo entrevistado é o género, pois tal, como ao longo deste trabalho foi explorado as diferenças entre homens e mulheres vêm a ser questionadas desde os primórdios da história. Desde sempre no contexto europeu, que os homens ficavam responsáveis, por exemplo, pela pesca em alto mar e as mulheres na venda do peixe, pelas actividades de caça por homens e as mulheres pelo tratamento das peles. Esta adaptação a determinadas funções foi/é justificada pelas diferenças biológicas de cada um/a que compeliem/em homens e mulheres para funções diferentes porque biologicamente tinham/têm predisposições biológicas/sexuais antagónicas, mas complementares, o que originou também a divisão sexual do trabalho. Surgiu deste

modo a necessidade da criação de um conceito que separasse a diferenciação biológica da capacidade que cada um/a de nos possui na construção do seu papel social independentemente do seu sexo. Tal como anteriormente apresentado, o conceito género surgiu como forma de separar o movimento das mulheres que esteve na origem do conceito da própria história de emancipação das mulheres, isto é género diz respeito a todos os artefactos culturais, pessoais, políticos, económicos, sociais que poderão ser construídos por homens e mulheres, não se confinando assim aquilo que está estipulado como sendo “natural” para homens e mulheres.

Assim, sendo o género um conceito dinâmico e em constante construção e reconstrução nas relações sociais, é possível através das categorias subsequentes complementar e compreender as percepções/posturas em relação aos acontecimentos que demonstram a forma como vemos que homens e mulheres se comportam na sociedade. Delimitou-se assim, como categorias a ***Justificação estrutural***, o qual concerne ao pensamento que o nosso comportamento não depende apenas daquilo que desejamos que ele seja mas aquilo que a sociedade permite que ele seja. Outra forma de ver as relações sociais entre homens e mulheres, prende-se com a categoria ***Justificação individual*** que enaltece as características pessoais que cada um/a de nos transporta porque biologicamente diferentes. A ***Justificação pela socialização*** surge como categoria de análise, pois remete as diferenças de homens e mulheres enquanto determinadas pela educação que tivemos quer primária que secundária e que moldam o nosso comportamento, enaltecemos aqui a análise de Sandra Bem, que nos remete para as personalidades androginias, que se prende com pessoas que conseguem desenvolver o seu comportamento mediante funções tradicionais de ambos os sexos. A ***Justificação biológica***, surge como outra categoria de análise, a qual nos remete para a presença de algumas características biológicas, tais como, condicionantes hormonais, como explicam as condicionantes e diferenciações dos comportamentos de homens e mulheres.

Em suma, aquilo que esta dimensão visa compreender é a percepção imediata que as Assistentes Sociais entrevistadas têm sobre o conceito de género e por outro lado, vê-lo consubstanciado nas relações entre homens e mulheres, e qual o pendor que atribuem com maior preponderância no relacionamento social e que poderá condicionar as suas vivências, quer na sua vida profissional, quer pessoal, analisando deste modo, a

subjectividade presente em cada um/a de nós aquando da naturalidade e predisposição/imposição que pertencer a um ou outro sexo poderá englobar.

A forma como vemos homens e mulheres e as relações entre eles/as, determinam a forma como reconhecemos as desigualdades de género, quer na nossa vida pessoal, quer profissional. Sendo este um estudo de reconhecimento subjectivo, facilmente estes dois domínios da nossa vida se conjugam, daí que se tenha determinado como segunda dimensão de análise a *percepção sobre as desigualdades de género*. Sendo a prática do serviço social, orientada para a intervenção com pessoas, isto é, no campo das relações sociais, é fulcral, que saibamos reconhecer as desigualdades de género com as quais diariamente nos confrontamos. Deste modo, e tendo em conta a literatura, principalmente de instrumentos de política social como é o caso, do Plano Nacional para a Igualdade e o Plano Nacional contra a Violência Doméstica, foram elencadas como áreas principais de desigualdade e como categorias de análise, as *tarefas domésticas*, que nos remete para a identificação de quem assume maioritariamente esta responsabilidade se mais homens ou mulheres e tentar explorar alguns motivos, a *responsabilidade sobre ascendentes/descendentes* quem entre homens e mulheres assume maioritariamente o cuidado de filhos/as e pais, por outro lado, quem procura mais os serviços sociais através da categoria *recorrência (a) genderizada aos serviços sociais* esta categoria tenta enaltecer se quem procura mais os serviços são homens ou mulheres tentando reflectir no porquê de serem mais mulheres do que homens e reflectir se as praticas profissionais são adequadas ou não á população, outra categoria é a *participação cívica* que nos remete para perceber se na actualidade homens e mulheres se representam de igual forma ou caso contrario se tal não acontece, e quais os motivos apresentados. A última categoria analisada é a *representatividade feminina e masculina em cargos de direcção*, que visa compreender se homens e mulheres estão igualmente representados e caso isso não aconteça quais as razões.

Estas categorias de análise permitem-nos aceder as percepções das Assistentes Sociais entrevistadas acerca das várias áreas de desigualdade, o que implica do nosso ponto de vista o reconhecimento de quais os nossos estereótipos, e em particular os de género. Subscrever um pensamento desigual, compele-nos para a reflexão de três dimensões de análise que é a estrutural, isto é a forma como as politicas e as políticas sociais em particular condicionam o nosso comportamento enquanto cidadãos/as e enquanto

profissionais quando necessitamos que as mesmas sejam operacionalizadas em prol da igualdade/emancipação das pessoas com quem trabalhamos. Em complemento apresentamos o nível pessoal, onde a desigualdade se prende com todo o processo de categorização social, conducente à formulação de estereótipos que delimitam e constroem comportamentos, e o nível cultural, que se prende com toda a apreensão da linguagem e reconhecimento do papel igualitário de mulheres e homens na ordem do dia.

Após, termos entendido qual a percepção das profissionais entrevistadas sobre o género, e sobre a forma como reconhecem as desigualdades provocadas pelo mesmo, transportam-nos para a curiosidade de perceber em que medida estes domínios influenciam as práticas profissionais, de cada um/a, sendo que antes de profissionais, somos pessoas socializadas numa sociedade patriarcal e sexista. Emergiu deste modo, a terceira dimensão de análise que se prende com as *percepções sobre práticas profissionais do Serviço Social e Género*. Nesta dimensão tenta abordar-se a relação do serviço social com o género, o que está intimamente ligado com todas as anteriores dimensões visto que o entendimento daquilo que é ser homem ou mulher e das capacidades e competências de ambos poderá condicionar as práticas profissionais de assistentes sociais. Para tal definiram-se como categorias, a *emergência do Serviço Social*, a qual visa reflectir até que ponto estamos ligadas/os intimamente com as questões de género por sermos uma prática criada e desenvolvida maioritariamente por mulheres, quer num sentido intra como extra profissão, a emergência do serviço social esta intimamente ligada por um lado ao catolicismo, cuja ideologia tentava confinar as mulheres a papéis de protecção familiar, por outro lado, a emergência do Serviço Social está também ligada a movimentos de mulheres que desejavam a sua autonomia, esta foi conseguida através da sua apropriação a uma área que era já de “naturalidade” adequada a mulheres, que passou a ser uma extensão do seu lado privado do cuidar da casa, para o cuidar do outro/a fora de casa, de forma caritativa, porque homens não eram predestinados a cuidar do/a outro/a mas sim a funções mais instrumentais. Paralelamente uma função mais autónoma foi desenvolvida através da emancipação feminina em prol da profissionalização do serviço social, o que cruza desde cedo esta profissão com os movimentos feministas, embora nunca reconhecidos na sua totalidade dentro do serviço social, ao contrário de outras áreas profissionais, como é o caso, da psicologia.

Partindo do princípio de que a emergência da profissão se encontra nas veias no movimento emancipatório das mulheres e também no cerne de uma profissão estereotipada no sentido em que para a mesma eram necessárias “competências” pessoais e não profissionais, um caminho importante se levanta, que se prende com a segunda categoria que é perceber qual o papel da *formação (inicial ou outra)* na promoção e (re) conhecimento de uma intervenção de cariz discriminatório ou anti-discriminatório. Assim, do nosso ponto de vista como se referiu, sendo a nossa história cruzada com a história de emancipação e repressão feminina, é fundamental reconhecer o papel da formação (alertando para estas realidades e para questionamento do porquê de maioritariamente serem mulheres a frequentar a formação). Acreditamos que apenas através da reflexão crítica à volta daquilo que somos, conseguiremos reflectir profundamente sobre as nossas práticas e contribuir favoravelmente para a não discriminação pela via do género. Acreditamos também que o contexto formativo inicial é central para a aprendizagem de práticas profissionais igualitárias, pois não basta do nosso ponto de vista, a aprendizagem de filosofias com as quais no dia-a-dia não sabemos o que fazer, importa sim, apropriar no percurso formativo a construção conjunta de práticas profissionais, que incorporem a intervenção com homens, mulheres e crianças salvaguardando as suas especificidades.

Seremos assim capazes de entrar na terceira categoria que é a *Tradução de práticas (a)genderizadas*, a qual consubstancia e pretende tornar visível aquilo que as entrevistadas consideram como práticas profissionais atentas ao critério de género. No sentido de perceber em que medida o serviço social reconhece que lida com o género ou se não reconhece esta categoria discriminatória. Contudo, para reconhecermos a presença de género nas relações sociais necessitamos de reconhecer quando estamos na presença de alguém que vivencia desigualdade. Assim, muita da nossa forma de pensar a profissão interfere isto é, se tivermos um pensamento mais estrutural, acabamos por colocar toda a responsabilidade de eliminar estes condicionalismos nas estruturas, nas instituições. Por outro lado, um pensamento mais crítico, compele os/as profissionais para uma acção mais reflectida nas suas melhorias e insuficiências, tendo em vista a revalorização dos valores éticos da profissão, nomeadamente aqueles que referem que a não discriminação nomeadamente de género é uma obrigatoriedade, todavia salvaguarda-se uma vez mais que para o entendimento que fazemos das normas éticas

que vigoram no momento, é fundamental que tenhamos consciência de quais os subterfúgios da igualdade/desigualdade.

No dia-a-dia somos levados/as a assumir que os nossos interesses estão imbricados com interesses de etnia, orientação sexual, religião, classe e género. Daí que outra categoria trabalhada se prende com as *Boas Práticas da Intervenção*, incorporando nessas propostas de melhorias, bem como constrangimentos à intervenção. O Serviço Social tal como outras profissões nasceu no meio de processos de estereotipia que impregnaram a sociedade e os nossos movimentos e que continuam a fazer parte desta, daí ter sido nosso objectivo reflectir sobre este processo na intervenção social, sendo este o momento de maior confronto entre o nosso pensamento e as vidas de outras pessoas que sofrem opressão. Tentamos perceber junto da população entrevistada quais as propostas de melhoria que gostavam de ver consubstanciadas, pois se nos encontramos numa sociedade visivelmente desigual em variadas vertentes, é importante reflectir nas alternativas para mudar esta situação. Por exemplo, o envolvimento masculino na prática profissional, implica dois prisma de análise que é o facto de os homens terem um pensamento antagónico com o de procurar apoio, e por outro as/os profissionais terem mais facilidade em trabalhar com mulheres do que com homens, devido à característica de subserviência, carecendo do nosso ponto de vista esta situação de reflexão. Sabe-se que o projecto neoliberal vai impregnando todas as áreas de intervenção social, designadamente desprofissionalizando, daí que vai compelindo os/as profissionais a perceber e reflectir se agem propagando ideias desiguais sem questionar, ou se, pelo contrário, lutam por uma sociedade avessa aos estereótipos, à discriminação e à opressão, através do questionamento do sexismo e do patriarcado.

Capítulo 5. Análise e Discussão dos Resultados

O percurso de conhecer e interpretar discursos subjectivos, não poderia ter sido mais aliciante e complexo, porque as interações que estabelecemos, em determinado momento, são o reflexo da relação com a entrevistadora, o local onde ocorreu a entrevista e a nossa disponibilidade em tempo emocional para a captar. Tentamos entender os discursos das entrevistadas, através da articulação entre as categorias elencadas a partir dos discursos e a apresentação escrita dos mesmos produzidos pelas entrevistadas e sempre em relação com o quadro teórico. Salvaguardamos também o facto de todas as entrevistadas serem mulheres, o que faz com que a análise seja simultaneamente de auto e hetero análise.

5.1. Visibilidade das Percepções de Género nos Discursos Profissionais

Dimensões	Categorias
Percepções sobre o conceito de Género	Definições espontâneas
	Justificações Individuais
	Justificações pela socialização
	Justificações estruturais
	Justificações biológicas

Explicitar o entendimento das entrevistadas relativamente ao significado (s) de género, era uma das questões colocadas que fez emergir **definições espontâneas**, encontradas com base na complexidade dos discursos, e que nos permitem aceder ao conhecimento. Do universo das entrevistadas, cinco demonstraram no seu discurso uma tendência para uma conceituação de género baseada no **léxico/gramática**.

Isto é muito difícil, nunca tinha reflectido sobre isto...Género masculino – homem, género feminino – mulher. Ent.1

Não é fácil definir o que é o género, genericamente podemos considerar em termos gramaticais dois distintos, o género feminino e masculino, com características muito próprias de cada um e muito diferentes.Ent.7

Tem a ver com se é masculino ou feminino. Ent.12

Diferenças entre feminino e masculino, homens e mulheres. Ent. 3

Duas entrevistadas definem género com base em **características (estereotipadas) relativas a homens e mulheres**.

Mas género feminino e género masculino? O feminino tem determinadas características, quer em termos físicos, quer em termos psicológicos, mas a diferença entre os dois é em termos biológicos. (...) nós mulheres somos mais humanas, homens mais sérios, mulheres mais intuitivas, homens

mais dedutivos, um homem é menos comunicativo, uma mulher é mais (...) o homem é mais queixoso a mulher é mais forte. Ent.2

Género homem e mulher? A nível profissional trabalhamos com os homens que são sempre mais práticos, astutos, as mulheres são mais mimalhas, pela evolução do conceito de mulher os homens como estão mais habituados a lidar com o exterior são mais práticos, embora não se generalize. Ent.4

Outra maneira de definir o conceito de género que extraímos dos discursos aparece ligada às **consequências que as relações sociais entre homens e mulheres apresentam na actualidade**. Vejamos:

Nem sei explicar...é o masculino e o feminino nunca percebi porque é que alteraram para género, não tenho muito conhecimento, nós próprios enquanto profissionais sobrecarregamos mais as mulheres em detrimento dos homens. Ent.8

Associo ao sexo masculino e feminino, associo à igualdade/discriminação. Ent.10

Para estas entrevistadas a definição de género passa por uma associação à pertença a um ou a outro sexo e às consequências que a mesma poderá acarretar, concretamente na relação com a desigualdade. Nas falas das entrevistadas aparece não só uma associação entre ser mulher e discriminação mas, também se dá conta de que esta ideia estará presente noutras mulheres (entenda-se as mulheres com quem trabalham nas suas práticas profissionais).

Uma quarta linha de conceituação do género salienta uma não distinção entre **género e sexo**:

Nunca parei para pensar nisto...falamos sempre no ela, no ele...mas penso que seja uma identificação ao sexo feminino e ao masculino. Ent.6

Diferença entre dois sexos. Ent.11

Trata-se de um aspecto abordado na literatura sobre o tema e, por isso, explorado no capítulo 1, uma das confusões mais comuns por relação ao conceito de género é com o conceito de sexo.

Por fim, duas das entrevistadas referem claramente, que **desconhecem o conceito**:

Não me dizia nada...Mas se é o sexo feminino ou masculino? Na minha altura não se estudou nada disto...olhe não sei. Ent.5

Conheço o conceito, mas em concreto o que é, não sei. Ent.9

É muito reduzido o universo das entrevistadas que está familiarizada com o conceito de género. Tal como explorado no capítulo 1, o género é um conceito construído e reconstruído no cerne das relações sociais. Daí demonstrar-se de preponderância fundamental que, para além de uma conceituação, seja demonstrado em que posição se encontram as entrevistadas quando olham para as relações sociais entre homens e mulheres, nas quais o género se “faz”. Foram elencadas quatro justificações que serão apresentadas subsequentemente.

Em dois discursos surgem as **justificações individuais** para as relações sociais estabelecidas.

Mais biológicos, mais individuais propriamente. Ent. 2

Diferenças individuais, no sentido da educação que tivemos na sua história de vida, experiência profissional e pessoal, acabam por ir de encontro à socialização/ rede de pares.Ent.10

Estas entrevistadas reconhecem no nível individual o maior peso nas relações sociais, reconhecendo os traços de personalidade e as características individuais, como factores estruturantes para as interações.

Quanto às **justificações pela socialização**, um conjunto de entrevistadas (6) referem que o papel da socialização, quer primária quer secundária, é fundamental nessas relações sociais:

(...) mais pendor da socialização porque a educação que damos a rapazes é diferente da que damos a raparigas, e isso depois condiciona o seu dia-a-dia. Ent.1

Sim a socialização é diferente, as diferenças biológicas são evidentes, as individuais não, depende da educação onde estivemos inseridos, meios mais fechados ou mais abertos, há diferenças do litoral para o interior (...). Ent.4

(...) na minha prática vê-se muito a importância da socialização, papel de mãe dona de casa, marido traidor que julga que pode fazer tudo...contudo, as mulheres podem ser mais manipuladoras (...). Ent.5

Há muitas diferenças, biológicas, de socialização, individuais e até estruturais, nós biologicamente somos diferentes, temos funções diferentes que nos são ensinadas na socialização, acho que tem muito a ver com a nossa cultura, com a nossa maneira de estar, a nossa formação pessoal, mas não sei, isto põe-nos a pensar...Ent.6

Considero que relações, quer pessoais, quer interpessoais, na sua estruturação têm presentes todos os factores, o homem e mulher são fruto das suas vivências e dos seus quadros referenciais que têm quer na sociedade, escola, amigos, somos o que a sociedade nos constrói. Ent.7

A nível social sim, mas que não seja no trabalho, nas culturas, por exemplo na comunidade cigana é visível que quem manda é o homem, a mulher não tem voto na matéria. Ent.9

As entrevistadas revêem na socialização grande parte da origem e responsabilidade pelas diferenças entre mulheres e homens. Atribuem a toda a rede social o poder da criação e de reprodução de pensamentos e comportamentos estereotipados.

Noutras entrevistadas reconhece-se as **justificações biológicas** como de fulcral importância para a estruturação das relações sociais.

As biológicas são inatas, que homens e mulheres são biologicamente diferentes, é visível a dificuldade que têm em relacionar-se para além do relacionamento amoroso; em situação de divórcio os homens tem mais dificuldade de ultrapassar, têm que rapidamente encontrar outra mulher que faça as funções da anterior. Ent.8

São as biológicas, as diferenças de organismo que existe em cada um, mas de certa forma todas importam. Ent.11

As diferenças biológicas, pois homens e mulheres têm diferenças, que diferem na sua forma de agir. Ent.12

De alguma forma, aquilo que nos é dito é que as diferenças biológicas balizam os comportamentos de mulheres e homens, tendo por base as características físicas/biológicas, as quais tradicionalmente, tal como vimos na capítulo 1, conduziram à inferioridade da mulher.

Duas das entrevistadas depositam no poder institucional e político parte da responsabilidade pelas diferenças nas relações sociais entre mulheres e homens, adoptando assim o que designamos por **justificação estrutural**.

Estruturais? Sim penso que a sociedade também fomenta a desigualdade, mas a população com que trabalhamos não reconhece esta realidade, as mulheres que vivem em contextos sócio económicos baixos, com precariedade laboral, estão mais propensas a viver desigualdades de género. Ent.6

E na dimensão estrutural, como das políticas sociais de discriminação positiva, se as políticas sociais abrangentes funcionassem, não teríamos necessidade de fazer políticas concretas para as mulheres (...). Ent.1

Reconhecem que a desigualdade de género não se distribui de forma equitativa na sociedade e evidenciando que a população com quem tradicionalmente o Serviço Social mais intervém, evidenciam-se maiores desigualdades de género.

O leque de compreensões sobre o conceito por parte das entrevistadas variou entre definições gramaticais, outras baseadas em características (estereotipadas), consequências que as relações sociais entre homens e mulheres apresentam na actualidade, na não distinção de sexo com género e desconhecimento sobre o conceito.

No cômputo geral, as percepções sobre género dão conta da diferença, no sentido em que homens e mulheres são vistos como seres diferentes, com funções diferenciadas e com características diferenciadas (emocionais e físicas). Nesta perspectiva, poderá reduzir-se a compreensão do ser homem e do ser mulher às suas características físicas, às funções domésticas desempenhadas, e às características afectivas (estas tradicionalmente mais reconhecidas nas mulheres).

Quando tentamos perceber o pendor mais reconhecido nas relações sociais de mulheres e homens, este passou por justificações pela socialização, estruturais, biológicas e individuais. É reconhecida à socialização parte da responsabilidade por estas diferenças, embora se atribua também especial importância às justificações individuais e biológicas. A justificação estrutural foi reconhecida como preponderante para a continuidade das diferenças de género (embora se trate também da justificação menos apontada).

5.2. Visibilidade das percepções sobre a Desigualdade de Género nos Discursos Profissionais

Dimensões	Categorias
Percepções sobre a Desigualdade de Género	Tarefas domésticas
	Responsabilidade sobre ascendentes/ descendentes
	Recorrência (a)genderizada aos serviços sociais

Participação cívica

Representatividade feminina e masculina em cargos
de direcção

Tendo como pano de fundo as percepções sobre o conceito de género das profissionais entrevistadas, tornou-se fundamental analisar o reconhecimento por parte das mesmas sobre os tipos de desigualdade de género que identificam, quer na actividade profissional, quer na vida familiar, quer na vida cívica “ (...) as desigualdades sociais de género surgem de uma forma mais clara, em termos de uma participação não equilibrada de mulheres e de homens na esfera pública, do mercado de trabalho, e na esfera privada, da vida familiar e doméstica (Perista, 2008:23).”

Quanto ao entendimento face às **tarefas domésticas**, foi referido:

(...) as mulheres estão socialmente incumbidas das tarefas domésticas, isto acontece porque os homens têm assumido mais cargos de direcção ou de gestão, uma mulher para pensar em ter uma vida em cargos de direcção tem que estar mais liberta das responsabilidades familiares. Ent.1

Mais tarefas domésticas, menos pela educação, por responsabilidade dos pais. Ent.2

Tarefas domésticas, ainda há muito o conceito da mulher virada para a cozinha, para a limpeza. Ent.10

Sem dúvida nas tarefas domésticas, embora já se assista a alguma mudança ao longo do tempo. Ent.12

A maternidade continua a proteger muito os rapazes, porque não aprendem a dividir as tarefas, aqui há de tudo, já se vê muitos homens a fazer as tarefas domésticas, os homens começaram a assumir este papel. Ent. 5

Nas tarefas domésticas, na população com quem trabalhamos não há de todo divisão as mulheres assumem tudo, existe uma grande distinção. Ent.6

Nas tarefas domésticas sim, homens mandam, as mulheres cumprem, mas nos casais mais novos não. Ent.9

O desempenho de tarefas domésticas (que incluem limpeza, confecção de alimentos, etc.) está visivelmente a cargo das mulheres, o que para além de contribuir para a sua

sobrecarga de trabalho tem consequências na sua disponibilidade para outras actividades designadamente relacionais.

Outra das áreas consideradas de desigualdade na actualidade é a **responsabilidade sobre ascendentes/descendentes**. De acordo com as entrevistadas (que recorde-se são todas profissionais), o facto de se terem de ocupar de ascendentes e descendentes acaba por constrangê-las do desempenho de novos papéis profissionais.

Considero que o maior peso, quer consciente ou inconsciente, e retiro o inconsciente, fruto do papel esperado da mulher está mais presente em cargos de direcção e a própria sociedade espera dela como mulher mãe/esposa. (...). Ent.7

A responsabilidade sobre ascendentes recai sobre as mulheres, mas sobre descendentes começa a ser partilhada. Ent.8

Maior parte das mães são encarregadas de educação. Ent.2

As mulheres têm muito mais responsabilidade pelos filhos, apesar de já existirem homens a fazê-lo o que ainda é uma minoria, como por exemplo, licença de paternidade, quantos fazem isso? Ent.6

Na responsabilidade sobre ascendentes e descendentes infelizmente são mais as mulheres. Ent.11

Denota-se nos discursos uma associação entre a condição da mulher enquanto procriadora (fruto da sua condição biológica) e os comportamentos tradicionalmente afectos às mulheres (como é exemplo o cuidado sobre descendentes/ascendentes).

Um outro aspecto relativo à condição de género expressa-se na **recorrência (a) genderizada aos serviços de apoio**, a questão que se coloca é: por que motivo são as mulheres que em maioria procuram os serviços sociais?

(...) mais mulheres pela situação em si ou pelo divórcio, como o marido trabalha, quer este rendimento para ela.... Ent.5

(...) representatividade em serviços são as mulheres e em serviços de apoio a vítimas então é esmagadora, é quase total, estagiei na A. e só existiam 5 homens. Ent.11

Em relação à representatividade, atendo mais mulheres, já vão aparecendo homens, mas em menor número. Ent.12

No Serviço Social são mais mulheres. Ent.2

Na procura aos serviços, as mulheres vêm mais, temos homens, mas só vêm quando são convocados, ou quando vêm procurar companhia. Ent.6

Na representatividade em serviços de apoio são mais mulheres, os homens têm mais vergonha, as mulheres tem mais facilidade em pedir. Por exemplo, é mais fácil negociar um acordo de inserção com uma mulher do que com um homem. As mulheres estão mais receptivas às sugestões, os homens são mais reticentes. Ent.9

Neste momento, tanto o homem como a mulher são quase iguais a procurar os serviços. Ent.4

De acordo com as entrevistadas, são mulheres a maioria da população que procura os serviços sociais, onde se inserem as Assistentes Sociais entrevistadas. Apenas uma entrevistada mencionou que a procura aos serviços é igualitária. Salientam que os homens demonstram resistência na procura aos serviços sociais, talvez porque reservam para as mulheres a característica de “pedir” não compatível com a sua masculinidade. Por outro lado salienta-se o papel das mulheres nas tarefas de sobrevivência e cuidado pelo conjunto familiar, o que se enquadra nas restantes características enaltecidas anteriormente.

Uma das áreas de reconhecimento de existência desigual de homens e mulheres é a **participação cívica**.

Desigual em tudo mas mais na participação cívica (...), a simples família (...), de uma forma natural assume a liderança o homem. Ent. 3

A participação cívica é igual. Ent.2

Na participação cívica vê-se mais mulheres, no voluntariado não tanto os homens. Ent.5

Na participação cívica penso ser mais igualitária. Ent.6

Foi referido que os homens participam mais em situações públicas, e que no voluntariado se observam mais mulheres, possivelmente porque o voluntariado é tido como uma prestação de serviços para quem tem menos responsabilidade e gosta de cuidar do outro, como seria o caso das mulheres. Entrevistadas houve que responderam que essa representação é igual, observando ainda um crescimento igualitário da participação cívica das mulheres em relação às situações anteriores, onde as mulheres se ocupavam quase totalmente da esfera privada.

Por fim, uma das áreas de grande controvérsia em relação ao papel assumido pelas mulheres, discute-se por relação à **representatividade feminina e masculina em cargos de direcção**.

É na representatividade em cargos de direcção também mais homens. Ent.11

Na representação em cargos de direcção as mulheres estão em minoria, não entendo muito bem, os homens ainda têm o preconceito que por a mulher ter filhos, tem mais peso e, por isso menos disponibilidade, o homem consegue estar mais focado nos objectivos. Ent.6

Nos cargos de direcção vê-se mais homens, tem tradição masculina, os presidentes de junta são homens, penso que há mais confiança nos homens, as mulheres são mais conflituosas. Ent.5

Na representatividade em cargos de direcção acho que já não se vê tanto, por exemplo, aqui a directora técnica é mulher, pois...mas o presidente é homem. Ent.9

As entrevistadas responderam uniformemente que as mulheres não estão presentes tanto quanto os homens em cargos de direcção. Salvaguarda-se uma nova associação pelas entrevistadas, em relação à mulher “ter” de cuidar dos filhos e, por isso, ter menos disponibilidade por assumir cargos de direcção, que exigem disponibilidade em tempo. Por outro lado, referem também a capacidade dos homens em focar em objectivos, referiu-se também a tradição que existe em que os homens assumam posições de relevo, tal como é o caso da política; falou-se que “ser homem” é reconhecido como mais seguro na sociedade.

Na análise às percepções das entrevistadas é transversal o pendor biológico que as mulheres pareçam carregar e que nas tarefas domésticas, na participação cívica, na representação em cargos de direcção e na recorrência aos serviços sociais se evidencia. Esta situação acaba por se traduzir numa continuidade da estruturação da sociedade, mediante o sexo, evidenciando e libertando o sexo masculino e limitando o sexo feminino ao desempenho estereotipado de comportamentos. Esta situação, por seu turno, contribui e justifica que as mulheres assumam funções plurais. Por outro lado, referencia-se o facto de as entidades empregadoras cooperarem na continuidade desta desigualdade, ao definirem a competência para o desempenho de determinados cargos mediante o sexo dos/as profissionais.

5.3. Visibilidade das Percepções sobre práticas profissionais do Serviço Social e Género nos Discursos Profissionais

O QUE SE QUER SABER

Dimensões	Categorias
Percepções sobre práticas profissionais do Serviço Social e Género	Na emergência do Serviço Social
	Na decorrer da formação (inicial ou outra)
	Na tradução de práticas (a)genderizadas
	Boas Práticas para a intervenção

As entrevistadas percebem que a explicação para o facto da profissão de Serviço Social ser maioritariamente composto por mulheres, tem raízes **na emergência do Serviço Social**:

Muito ligada a senhoras do bem-fazer, ajuda aos pobres, uma componente muito religiosa na profissão, as mulheres assumiram esta função porque não tinham trabalho, mas principalmente explico por a socialização das mulheres ser mais direccionada para as questões domésticas, contudo, sabemos que quando os homens iam para a guerra, as mulheres assumiam a responsabilidade...A grande maioria das funcionárias, quer técnicas, quer auxiliares na área social são mulheres. Ent.1

Tem a ver com implementação do serviço social, com os primórdios associado à caridade, aquelas senhoras que prestavam solidariedade, têm mais apetência, são mais sensíveis, têm mais compaixão para ajudar, é inato às mulheres. Ent.2

Sensibilidade feminina, não estava visível porque o Serviço Social desde a sua origem lida com camadas mais desconhecidas (...), se o serviço social fosse uma profissão valorizada não seria só de mulheres. Ent.3

Começou com a formação em conventos e a partir daí a sua maioria feminina, os homens por desconhecimento e a nível cultural há mais trolhas, carpinteiros como homens e principalmente pessoas da teologia nesta área. Ent.4

Tem a ver com a história/origem muito relacionada com a assistência, hoje em dia não tem nada a ver com a mulher conseguir lidar com o outro, mas há algum estigma, porque quando há homens na profissão procuram cargos diferentes, como no início ainda se aprendia a bordar, achavam mariquinhas...é um estigma. Ent.5

A história da profissão está ligada ao assistencialismo, poucas pessoas conhecem a nossa prática, o que afugenta os homens, tem a ver com a nossa prática ser vazia, não temos instrumentos de trabalho como os psicólogos. Ent.6

Creio que isso é ancestral, não é o caso só do Serviço Social, temos a enfermagem, as professoras primárias, as educadoras de infância. Ent.7

Nem sei explicar, talvez pela ligação ao catolicismo, que a caridade estava ligada à função das mulheres. Ent. 8

O facto do Serviço Social ser maioritariamente composto por mulheres se deve para algumas entrevistadas à ligação da profissão com a burguesia e com a religião católica . Referiram que as mulheres assumiram as profissões de “cuidado” como forma de extensão do lar, pois a própria socialização as conduzia e lhes dava a segurança para o desempenho de funções de cuidado já praticadas no seio familiar. Por outro lado, foi também referido que pelo facto da profissão não ser reconhecida por algumas correntes ligadas ao capitalismo como profissão de importância para o desenvolvimento da sociedade, não se torna apelativa para os homens, compelidos pela sociedade para o desempenho de profissões de relevância socioeconómica. Salientaram também que o Serviço Social é apenas um exemplo de profissão feminizada à semelhança de outras profissões, o que nos leva a reflectir na capacidade da sociedade estruturar e delimitar apetências profissionais.

Para além da explicação baseada na origem do Serviço Social, algumas entrevistadas chamaram ao debate as **características estereotipadas para o desempenho da profissão**, afirmando:

Os homens que são assistentes sociais tendem a ser colocados noutras áreas como equipas de rua, prisões, trabalho com etnia cigana...as áreas relativas à intervenção familiar, como é necessário mais sensibilidade, mais disponibilidade, os homens já não querem Ent.6

Decorre das características biológicas do homem e da mulher, as mulheres são mais sensíveis, têm mais apetência para saber ouvir, cuidar para serem maternais na sua essência, os homens são mais pragmáticos, têm características muito diferentes, a mulher tem mais capacidade de tocar vários aspectos, o homem só se consegue centrar num patamar.Ent.7

Os homens impõem mais respeito, as mulheres têm predisposição para trabalhar em áreas mais sociais, não pelo facto de serem mais sensíveis, mas porque conseguem ver de outra maneira a realidade, porque também existem homens sensíveis, só que têm uma atitude mais firme. E

também porque só há mulheres e claro que na altura da escolha da profissão, os colegas vão referindo não vás para aí, isso é para mulheres. Ent.9

As entrevistadas referem que as entidades empregadores acabam por cooperar nesta demarcação dentro dos/as Assistente Sociais, escolhendo aqueles que são homens para a intervenção com populações consideradas mais “perigosas”, o que acaba por reconduzir a mulher a um estatuto de inferioridade e incapacidade face a situações consideradas de maior complexidade. De facto, as profissões consideradas femininas carregam na sua história características referentes à concepção e administração de cuidados, da caridade como uma forma de “criar”, de “educar” e de responder aos pedidos que advêm da sociedade, tal como salientado por duas entrevistadas. Foi, ainda, referido que são necessários atributos que decorrem da biologia para o desempenho da profissão, presentes apenas nas mulheres, sendo reconhecida nas mulheres maior “sensibilidade” para o desempenho da profissão.

Outras entrevistadas referem ter consciência da existência de correntes de pensamentos, que consideram que para exercer Serviço Social seriam necessárias a existência de características específicas inerentes à condição biológica, contudo, recusam-na, tal como é visível, nas transcrições abaixo expostas:

Emotividade, sentimentos, uma vez que se associa mais a nossa profissão à caridade/assistencialismo, mas não concordo com esta ideia, tem a ver com um conceito de Serviço Social mal formado. Ent.10

Vem muito da época do assistencialismo, muito representado por mulheres, mais filantropia mais caridade, realizado por senhoras de bem, não acho que seja por mulheres terem predisposições diferentes, até porque a entrada de um elemento do sexo masculino seria positiva, penso que estão subjacentes questões culturais, porque existem profissões mais para meninos e mais para meninas.Ent.12

Numa tentativa de compreender quais os locais em que as entrevistadas se cruzaram com a dimensão de género, **no decorrer da formação inicial ou ao longo da vida**, surge como um espaço que poderá contribuir para a desconstrução de estereótipos e construção de práticas igualitárias e daí, passíveis de contribuir para o conhecimento do género.

Na disciplina de religião e moral tinha uma professora da área da filosofia que abordou as questões da igualdade (...). No trabalho surgiu a hipótese de uma formação na (...) mas não fui...Ent.1

Na faculdade reflectimos sobre género mas nada de especial, no dia-a-dia interesse pessoal. Ent.2

Nos serviços já começam a surgir mais preocupações com a igualdade na intervenção social.Ent.3

(...) acções de formação não faltam, mas não se localizam aqui.Ent.5

No espaço profissional.Ent.7

Prática profissional, aquilo que lemos, programas que vemos. Ent.8

Em concreto nunca me interessei por esta área, por exemplo no Rendimento Social de Inserção sei que lido com estas questões, mas não as trabalho de uma maneira aprofundada. Ent. 9

No trabalho. Ent.11

Prática profissional. Ent.10

Neste momento estou a fazer formação em igualdade de género, mas sinto que ainda não aprendi muito...penso que aprendi também noutras acções de formação em que participei. Ent.12

As entrevistadas reconhecem que no espaço profissional a informação é mais presente, logo contribuindo favoravelmente para o conhecimento e intervenção na temática. Salientaram mesmo formações que têm surgido na actualidade sobre igualdade de género. Uma entrevistada refere nunca ter tido interesse por esta área, apesar de reconhecer que lida com questões de género, não as trabalhando de forma aprofundada.

Relativamente à informação sobre a temática transmitida pela **formação académica (licenciatura)** referem que:

Não, nem preocupação com esta área, estagiei na área de trabalho e empresa e é ridículo, mas nunca falei sobre o género, porque agora vejo que existem diferenças salariais entre homens e mulheres, e nunca abordamos isto no seminário de estágio, o que me parece agora errado. Ent.1

Sim, na sua história falamos no feminino. Ent. 2

Sim, estudamos práticas para intervir na sociedade, mas exactamente para esta questão, não.Ent.3

Não dispomos, a nossa formação não dá para nada.Ent.4

Na minha altura não muito da prática, não me recordo de ninguém ligado a isto...Ent.5

Quando saímos da faculdade não trazemos nada...a prática profissional é que ensina...Ent.6

Não, sinceramente não. Ent.6

Na generalidade sim, mas na especificidade nem o Serviço Social, nem nenhum outro curso habilita os profissionais para certas especialidades, cada vez mais a tendência é para preparar para a vida profissional num geral.Ent.7

No meu tempo a pobreza era o enfoque principal da intervenção, mas as mulheres são as mais excluídas. Ent. 8

Durante o curso nada em concreto, só com a prática é que conseguimos, porque na formação não abrangemos nenhuma área em concreto, nada em específico.Ent.9

Não. Ent.11

Sim, sem dúvida, se bem que de uma forma genérica, menos explorada, mas que é abordado sim.Ent.12

No tocante à apreensão que as entrevistadas têm sobre o que obtiveram da sua formação académica, algumas entrevistadas referem não terem aprendido o suficiente na formação académica sobre as questões de género. Por outro lado, salvaguarda-se que a situação do Serviço Social face a esta situação não é única, uma vez que neste momento, a maioria das formações académicas não incluem conhecimento suficiente sobre a temática.

Tendo em presença as percepções demonstradas até ao momento, e sendo o Serviço Social uma profissão teórico-prática, é fundamental perceber qual o entendimento das entrevistadas em relação à presença e reconhecimento do género na sua prática profissional, o que nos remete para uma outra categoria de análise, **tradução de práticas (a)genderizadas**.

Sim, muitas vezes o Serviço Social lida com as questões de género, mais na interacção com grupos de risco, como o caso das mulheres, nas políticas sociais, infelizmente, não temos uma grande ligação, como na desigualdade do trabalho o Serviço Social não tem ligação...mas também não sou grande conhecedora...a desigualdade de género nunca foi falada na minha formação...o serviço social é muita coisa...não há muita sensibilidade no Serviço Social, lidamos mais com grupos desfavorecidos, como alcoólicos, absentismo laboral, nunca na conciliação entre vida familiar e profissional....mas não estou muito certa porque nunca tinha pensado nisto....Ent.1

Lida a nível estatístico, faço a distinção, em relação à violência doméstica, mais mulheres, (...) temos mais actividades para mulheres planeamento familiar, saúde materna, preparação para o parto, trazem os filhos, a nível da profissão lidamos a todo o momento, as políticas são indiferenciadas. Ent.2

Não lidamos, depende das situações, um homem tem certas coisas que não se consegue transmitir, é mais custoso, a mulher chora logo. Nem há medidas de discriminação positiva para mulheres, não há apoio à vítima para homens, no que concerne ao Rendimento Social de Inserção é igual para homens e mulheres. Ent.4

Nós que trabalhamos com estes grupos é mais do que visível, às vezes temos mais tendência para organizar mais coisas para mulheres do que para homens, temos mais mulheres porque também são mais fáceis de encontrar, nós próprias temos poucos homens na profissão. Por exemplo, coloquei um POC homem a fazer limpeza e eram as próprias colegas que me vinham dizer que não tinha jeito nenhum ser um homem a fazer limpeza, bem como a direcção, há o preconceito de que só a mulher limpa e que os homens não lidam com as crianças, as funcionárias pensam que os homens estão a invadir aquilo que é delas. Ent.6

Lidamos e de que maneira, aparecem serviços que se responsabilizam mais pelo apoio, em situação de exclusão homens são mais irresponsáveis, é mais um filho que a mulher tem a seu cargo, é uma característica da exclusão social. Os papéis estão ainda muito espartilhados, o que torna muito difícil a intervenção. Ent.8

Sim, está sempre presente no nosso trabalho porque tentamos que estas diferenças não sejam significativas, é a mensagem que tentamos passar. Ent.9

Sim, na violência doméstica. Ent.10

Lida sim, políticas sociais deveriam versar sobre a área da prevenção, e debruça-se mais nas mulheres do que nos homens, por exemplo se me chegar um homem a dizer que é agredido não sei que lhe dizer, nas práticas institucionais nas casas abrigo só há para mulheres, quando por exemplo as mulheres têm filhos maiores é também difícil integrá-las. Ent.11

Sim lida, um pouco nas três vertentes referidas, mas naquilo que vou trabalhando, principalmente na área da violência doméstica, temos mais facilidade de resposta quando se trata de mulheres, quando temos um homem vítima que seria importante integrar numa casa abrigo é impossível porque não existem, a intervenção é mais pensada para mulheres e isto deveria ser alterado, por exemplo, nem acontece só com homens se, por exemplo, uma mulher que vai ser integrada em casa abrigo tem um filho homem dos 14 até 18 anos é muito complicada a sua integração. Ent.12

De acordo com os discursos das entrevistadas, verifica-se que todas (à excepção de uma) concordaram que o Serviço Social lida com questões de género, todavia, os discursos produzidos não dão conta da existência de medidas de discriminação social positiva. Salvaguarda-se também a maior apetência para intervir com mulheres, pois também existem mais respostas para mulheres.

Analisar as práticas (a)genderizadas remete-nos para pensar os **constrangimentos institucionais** em ordem ao desenvolvimento de uma prática profissional igualitária,

Enquanto as direcções virem as coisas de forma diferente, mais técnicos a trabalhar a fundo porque não conseguimos, não temos recursos, centramo-nos nos problemas imediatos e não conseguimos entrar em dimensões como as questões de género, tal entrarmos nesta dimensão precisaríamos de equipas multidisciplinares, um trabalho articulado e um trabalho sustentado. Ent.3

Eu não actuo de diferente maneira por ser homem ou mulher (...). Ent.4

Práticas profissionais e práticas institucionais, pomos de lado porque não temos tempo para reflectir sobre isto, é dar resposta, não paramos...quando há um homem na equipa, consegue chegar a cargos superiores, acabamos por lidar ao analisar a situação, temos que ver este prisma também, mas mais em termos teóricos porque não temos tempo para pensar se é homem ou mulher...(…) Ent.5

Por exemplo, o (...) utilizou o critério da discriminação positiva, pois como é uma comunidade de inserção para mulheres alcoólicas, pensou-se nas consequências que o alcoolismo traz às mulheres, pela percepção que a desestruturação familiar se acentuava, por isso, se intervir com mulheres, o grupo das mulheres estava mais desprotegido (paralelamente são todas vítimas de violência doméstica e têm filhos em risco) (...)era fundamental intervir...Ent.1

Foi mencionado ainda que, a prática profissional é indiferenciada, não sendo relevante se intervêm com homens ou mulheres. Para além desta constatação, verificou-se que, de alguma forma, a prática profissional, em muitas áreas está mais direccionada para as mulheres, dado que estas inclusivamente criam maior disponibilidade para o recurso aos serviços de apoio.

Por fim, apresenta-se quais as **boas práticas para a intervenção**, consideradas pelas entrevistadas no âmbito das questões de género. PAG 17

Regulação do poder paternal, a guarda é dada à mãe, o exercício em conjunto abre o princípio da igualdade; nunca descorar o papel de pai e de mãe (...). Ent.4

Em termos do emprego...tínhamos a (...) trabalhava esta questão feminina, eram relatos das mulheres, a igualdade de oportunidades. Ent.5

Criar um grupo de mulheres com baixa escolaridade, isolamento social, baixa auto-estima e trabalhar as questões da cooperação, começaram a fazer tapetes de Arraiolos, os maridos vieram ver a exposição e têm sido vendidos.Ent.6

Sou muito suspeita, da minha experiência, já não consigo encontrar boas práticas, faz-me lembrar na implementação do Rendimento Social de Inserção, em voga a apresentação das boas práticas, considero aquilo tão supérfluo, até que ponto temos direito de nos apropriarmos de situações que se aproximam de nós para as tornarmos boas práticas? Ent.7

Diagnóstico em conjunto, não sobrecarregar as mulheres. Ent. 8

Ateliês de mulheres que faziam utensílios para venda, como tapetes, depois houve um jantar onde as mulheres sentiam muitas diferenças porque alguns homens não queriam que elas fossem, mas quando os maridos viram a exposição com aquilo que as mulheres faziam nos grupos que eles tanto desconfiavam, a nível da intervenção com homens é mais complicado. Ent.10

Uma reflexão sobre casas abrigo concretamente na necessidade de receber homens, gabinete ao agressor, tenho uma filosofia que os agressores são vítimas, temos que trabalhar baseada nas potencialidades e nunca me defraudo. Ent.11

Indo ao encontro ao que mencionei na área da violência doméstica, deveriam uniformizar as repostas não só para mulheres mas também para homens, mas não só toda a temática social é mais remetida para mulheres do que para homens, trabalhar outra abertura com homens. Ent. 12

Sintetizando, as entrevistadas apontam como propostas de intervenção igualitárias: desenvolver actividades para mulheres em situação de exclusão social, redefinir o poder paternal, a integração de homens em casa abrigo e diagnósticos em conjunto, envolvendo também os homens na intervenção social.

Grande parte das propostas de boas práticas prendem-se com a forma de **adequar medidas de política social** e no papel atribuído pelas entrevistadas aos/as assistentes sociais, enquanto agentes implementadores/as de medidas de política social.

As políticas sociais que existem e as que o Serviço Social está mais habituado a implementar não são voltadas para a igualdade de género, por exemplo o Rendimento Social de Inserção tem mais titulares mulheres, mas isso não significa nada. Ent.1

São indiferenciadas, não vejo distinção. Ent.2

Tem muito que se lhe diga...temos que lutar cada vez mais por isso, é uma obrigação, não somos mais mulheres no Serviço Social não estamos muito virados para isto mas não lutamos para isto, é importante escrever e reflectir e isso influencia as políticas sociais (...). Ent.3

Está na nossa mão alterar onde estão os problemas e potenciar, mas as políticas vêm de cima. Ent.

5

Os profissionais têm que ser rentabilizados para olhar a realidade e agir mediante porque muitas vezes não se adequa, o problema é que não temos tempo para reflectir. Ent.6

Devíamos ser os mentores das políticas sociais, de colmatar as desigualdades mas a experiência por mim vivenciada não vai nessa linha, muitas vezes nós técnicas do social somos consideradas obstacularizadores das políticas, os maus da fita, demasiados incómodos ao lutarmos pela igualdade de género, pela igualdade de oportunidades, pelos critérios de justiça e equidade, fundamentalmente mais se adequa no contexto actual, os próprios serviços públicos estão excessivamente instrumentalizados, aplica-se aquela máxima, não basta nós querermos. Ent.7

Não podemos estar a reforçar a desigualdade, agora o Rendimento Social de Inserção ajuda a autonomizar as mulheres, contudo porque é que nós focamos o trabalho nas mulheres e não nos homens? Agora já há equipas, poderíamos trabalhar as famílias na sua totalidade. Ent. 8

O nosso papel é muito importante, mesmo no Rendimento Social de Inserção porque tentamos que estas desigualdades não estejam presentes na vida das pessoas, reconheço a importância apesar da emergência de uma nova forma de utentes. Ent.9

Canalizar a informação para o nosso público – alvo para respostas na área. Ent.10

(...) temos que usá-las para diminuir preconceitos nos mesmos, fazer prevenção, os próprios cartazes só têm mulheres, no HIV só são homens. Ent.11

A maioria das entrevistadas alega que as políticas são indiferenciadas, daí terem referido como as implementam, face aos públicos destinatários. De facto, a implementação de políticas sociais implica uma apropriação crítica de forma a adequá-las às necessidades e combater a desigualdade. Referem também a necessidade de serem mais chamadas ao debate quanto à adequação das políticas sociais à realidade na qual trabalham.

Revelou-se de importância analisar as **propostas das profissionais entrevistadas para a reconceptualização da prática profissional.**

A formação inicial tem que fazer esta abordagem até porque muitas Assistentes Sociais vão ser dirigentes de Instituições Particulares de Solidariedade Social, os presidentes são homens, quem faz são assistentes sociais mulheres quem manda são homens, as trabalhadoras são mulheres, trabalhamos com muitas mulheres, esta situação surge como inevitável e é transversal a qualquer situação. Uma proposta seria criar um serviço de apoio à família não tradicional, com horários flexíveis, mas que reactivasse redes de solidariedade informal, pois vivemos um aprofundamento do individualismo. Ent.1

Reuniões de reflexão com as colegas sobre o tema. Ent.2

Articulação, equipa multidisciplinar, trabalho intensivo (...), dávamos um contributo maior. Ent.3

Não consigo ter nenhum complexo, para mim a pratica é indiferenciada, a única diferença pode ser na intervenção em estabelecimentos prisionais, porque os homens que estão privados da sua liberdade quando vêem uma mulher não fazem distinção se é profissional ou só mulher. Ent.4

Não sei...Ent.5

A formação é muito importante, a reciclagem para podermos adaptar aquilo que aprendemos à nossa realidade. Ent.6

Considero que o Serviço Social que estão a desenvolver na Segurança Social, esvaziou-se por força de condicionalismos e que decorrem do facto de passarem a ser obrigados a partilhar o saber, nunca defendi que coubesse ao Serviço Social o papel de mediador ou terapeuta individual/familiar mas neste momento preocupa-me porque creio que não nos é pedido que sejamos Assistentes Sociais, temia que o papel que cabe à segurança social, como no âmbito de intervenção das IPSS, não esteja a fiscalizar e a confundir com monitorizar, usa-se a imagem do polícia bom. Admito que em termos formais exista mais organização nos indicadores, mas em termos humanos, do contexto físico, que leva as instituições a sobreviverem nada feito.Ent.7

Mais reflexão sobre estas questões, porque não temos muita.Ent.8

No Rendimento Social de Inserção, para desempenhar melhor a minha função que diminuíssem o número de processos e número de freguesias, aí sim já poderíamos, por exemplo, fazer grupos de mulheres e também com homens, acho que é uma área muito importante que cada vez mais temos que rejeitar a ideia de que o homem é superior.Ent.9

Não focalizar, gabinete de apoio (...) não só para a vítima, mas também lado oposto. Ent.10

Mais formação que nos habilite a trabalhar em áreas específicas, por exemplo desenvolvo actividades na área da violência doméstica e nunca tive uma formação nesta área, vou lendo, quando tenho tempo, alguma coisa. Ent.11

Políticas sociais que tenham mais em vista a opinião dos técnicos, mais espaços de reflexão, mais uniformização das práticas, por outro lado, aprofundar na formação normas de intervenção, cada um faz aquilo que acha melhor, que acha que deve fazer. No Núcleo Local de Inserção actuo de maneira diferente das diferentes colegas, outras fazem de outra forma, o que não está bem, uma pensa de uma forma a outra pensa de outra e, por isso, pensa a intervenção diferente, a profissão acaba por não ter grande visibilidade e demonstrar fragilidades por isso mesmo. Apostar na ordem dos assistentes sociais. Mais espaços de debate sobre esta temática, mais literatura a este nível, mais pessoas a investir nesta área em mestrado, doutoramentos e mais respostas para aquilo que sentimos necessidade, também sermos ouvidos por parte de quem faz políticas porque só assim as políticas se podem adequar àquilo com que trabalhamos todos os dias.Ent.12

As entrevistadas apontam como propostas de intervenção igualitárias o desenvolvimento de actividades para mulheres em situação de exclusão social, para tal, seria necessário que as/os assistentes sociais pudessem reduzir o número de casos com que intervêm para poderem debruçar-se qualitativamente na intervenção. Apontam a criação de medidas de acolhimento e protecção para homens vítimas de violência doméstica, em casa abrigo. Salientam a necessidade da realização de diagnósticos em conjunto, que permitissem envolver os homens na intervenção social. Reflectem na necessidade de contribuir para a elaboração de políticas sociais, que seriam desta forma mais adequadas às necessidades da realidade. Referem a necessidade de homogeneizar práticas profissionais, sob pena de o Serviço Social ser desvalorizado em relação a outras profissões que dispõem de intervenções mais estruturadas. Por fim, ressalvam a necessidade de existência de formação que habilite as/os Assistentes Sociais a intervir em áreas específicas e apelam à necessidade de reflexão e partilha com outros/as profissionais sobre a prática profissional.

5.4. Breve Síntese - Afinal que percepções têm as Assistentes Sociais entrevistadas quanto ao género?

Tal como exposto ao longo deste trabalho, tanto a nível teórico como a nível da empiria, foi nosso objectivo compreender quais as percepções das assistentes sociais entrevistadas quanto ao género. De forma resumida, tentaremos apresentar a nossa análise sobre as percepções das entrevistadas.

Quanto à conceituação de género, foi-nos possível compreender que as entrevistadas apresentam uma panóplia de significados, entre as quais as definições gramaticais que abreviam o espectro de análise quanto às questões de género e todo o universo de análise que as baliza.“ (...) Gramaticalmente, género é uma forma de classificação de fenómenos; é mais uma convenção social sobre um sistema de distinções do que uma descrição objectiva de traços inerentes” (Scott cit. in Crespo et al., 2008: 49/50).

Houve também a oportunidade para observarmos um dos paradoxos basilares da conceituação de género que reside na confusão entre sexo e género e naquilo que são, e foram, as certezas basilares de grande parte da educação de crianças e jovens. O conceito de género “ (...) rejeita explicitamente explicações biológicas como aquelas

que consideram como denominador comum a diversas formas de subordinação das mulheres o facto de estas terem capacidade para dar à luz e de os homens possuírem maior força muscular (Scott cit. in Crespo et al., 2007:53). Em comparação com a literatura analisada no capítulo 1, existe neste grupo de entrevistadas um conhecimento modesto sobre o conceito de género sua génese e significado. Convirá lembrar o carácter recente desta categoria de análise, designadamente nos espaços curriculares, bem como no seu uso pela sociedade. Por outro lado, sendo género uma categoria relativamente recente, renova-se a preocupação de que o mesmo emergiu para promover o afastamento do determinismo biológico e das consequências inerentes às dicotomizações existentes na sociedade, tal como é o exemplo de Homem vs. Mulher.

Denota-se uma tendência para pensar género como uma questão de mulheres, contudo, convém salientar que, tendo em conta o enquadramento teórico inicial, esta é também uma confusão normativa visto que género se confunde com história das mulheres.

Na sua forma recente mais simplificada, “género” é sinónimo de “mulheres”. Nestas circunstâncias, a utilização de “género” tem como objectivo demonstrar a seriedade académica de um trabalho, uma vez que “género” tem uma conotação mais neutra e objectiva do que “mulheres”. Enquanto o termo “história das mulheres” assume o seu carácter político ao afirmar (contrariamente à prática corrente) que as mulheres são sujeitos válidos da história, “género” inclui as mulheres sem as nomear, pelo que parece não se constituir como uma ameaça crítica (Scott J., cit. in Crespo et al., 2008:53).

Quando interrogadas sobre as justificações para as diferenciações nas relações sociais, existiu uma grande tendência para reconhecer na socialização um aspecto fundamental de influência para as relações sociais entre homens e mulheres. A maioria das entrevistadas reconheceu importância à socialização, enquanto veio influente na construção de pensamentos desiguais. Face à condição de ser homem e ser mulher esta constatação é fundamental, pois só encarando homens e mulheres como seres socializados, que constroem e reconstroem a sua forma de ver as questões de género (e outras, da sociedade possível pensar nas condições de mudança social e das intervenções profissionais). Apesar de maioritariamente reconhecerem a importância da socialização constatamos uma certa tendência de naturalização do social, e uma confusão com sexo, enquanto categorizador de comportamentos, enfatizando as características individuais e biológicas, enquanto passíveis de exercer diferenciação entre homens e mulheres.

Quando se tratou de reconhecer as desigualdades de género, estas foram claramente identificadas e problematizadas, o que nos leva a apontar que a dificuldade advém do conhecimento teórico do conceito. “Género” enfatizava o aspecto relacional das definições normativas de feminilidade. Além disso, género é sobretudo usado para designar as relações sociais entre os sexos (Scott cit. in Crespo et al., 2008:50/3). Género é uma categoria de análise que se refere a um conjunto de significados e de símbolos construídos sobre a base da percepção da diferença sexual, porém, ampliando-a com a compreensão cultural, histórica e política.

As percepções das entrevistadas quanto às desigualdades de género, mais concretamente, a propósito da presença das mulheres em cargos de direcção, nas tarefas domésticas e na participação cívica, foi referido que as mulheres não estão presentes tanto quanto os homens nestes domínios. Este dado foi enaltecido à luz do seu próprio papel enquanto profissionais, o que nos leva a reflectir na profundidade da desigualdade e no facto que a mesma não tem a ver com estratos sociais, mas é transversal a toda a sociedade, independentemente do estatuto cultural, económico, educacional, etc. Não visamos neste discurso homogeneizar e radicalizar as percepções de género, mas sim, indicar que é (e continua a ser) um campo a precisar de intervenção e de reflexão reconhecida.

No que concerne às desigualdades visíveis na actualidade, verificou-se nas falas das entrevistadas uma tendência para mudança em relação à rigidificação de comportamentos que anteriormente se vivenciavam. Reforçaram que a representação feminina em cargos de direcção é minoritária em relação aos homens, porque se encontram afectas a tarefas de natureza familiar, que lhe retiram disponibilidade para se entregarem a outras funções. Apesar desta assunção de mudança, as entrevistadas trouxeram ao debate, o reconhecimento de que nos/as cidadãos/ cidadãs com quem trabalham, as desigualdades de género são mais visíveis, comprovando a necessidade de compreensão desta temática pelo Serviço Social, sendo com esta população que maioritariamente intervêm.

As entrevistadas explicaram as desigualdades explicitadas anteriormente, pela capacidade biológica que as mulheres têm em gerar crianças e a toda a concepção que circunda o cuidado do/a outro/a e que acaba por ser utilizado por discursos tradicionalistas como uma forma de continuação da desigualdade de género. Ao longo

de toda a análise, são identificados aquilo que a literatura aponta como “estereótipos de género”, pois é reconhecido pelas entrevistadas a confiança que a sociedade tem nos homens e, por isso, lhes reconhece mais competência para assumir cargos de responsabilidade e funções diferenciadas das mulheres. “É na área da tomada de decisão que o crescimento da presença das mulheres se tem produzido a um ritmo mais lento” (retirado de www.cig.pt). Esta situação acaba por se traduzir numa continuidade da estruturação da sociedade mediante o sexo, evidenciando e autonomizando o sexo masculino e limitando o sexo feminino ao desempenho estereotipado de comportamentos. Por seu turno, esta situação contribui para que as mulheres assumam funções plurais e continuem a ter “duplas jornadas de trabalho”.

Quando explorada a recorrência aos serviços sociais, foi-nos referido que quem mais procura estes serviços são as mulheres. Referencia-se a este propósito Pereirinha, et al. (2007: 45) “A pobreza no feminino foi concebida não só em função da ausência ou escassez de recursos económicos (pobreza monetária), mas também em termos da privação que pode estar associada à especificidade da mulher.” Sublinha-se o facto de a pobreza/exclusão atingir mais mulheres, explicando-se deste modo o porquê da sua representação maioritária nos serviços de apoio. O que nos demonstra, em outro prisma de análise, que parte da população continua a reconhecer nas mulheres maior apetência para demonstrar as suas dificuldades. Esta situação acaba por favorecer os homens, que caso não sejam envolvidos na intervenção, continuam a reconhecer nas mulheres maior apetência para o desempenho desta *performance* favorecendo aos homens a continuidade do seu papel de poder e autonomia.

As entrevistadas reconhecem lidar com desigualdades de género, embora, não fique claro como o fazem. Este reconhecimento reforça a necessidade de aprofundamento da análise do papel do Serviço Social, enquanto uma das profissões que maioritariamente lida com populações em situação de pobreza e exclusão social, tornando do nosso ponto de vista esta análise fundamental para a compreensão desta temática.

Quando olhamos para o próprio Serviço Social, na sua emergência e actualidade, observamos que a maioria das/os profissionais são mulheres. Para as entrevistadas, o facto do Serviço Social ser maioritariamente composto por mulheres, está ligado com factores inerentes à sua emergência tal como é o caso da ligação à burguesia, e à igreja católica. Na altura, apenas as mulheres burguesas puderam aceder ao desempenho de

uma profissão externa ao domínio familiar, o que nos induzia que já na altura a desigualdade não se distribuía equitativamente pelos vários estratos sociais. Contudo, de acordo com o que discutimos no capítulo 3, e em complemento com a análise das entrevistadas, as mulheres assumiram as profissões de “cuidado” como forma de extensão do lar para o espaço público, pois a própria socialização as conduzia e lhes dava a segurança, para o desempenho de funções de “cuidado” já praticadas no seio familiar.

O peso histórico do Serviço Social, aparece traduzido entre as entrevistadas enquanto profissão com emergência ligada à religião católica. Este factor poderá ter acorrentado o Serviço Social, ao reconhecimento enquanto profissão caritativa e humanista e por esses motivos mais comumente afecta às mulheres. Tal como reflectido no capítulo 2, relativamente aos estereótipos de género e, no capítulo 3 reconhecia-se o Serviço Social como uma extensão da família. Esta situação poderá induzir alguma confusão entre aptidões técnicas e características pessoais, para o exercício da profissão (veiculando discursos de que as mulheres têm mais predisposição para o desempenho do Serviço Social, devido às suas características emocionais e biológicas).

Relativamente à construção de práticas igualitárias denota-se por vezes um enviesamento na sua apreensão, designadamente por pensarmos que as práticas igualitárias se constroem apenas pelo facto, de se construírem intervenções direccionadas para mulheres e não pelo envolvimento de ambos na intervenção. O Serviço Social Feminista defende na actualidade, a presença igualitária na intervenção de homens, mulheres e crianças, contribuindo deste modo, para um efectivo envolvimento partilhado na intervenção e afastando lógicas estereotipadas que associam a mulher à dependência, e à submissão.

A implementação de práticas igualitárias é dificultada, segundo as entrevistadas devido a constrangimentos institucionais. Referindo que, o excesso de intervenção imediatista, impede a reflexão qualitativa e intensa que as situações carecem, e que permitem a construção de uma intervenção estruturada, planeada e igualitária. Género, ainda não é uma dimensão de interesse, dentro da prática profissional, apesar de ser uma dimensão que nos diz respeito, a todos/as nós. De uma maneira geral, a categoria género, associada à profissão de Serviço Social, tem sido pouco analisada do ponto de vista teórico, contudo, assiste-se a um crescente interesse nesta área.

O entendimento de género encerra-se como um dos componentes essenciais para a compreensão do Serviço Social, já que inicialmente esta profissão era apenas destinada a mulheres, mantendo a profissão com a sua composição maioritariamente feminina quer pela via das profissionais quer pela via dos públicos destinatários da intervenção social. As reflexões sobre a história do Serviço Social demonstram e tornam-se relevantes na medida em que o Serviço Social surge como alternativa profissional para as mulheres, numa altura em que os padrões socioculturais patriarcais eram predominantes. Neste sentido, pode dizer-se que o campo profissional do Serviço Social vem ao encontro da missão atribuída as/aos cristãs/aos, uma vez que as mulheres poderiam agir profissionalmente como cristãs, sem ter que necessariamente alterar a dinâmica doméstica da qual eram responsáveis.

Por outro lado, foi também recolhido das entrevistadas que a profissão de Serviço Social, tal como outras no âmbito das ciências sociais, por não ser reconhecida como profissão de importância para o desenvolvimento da sociedade, não se torna apelativa para os homens, os quais são compelidos pela sociedade para o desempenho de profissões de relevância instrumental. O Serviço Social é apenas um exemplo de profissão feminizada, à semelhança de outras profissões, o que nos leva a reflectir na capacidade da sociedade estruturar e delimitar apetências de acordo com o sexo. Tal como referido no capítulo 2, a própria sociedade estrutura as posições sociais e profissionais. Estes constrangimentos são veiculados pela sociedade em geral, pois tal como vimos no capítulo referido acima, a desigualdade é criada a nível pessoal, cultural e estrutural. A título de exemplo, salientamos o referido pelas entrevistadas, no sentido em que as entidades empregadoras acabam, por dentro dos/as Assistente Sociais, escolher aqueles que são homens para a intervenção com populações consideradas mais “perigosas”. Esta situação potencia um estatuto de inferioridade e incapacidade da mulher, face a situações mais complicadas, e a áreas de intervenção de foro familiar, tal como o cuidado de crianças e idosos/as.

É reconhecida por algumas entrevistadas, maior “sensibilidade” nas mulheres para o desempenho da profissão. Estas percepções têm consequências explícitas a nível pessoal mas também em relação ao papel reconhecido/deixado para as mulheres profissionais. Aquilo que está em causa é o facto de as pessoas do sexo feminino, concretamente, as que pertencem à profissão de Serviço Social, principalmente pelas características que

lhes são associadas, acabarem por ser diferenciadas na própria prática profissional. De alguma forma, isto poderá ser explicado, pela nossa presença numa sociedade desigual quanto ao género, caso contrário, como explicaríamos o facto de os homens Assistentes Sociais assumirem cargos e áreas de intervenção diferenciadas em relação às mulheres?

Por outro lado, ressaltaram ainda que, enquanto mulheres profissionais, têm alguma dificuldade na intervenção com homens. O que poderá ser compreendido à luz do enquadramento teórico que nos elucidou sobre o peso da educação transmitida a grande parte dos homens coopera na formulação de estereótipos, envolvem os homens em pensamentos que os compele por um lado, a não demonstrar a sua fraqueza ao recorrer apoio externo e, por outro lado, corroboram a característica de “reserva” em relação à sua vida e à capacidade de permitir na desconstrução de pensamentos, sem afectar a sua masculinidade.

No que se refere aos espaços privilegiados para a apreensão da aprendizagem sobre as questões de género, as entrevistadas, salientam o lugar privilegiado da prática profissional. Este factor poderá ser explicado, dado que a formação académica das várias profissões sociais em geral e do Serviço Social em particular, tem cariz generalista e, apesar de conter um espaço de inserção na realidade (estágio curricular), este poderá ser insuficiente para apreensão de uma questão tão subjectiva. O conhecimento sobre o significado de género é imprescindível para a intervenção de Assistentes Sociais, pois só desta forma podemos perceber que os papéis de homens e mulheres não se constroem ao seu sexo, mas sim àquilo que socialmente podem/conseguem fazer. Acreditar na mudança pessoal e social como um dos pontos preponderantes na nossa intervenção, pressupõe não acreditar que determinados comportamentos sociais são determinantes porque têm causas na biologia pois, caso isto aconteça, dificilmente trabalhamos para a sua mudança/desconstrução, acabando por reproduzir a sua continuidade. Segundo Thompson (1998,38), um desafio para os Assistentes Sociais, passa por lutar por um maior grau de igualdade através das suas acções diárias. Porque muitas vezes os serviços sociais envolvem-se num exercício de poder, com pessoas “sem” poder. Deste ponto de vista, necessita ser desenvolvida uma prática profissional que enfrente a desigualdade, opressão e discriminação também de género, fora e dentro da própria profissão. As/os assistentes sociais devem desenvolver

um discurso anti-discriminatório e anti-opressivo, como uma maneira de assegurar que as desigualdades são conhecidas e enfrentadas por formas mais efectivas.

A maioria das entrevistadas alega que as políticas são indiferenciadas, daí não referirem como as implementam tendo em atenção as questões de género. De facto, a implementação de políticas sociais implica uma apropriação crítica de forma a adequá-las às necessidades e combater a desigualdade. Tal como vimos no capítulo 2, se as políticas tendiam a ser homogeneizantes, tornava-se complicado fazer com que estas, enquanto elo fundamental da prática profissional, promovessem igualdade. Várias foram as propostas para uma possível reconceptualização das práticas profissionais, apontadas pelas entrevistadas, que passaram por:

1. Criar espaços de reflexão e debate sobre esta temática;
2. Melhoria da formação inicial no tocante às questões de género;
3. Necessidade de consolidar de forma sistemática, informada e diferenciada as práticas profissionais, sob pena da descredibilização face a outras profissões;
4. Reflexão acerca das campanhas de sensibilização que acabam por propagar a construção de estereótipos de género;
5. Fomentar a intervenção com equipas multidisciplinares;
6. Participação na formulação das políticas sociais, o que permitiria uma maior adequação à realidade na qual trabalham;
7. Criação de gabinetes para intervenção com os agressores e não só com as vítimas;

Esta análise corrobora a linha de pensamento defendida pelo Serviço Social feminista, que se propõe olhar a realidade social através de uma perspectiva de género. Não é nosso objectivo radicalizar esta visão profissional, mas sim apelar ao colectivo profissional para a necessidade de ampliação do seu espectro de análise, não só as questões de pobreza e exclusão social, no que concerne à privação económica, mas reflectir que esta atinge mais uns grupos do que outros, e que a prática profissional poderá ter de se preparar para estas análises.

Considerações Finais

Quando nos propusemos elaborar uma dissertação na área do Género fizemo-lo tendo em conta o facto de as desigualdades entre homens e mulheres sempre nos terem falado directamente. A nossa caminhada de curiosidade continuou quando nos deparamos com um curso maioritariamente frequentado por mulheres e depois, na prática profissional, com uma profissão maioritariamente procurada por mulheres.

Este foi um percurso repleto de aprendizagem/ desconstrução, crescimento/questionamento de um universo que se apresentava cheio de verdades que pareciam inquestionadas. Este estudo foi construído, tendo por base a cooperação de Assistentes Sociais, que se dispuseram a uma reflexão conjunta sobre as suas percepções de género e a sua tradução nas práticas profissionais. O percurso de análise dos discursos das profissionais entrevistadas não poderia ter sido mais estimulante.

Contudo, quando iniciámos este percurso uma das maiores dificuldades com que nos deparamos foi tornar audível algo que continua a ser considerado do foro íntimo e subjectivo. Hoje, findo este percurso de descoberta, podemos dizer que se é objectivo do

Serviço Social tornar a sua prática profissional igualitária, teremos que reflectir enquanto pessoas na consciência que possuímos sobre o género e na forma como inconscientemente podemos naturalizar, as desigualdades de género.

Com este estudo pretendemos trazer para o Serviço Social uma reflexão crítica sobre a construção dos discursos genderizados que, povoando a nossa vida em sociedade, atingem também as práticas profissionais, nomeadamente no campo de intervenção do social. O Serviço Social, e mais concretamente através da perspectiva feminista, constitui-se como uma proposta de alteração dos objectivos, dos comportamentos e crenças inerentes à prática profissional. Assume a experiência das mulheres como o ponto de partida para a sua análise sobre mundo. Embora possa ancorar-se nos pensamentos gerais do feminismo, como é exemplo o princípio da igualdade e da justiça social, não visa radicalizar e superiorizar estes pensamentos, ostracizando outros. O Serviço Social feminista não se debruça apenas sobre os factores que convergem para a inferioridade/vulnerabilidade da mulher, mas cruza a sua análise com a classe e a etnia. Defende estratégias conjuntas de combate à opressão, na medida em que não exclui os homens. Preconiza mais do que transformações nas metodologias, nos princípios, objectivos e ideologias, tornando mais compreensível o conhecimento e formas de combater o(s) poder(es), desigualdade(s) e fundamentos para a sua presença na sociedade actual.

Pensar o Serviço Social na actualidade impõe-nos uma reflexão holística que inclua questões individuais, estruturais e globais, apontando cada vez mais para uma reflexão sobre a forma de intervenção numa sociedade onde diariamente novas problemáticas emergem. Esta situação remete os e as Assistentes Sociais a responsabilidade profissional e institucional de formação e informação constante para poder contribuir para a mudança social.

Assim, e convergindo com a panóplia de propostas expostas pelas entrevistadas para a reconceptualização da intervenção do Serviço Social, salientam-se duas áreas: a **reconceptualização formativa** e a consequente **reconceptualização da prática profissional**.

Apesar do pendor atribuído à **reconceptualização formativa** sabemos que o percurso educativo não se confina apenas àquele que é veiculado pela via formal, contudo, somos

da opinião que ao iniciarmos o nosso percurso formativo formal, alguns mitos e crenças, à luz dos quais somos educados/as, poderão ser questionados. Vários são os factores que compõem a reconceptualização formativa:

- Incluir nos currículos pedagógicos, desde a infância, linhas de pensamento e actividades pedagógicas que preconizem a igualdade;
- Cooperar para que a desigualdade entre os homens e as mulheres não se aprofunde, através do estudo sobre a temática e, a utilização do mesmo para o desenvolvimento de estratégias que contribuam para a redução das desigualdades de género;
- Lançar novos olhares sobre a dinâmica dos conceitos, valores, envolvendo inclusive a postura do corpo profissional em geral, mas também das/os docentes de Serviço Social (rompendo com a ideia de professores/as monoculturais e implementando professores/as multiculturais);
- Imprimir na formação académica um papel de activismo social, repleto da constatação de novas práticas profissionais, eventualmente passíveis de minimizar os impactos da desigualdade;
- Inovar a formação profissional, permitindo aos/às profissionais que se encontram há muitos anos arreigados de formação a possibilidade de desconstruírem pensamentos discriminatórios (formação ao longo da vida);
- Revalorizar a investigação em Serviço Social, designadamente a que dá conta das desigualdades de género;

Assumindo que uma das preocupações centrais deste trabalho é contribuir para o desenvolvimento da forma como concebemos e implementamos a prática profissional, e assumindo que a mesma só é possível estando concretizado o primeiro eixo abordado anteriormente, propomos uma **reconceptualização da prática profissional**, através de:

- Revisitar as práticas profissionais do Serviço Social através da auto e hetero reflexão sobre estereótipos de género;
- Assumir que as intervenções neutras em relação ao género têm um potencial reprodutivo de desigualdade;

- Reflectir princípios internos da profissão, pois pelo facto de trabalharmos maioritariamente com mulheres poderá, no espaço doméstico e noutros espaços, contribuir para a continuidade de uma postura subalternizada das mesmas;
- Consolidar e manter sob escrutínio as normas éticas profissionais designadamente através do código de ética;
- Cooperar no desenvolvimento de processos de *mainstreaming de género* permitindo deste modo, que as políticas sociais que comandam grande parte da intervenção social, quer através das leis institucionais, quer das medidas de política social que visam o combate à pobreza e exclusão social, não aludam mas enfrentem a desigualdade de género;
- Contribuir para o reajustamento das políticas sociais, através da criação de documentos criados por colectivos de profissionais que reconheçam as angústias e expectativas dos/as profissionais que lidam directamente com as políticas sociais, tendo em vista a reformulação das mesmas;
- Demonstrar a necessidade de introduzir na linguagem as preocupações de género, chamando ao discurso homens e mulheres;
- Promover o diálogo constante entre teoria e prática e prática e teoria;
- Valorizar a discussão de casos e o cruzamento de várias metodologias.

Este estudo propôs-se estreitar a relação do Serviço Social com o Género, daí que não damos este percurso por terminado, mas sim por iniciado, visto que todos os dias poderemos apreender e reconhecer nesta categoria potencialidades e constrangimentos diferenciados que apenas enriquecerão a prática profissional. Ao inserir e promover estudos de género, o/a Assistente Social poderá ser estimulado/a para a criação de estratégias na própria dinâmica social, visando a emancipação e a efectivação, tendo como âncora os direitos humanos. Queremos com isto dizer que faz parte da integração de todos e todas enquanto membros de uma sociedade desigual, possuir pensamentos assimétricos que se camuflam e até ocultam de forma diferente. Enquanto profissionais cumpre-nos desenvolver o esforço de cooperar no desafio de lutar em prol da igualdade de género e de uma cidadania paritária.

Referências Bibliográficas

Alastair, Christie (2006). Negotiating the uncomfortable intersections between gender and Professional identities in Social Work. *Critical Social Policy*.Vol.26, de <http://gas.sagepub.com>.

Andrade, Marília (2001). Campo de Intervenção do Serviço Social: Autonomias e Heteronomias do Agir. *Revista Intervenção Social* nº23/24. Lisboa: ISSSL.

Andrade, Marília (2005). Serviço Social: campo de intervenção e protagonista do agir. In *Estudos do Serviço Social Brasil e Portugal* nº2. São Paulo: EDUC – PUC/SP.

Anselmi, Dina L. & Law, Anne L. (1998) Questions of Gender. Perspectives and Paradoxes. (pp.483-492). Boston: MacGraw – Hill.

Araújo, Helena (2002). Há Já Lugar Para Algum Mapeamento em torno de Género e Educação? “Uma tentativa exploratória”. Investigar em Educação - Revista da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. 1. (pp.101-146)

Belanger, Elaine (2000). Políticas Sociais e os Trabalhadores Sociais no Contexto da Globalização e da Transformação do Papel do Estado: Apelo a uma Cidadania Activa e a uma Vitória à Altura, In Mouro, H. e Simões, Dulce (Coords.) 100 Anos de Serviço Social. (pp.295-311). Coimbra: Edições Quarteto.

Bogdan, Robert, Biklen, Sari (1994). Investigação Qualitativa em Educação - Uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora.

Bourdieu Pierre (Coord.) (1993). A miséria do mundo. 3ªEdição. Brasil: Editora Vozes

FIAS (2001). Ética no Serviço Social – Declaração de Princípios, de www.apross.pt.

Crespo, A.I., Ferreira-Monteiro Ana, Couto Galhardo Anabela, Cruz, Isabel, Joaquim Teresa (ORG.) (2008). Variações sobre sexo e género. Horizonte. Coleção: A Mulher e a Sociedade

Dominelli Lena (2004). Social Work Theory and Practice for a Changing Profession Cambridge: Polity Press.

Dominelli Lena (2002). Feminist Social Work Theory and Practice. Cambridge: Polity Press.

Dominelli Lena (2007). The Postmodern ‘Turn’ in Social Work: The Challenges of Identity and Equality. Social Work & Society. Volume 7, de <http://www.socwork.net>.

Francine, Deutsch (2007). Undoing Gender. Gender & Society. Vol. 21 N. 1. de <http://gas.sagepub.com>.

Fook, Jan, Fawcett Barbara, Featherstone Brid, Rossiter, Amy (2000). Practice and Research in Social Work – Postmodern feminist perspectives. London: Routledge

Fook, Jan (2002). Social Work: Critical Theory and Practice. London: Sage

Foucault, Michel. (1998). As palavras e as coisas – Uma arqueologia das ciências humanas. Lisboa: Edições 70

Giddens, Anthony (2002). Sociologia. Lisboa: Fundação Calouste de Gulbenkian.
Guerra, Isabel (2006). Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo - Sentidos e formas de Uso. Estoril: Principia Editora.

Iamamoto, Marilda (2005). As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. Trajetória e desafios, Boletín Electrónico Surá 107: Escuela de Trabajo Social - Universidad de Costa Rica.

III Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género (2007-2010).

Lima, Licínio (2004). Educação de Adultos Fórum III. Braga: Universidade do Minho Unidade de Educação de Adultos.

Lima, Licínio (2007). Educação ao longo da vida: entre a mão direita e a mão esquerda de Miró. São Paulo: Cortez Editora.

Lourenço, Sandra (2004). Género e os nós da formação profissional. Apresentação realizada no VIII Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais CES

Macloed, Eileen & Dominelli, Lena (1989). Feminist Social Work. London: Macmillan.

Martins, Alcina (1995). Génese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português – Escola Normal Social de Coimbra. Revista Intervenção Social nº11/12. Lisboa: ISSSL.

Martins, Alcina (2003). Women in the history of Social Work in Portugal. In Hering, Sabine & Waaldijk Berteke, (eds.), History of Social Work in Europe 1900-1960 - Female Pioneers and their Influence on the Development of International Social Organizations (pp.177-186). Vs Verlag: Germany.

Martins, Alcina (1996). Serviço Social e Investigação. Serviço Social – Profissão & Identidade – Que trajetória. Lisboa/São Paulo: CPIHTS/Veras

Martins, Alcina (2002). Investigação em Serviço Social: perspectivas actuais. Serviço Social: Unidade na Diversidade – Encontro com a Identidade Profissional. Actas do I Congresso Nacional de Serviço Social. Aveiro.

Mc Donough, Josefina (1990). Prática Política: A Face Negligenciada da Intervenção em Serviço Social. Serviço Social – Profissão & Identidade, que Trajetória? Lisboa/São Paulo: CPIHTS/Veras.

Menga, Lüdke & Marli E.D. André (1986). Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas – Temas Básicos de Educação e Ensino. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, Lda

Moreira M., Silva M., Mirales R., Lisboa T., (2006), O Lugar do género na formação da/o Assistente Social. Brasil. de <http://www.cpihts.com>.

Morin, Edgar (2002). Os sete saberes para a educação do futuro. Lisboa: Horizontes Pedagógicos.

Negreiros, Augusta (2005). A construção social de uma profissão: Serviço Social, conflito e mudança. Estudos do Serviço Social Brasil e Portugal nº2. São Paulo: EDUC – PUC/SP

Neto, et al. (1999). Estereótipos de Género. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

Neves Sofia (2008). Amor, Poder e Violências na Intimidade – os caminhos entrecruzados do pessoal e do político. Coimbra: Quarteto

Neves, Sofia (2005). A (Des) Construção dos Discursos Genderizados sobre o Amor, o Poder e a Violência nas Relações Intimas: Metodologias Feministas na Psicologia Social Crítica. Dissertação de Doutoramento. Braga: Universidade do Minho.

Nogueira, Conceição (2001). Feminismo e “Discurso” do Género na Psicologia Social, de <http://hdl.handle.net/1822/4117>

Nogueira, Conceição (2004). Ter ou fazer o género: o dilema das opções metodológicas na psicologia social. In GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima (Org.) - “Estratégias de invenção do presente: a psicologia social no contemporâneo”. (pp. 249-284). Porto Alegre: EDIPUCRS.

Nunes, Maria Teresa (2007). Género e Cidadania nas Imagens de História. Estudos de Manuais Escolares e Software Educativo. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Perista, Heloísa & Silva, Alexandra (2005). Impacto em Função do Género – Avaliação de medidas de política. Lisboa: Coleção Bem Me Quer nº10 Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

Perista, Heloísa & Silva, Alexandra (2006). Guia para o Mainstreaming de Género na Actividade Profissional e na Vida Familiar. Lisboa: Coleção Bem me Quer nº14 Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Ridgeway, Cecilia & Correll, Shelley (2004). Unpacking the Gender System. *Gender & Society* Vol. 18 N. 4, de <http://gas.sagepub.com>.

Romero Lucy (2006). Universidad Trabajo Social y Género. Una deuda pendiente. *Boletín Electrónico Surá* 115. Escuela de Trabajo Social - Universidad de Costa Rica.

Saavedra, Luisa (1997). Assistentes sociais, engenheiras e taxistas: uma análise dos estereótipos do género. Universidade de Lisboa. Departamento de Educação.

Santos, Boaventura S. (1995). A construção multicultural da Igualdade e da Diferença. Rio de Janeiro: Palestra Proferida no VII Congresso Brasileiro de Sociologia

Santos, Boaventura S. (org.) (2001). Globalização: fatalidade ou utopia?. Porto: Edições Afrontamento.

Santos, Boaventura S. (2007). Um discurso sobre as ciências sociais. 15ª Edição. Porto: Edições Afrontamento.

Santos, Boaventura S. (1989). Introdução a uma ciência pós-moderna. Porto: Edições Afrontamento.

Silva, Manuela (1999). A Igualdade de Género – Caminhos e Atalhos para uma Sociedade Inclusiva. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

Spicker, Paul (1995). *Social Policy – Themes and Approaches*. Great Britain: Prentice Hall.

Stoer, Stephen & Magalhães, António (2005). A Diferença Somos Nós: a Gestão da Mudança Social e as Políticas Educativas e Sociais. Porto: Edições Afrontamento.

Stoer, Stephen (2001). Desocultando o Voo das Andorinhas: Educação Inter/multicultural Crítica como Movimento Social. In Stephen; Cortesão e Correia (org.) *Transnacionalização da Educação*, Porto: Afrontamento.

Thompson, Neil (1998). *Promoting Equality. Challenging discrimination and oppression in the human services*. New York/ Basingstoke: Palgrave

Veloso, Renato (2001). Mapeando a produção brasileira sobre gênero e serviço social. Boletín Electrónico Surá 61: Escuela de Trabajo Social - Universidad de Costa Rica

Vicente, Ana (2000). Direitos das Mulheres/Direitos Humanos. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

Vieira, Cristina (2006). Educação Familiar. Estratégias para a Promoção da Igualdade de Género. Lisboa: Colecção Mudar as Atitudes nº15 Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Wallerstein, Immanuel (1990). Culture as the Ideological Background of the Modern World – System. (pp.31-55). London: Sage.

Winstead, Barbara, Derlega, Valerian & Rose, Suzanna (1997). Gender and Close Relationships. Thousand Oaks: Sage.

ANEXOS

ANEXO 1 – Guião de Entrevista

A presente entrevista encontra-se inserida no âmbito de uma dissertação de mestrado em Serviço Social na Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional de Braga, Faculdade de Ciências Sociais e tem como objectivo estudar as questões de género, sua relação e expressões no campo da profissão de Assistente Social.

GÉNERO

1. O que é para si o Género?
2. Na sua opinião considera que as relações sociais entre homens e mulheres se estruturam, através de:
 - Diferenças biológicas
 - Diferenças de socialização
 - Diferenças individuais
 - Diferenças estruturais
 - Não têm diferenças

SERVIÇO SOCIAL E IGUALDADE/DESIGUALDADE DE GÉNERO

3. Quais considera serem os eixos em que a Desigualdade de Género mais se evidencia, na actualidade:
 - Tarefas domésticas
 - Representação feminina e masculina em cargos de direcção,
 - Responsabilidade sobre ascendentes/descendentes
 - Participação cívica
 - Representatividade nos serviços de apoio
4. Considera que o Serviço Social lida com questões de género? Em que níveis é que esta ligação se pode efectivar e como? (políticas sociais, práticas profissionais, práticas institucionais)
5. Qual considera ser o papel dos (as) implementadores (as) de medidas de política social, na adequação das políticas sociais, para o colmatar das desigualdades de género?

6. O que seria para si uma boa prática no campo do Serviço Social enquanto profissão amiga da igualdade de género? Conhece alguma prática de intervenção que salvguarde o critério da igualdade de género?

FORMAÇÃO PARA A IGUALDADE

7. Quais considera serem os motivos que explicam o facto do Serviço Social ser uma profissão maioritariamente representada por mulheres?
8. Quais os espaços que mais informam e preparam para a compreensão e intervenção nas questões de género?
9. Considera que o Serviço Social, na sua formação inicial dispõe de Formação para lidar com questões de género? (teórica/prática)
10. O que gostaria de propor que pudesse melhorar as práticas profissionais neste domínio?

ANEXO 2- Transcrição das entrevistas

ENT. 1

1. Isto é muito difícil nunca tinha reflectido sobre isto...

Género masculino – homem

Género feminino – mulher

2. Um bocado de cada, mais pendor socialização e na dimensão estrutural como das políticas sociais de discriminação positiva, se as políticas sociais abrangentes funcionassem não teríamos necessidade de fazer políticas concretas para as mulheres, considero que aquilo que mais determina as relações entre homens e mulheres, porque a educação que damos a rapazes é diferente da que damos a raparigas, e isso depois condiciona o seu dia-a-dia.
3. Considero que se evidencia um pouco em todas as áreas apresentadas, porque estão todas interligadas, se por um lado as mulheres estão socialmente incumbidas das tarefas domesticas, isto acontece porque os homens têm assumido mais cargos de direcção ou de gestão, uma mulher para pensar em ter uma vida em cargos de direcção tem que estar mais liberta das responsabilidades familiares.
4. Sim muitas vezes o serviço social lida com as questões de género mais na interacção com grupos de risco como o caso das mulheres, nas políticas sociais infelizmente não temos uma grande ligação, como na desigualdade do trabalho o serviço social não tem ligação...mas também não sou grande conhecedora...a desigualdade de género do nunca foi falada na minha formação...o serviço social é muita coisa...não há muita sensibilidade no serviço social, lidamos mais com grupos desfavorecidos, como alcoólicos, absentismo laboral, nunca na conciliação entre vida familiar e profissional...mas não estou muito certa porque nunca tinha pensado nisto....
5. As políticas sociais que existem e que o serviço social está mais habituado a implementar não são voltadas para a igualdade de género, por exemplo o rsi tem mais titulares mulheres mas isso não significa nada...
6. Por exemplo o CISE utilizou o critério da discriminação positiva, pois como é uma comunidade de inserção para mulheres alcoólicas, pensou-se nas consequências que o alcoolismo traz às mulheres, pela percepção que a desestruturação familiar se acentuava, por isso se intervir com mulheres, o grupo

das mulheres estava mais desprotegido (paralelamente são todas vítimas de violência doméstica e têm filhos em risco) porque o papel assumido anteriormente tradicional pelas mulheres não era alcoolismos mas com o aparecimento do síndrome alcoólico fetal, considerou-se que tendo em conta que as mulheres geram os filhos lhes transmitem as consequências das suas escolhas, o que para nós era fundamental intervir...

7. Muito ligado às senhoras do bem-fazer, ajuda aos pobres, uma componente muito religiosa na profissão, e as mulheres assumiram esta função porque não tinham trabalho, mas principalmente explico por a socialização da mulheres ser mais direccionadas para as questões domésticas, contudo sabemos que quando os homens iam para a guerra as mulheres assumiam a responsabilidade...A grande maioria das funcionárias quer técnicas quer auxiliares na área social são mulheres.
8. Na disciplina de religião e moral tinha uma professora da área da filosofia que abordou as questões da igualdade, as relações afectivas, no trabalho surgiu a hipótese de uma formação na (...) mas não fui...
9. Não nem preocupação com esta área, estagiei na área de trabalho e empresa e é ridículo mas nunca falei sobre o género, porque agora vejo que existem diferenças salariais entre homens e mulheres, e nunca abordamos isto no seminário de estágio o que me parece agora errado.
10. A formação inicial tem que fazer esta abordagem ate porque muitas Assistentes Sociais vão ser dirigentes de IPSS, os presidentes são homens, quem faz são assistentes sociais mulheres quem manda são homens, as trabalhadoras saio mulheres, trabalhamos com muitas mulheres, esta situação surge como inevitável e é transversal a qualquer situação. Uma proposta seria criar um serviço de apoio à família não tradicional, com horários flexíveis, mas que reactivasse redes de solidariedade informal, pois vivemos um aprofundamento do individualismo.

ENT.2

Nunca pensei muito acerca do género....

1. Mas género feminino e género masculino? O feminino tem determinadas características quer em termos físicos quer em termos psicológicos, mas a diferença entre os dois é em termos biológicos. Como as enfermeiras, penso

mais em termos biológicos as diferenças, psicológicas nas mulheres somos mais humanas, homens mais sérios, mulheres mais intuitivas, homens mais dedutivos, um homem menos comunicativo, uma mulher é mais, a nível profissional algumas sintomatologias que o homem difere da mulher, o homem é mais queixoso a mulher é mais forte. Cancro da mama percentagem inferior nos homens e fazemos mais campanhas para mulheres.

2. Mais biológicos, mais individuais propriamente.
3. Mais tarefas domésticas menos por educação por responsabilidade dos pais; cargos de direcção não, maior parte das mães são encarregadas de educação, a participação cívica é igual, no serviço social são mais mulheres.
4. Lida a nível estatístico, faço a distinção, em relação a violência doméstica mais mulheres, no centro de saúde temos mais actividades para mulheres planeamento familiar, saúde materna, preparação para o parto, trazem os filhos, a nível da profissão lidamos a todo o momento, as políticas são indiferenciadas.
5. São indiferenciadas, não vejo distinção.
6. Trabalho com apoio social, tanto com homens e mulheres, não conheço nenhuma prática.
7. Tem a ver com implementação do serviço social com os primórdios associado à caridade, aquelas senhoras que prestavam solidariedade; damos nobreza porque as mulheres temem um papel, têm mais apetência mais sensíveis tem mais compaixão para ajudar, é inato às mulheres.
8. Na faculdade reflectimos sobre género mas nada de especial, no dia-a-dia interesse pessoal.
9. Sim na sua história falamos no feminino.

10. Reuniões de reflexão com as colegas sobre o tema.

ENT.3

1. Diferenças entre feminino e masculino, homens e mulheres.
2. Biológicas condiciona em algumas coisas, a nível funcional estrutural biológica não leve em conta, a única diferença a nível de tratamento é igual.

3. Desigual em tudo mas mais na participação cívica embora todos estejam ligados, a simples família é o homem e a mulher e de uma forma natural assume a liderança o homem.
4. Sim trabalhamos infelizmente a todos os níveis a parte feminina tem sempre inculcado que nem sempre conseguem a nível superior os homens. Temos que fazelos perceber que é uma limitação
5. Tem muito que se lhe diga...temos que lutar cada vez mais por isso é uma obrigação não somos mais mulheres no serviço social não estamos muito virados para isto mas não lutamos para isto, é importante escrever e reflectir e isso influencia as políticas sociais, o principal muda a pratica no terreno e passa para o exterior e em conjunto chegamos a uma medida de política mais adequada.
6. Enquanto que as direcções ao virem as coisas de forma diferente, mais técnicos a trabalhar a fundo porque não conseguimos, não temos recursos, centramo-nos nos problemas imediatos e não conseguimos entrar em dimensões como as questões de género, tal entrarmos nesta dimensão precisaríamos de equipas multidisciplinares, um trabalho articulado e um trabalho sustentado.
7. Sensibilidade feminina, não estava visível porque o serviço social desde a sua origem lida com camadas mais desconhecidos, falta visibilidade trabalhos de investigação de terreno que dêem visibilidade a prática, se o serviço social fosse uma profissão valorizada não seria só de mulheres.
8. Os serviços já começam a surgir mais preocupações com a igualdade na intervenção social.
9. Sim estudamos práticas para intervir na sociedade mas exactamente para esta questão não.
10. Articulação, equipa multidisciplinar, trabalho intensivo, não íamos ter tantos conflitos na CPCJ, dávamos um contributo maior.

ENT.4

1. Género homem e mulher? A nível profissional trabalhamos com os homens que são sempre mais práticos, astutos, as mulheres são mais mimalhas, pela evolução do conceito de mulher os homens como estão mais habituados a lidar com o exterior são mais práticos embora não se generaliza.
2. Sim a socialização é diferente, as diferenças biológicas são evidentes, as individuais não, depende da educação onde estivemos inseridos, meios mais fechados ou mais abertos, há diferenças do litoral para o interior, por exemplo

em Guimarães a desigualdade não era nenhuma têm um valor mais alto que era serem vitorianos.

3. Nos cargos de direcção ou nas tarefas domésticas.
4. Não lidamos depende das situações um homem tem certas coisas que não se consegue transmitir, é mais custoso a mulher chora logo. Neste momento tanto o homem como a mulher é quase igual a procurar os serviços. Nem há medidas de discriminação positiva para mulheres, não há apoio a vítima para homens, no que concerne ao rsi é igual para homens e mulheres.
5. Assim podemos adequar, se for homem maltratado não temos casa abrigo, a nível cultural, a igualdade somos nós que a fazemos.
6. Regulação do poder paternal, a guarda é dada a mãe o exercício em conjunto abre o princípio da igualdade nunca descorar o papel de pai e de mãe, não devia ter em termos de definição devido a conflitos Boa Pratica é o exercício comum.
7. Começou com a formação em conventos e a partir dai a sua maioria feminina, os homens por desconhecimento e a nível cultural há mais trolhas, carpinteiros como homens e principalmente pessoas da teologia nesta área.
8. Eu não actuo de diferente maneira por ser homem ou mulher, na definição da regulação de poder paternal é difícil decidir.
9. Não dispomos, a nossa formação não dá para nada.
10. Não consigo ter nenhum complexo, para mim a pratica é indiferenciada, a única diferença pode ser na intervenção em estabelecimentos prisionais, porque os homens que estão privados da sua liberdade quando vêem uma mulher não fazem distinção se é profissional ou só mulher.

ENT.5

1. Não me dizia nada...

Mas se é o sexo feminino ou masculino?

Na minha altura não se estudou nada disto...olhe não sei...

2. Trabalho muito com as pessoas, noto que as diferenças biológicas, de socialização e individuais são mais relevantes, na minha prática vê-se muito a socialização, papel de mãe dona de casa, marido traidor que julga que pode fazer tudo...contudo as mulheres podem ser mais manipuladoras, verifico muitas famílias monoparentais, cada vez ganham mais consciência do seu papel e se sentem magoadas com a troca de parceiro.
3. Serviços de apoio, mais mulheres pela situação em si ou pelo divorcio, como o marido trabalha quer este rendimento para ela...aqui há de tudo, já se vê muitos homens a fazer as tarefas domesticas, os homens começaram a assumir este papel..a maternidade continua a proteger muito os rapazes, porque não aprendem a dividir as tarefas, nos cargos de direcção vê-se mais homens, tem tradição masculina, os presidentes de junta são homens, penso que há mais confiança nos homens, as mulheres são mais conflituosas, muito a ver com as tarefas domesticas tratam dos filhos levam a mãe ao medico, e com os descendentes a mesma coisa...na participação cívica vê-se mais mulheres no voluntariado não tanto os homens.
4. Práticas profissionais e práticas institucionais pomos de lado porque não temos tempo para reflectir sobre isto, é dar resposta, não paramos...quando há um homem na equipa consegue chegar a cargos superiores, acabamos por lidar ao analisar a situação temos que ver este prisma também mas mais em termos teóricos porque não temos tempo para pensar se é homem ou mulher...as mulheres têm mais tendência para cuidar dos filhos, nas políticas sociais não há nada, no serviço social não há nada...
5. Esta na nossa mão alterar onde estão os problemas e potenciar mas as políticas vêm de cima.
6. Em termos do emprego...tínhamos a (...) trabalhava esta questão feminina, eram relatos das mulheres, a igualdade de oportunidades.
7. Tem a ver com a historia/origem muito relacionada com a assistência, hoje em dia não tem nada a ver com a mulher conseguir melhor lidar com o outro, mas há algum estigma porque quando há homens na profissão procuram cargos

diferentes, como no início ainda se aprendia a bordar achavam mariquinhas...é um estigma.

8. Foi naquela experiência da (...), acções de formação não faltam mas não se localizam aqui.
9. Na minha altura não muito da prática, não me recordo de ninguém ligado a isto...
10. Não sei...

ENT.6

1. Nunca parei para pensar nisto...falamos sempre no ela no ele...mas penso que seja uma identificação ao sexo feminino e ao masculino.

2. Há muitas diferenças, biológicas, de socialização, individuais e até estruturais, nos biologicamente somos diferentes temos funções diferentes que nos são ensinadas na socialização, acho que tem muito a ver com a nossa cultura com a nossa maneira de estar, a nossa formação pessoal, mas não sei isto põe-nos a pensar...

Estruturais?sim penso que a sociedade também fomenta a desigualdade, mas a população com que trabalhamos não reconhece esta realidade, mulheres que vivem em contextos sócio económicos baixos, com precariedade laboral, estão mais propensas a viver desigualdades de género.

1. Na representação em cargos de direcção as mulheres estão em minoria não entendo muito bem os homens ainda têm o preconceito que por a mulher ter filhos, tem mais peso e por isso menos disponibilidade, o homem consegue estar mais focado nos objectivos, as mulheres tem muito mais responsabilidade pelos filhos, apesar de já existirem homens a fazer-lo o que ainda é uma minoria, como por exemplo licença de paternidade quantos fazem isso?nas tarefas domesticas na população com quem trabalhamos não há de todo divisão as mulheres assumem tudo, existe uma grande distinção. Na procura aos serviços, as mulheres vêm mais temos homens mas só vêm quando são convocados, ou quando vêm vem procurar companhia, na participação cívica penso ser mais igualitária.

2. Nós que trabalhamos com estes grupos é mais do que visível, as vezes temos mais tendência para organizar mais coisas para mulheres do que para homens, temos mais mulheres porque também são mais fáceis de encontrar, nós próprias temos poucos homens na profissão. Por exemplo coloquei um POC homem a fazer limpeza e eram as próprias colegas que me vinham dizer que não tinha jeito nenhum ser um homem a fazer limpeza, bem como a direcção, há o preconceito de que só a mulher limpa e que os homens não lidam com as crianças, as funcionárias pensam que os homens estão a invadir aquilo que é delas.

3. Podemos sempre rentabilizar, adaptar a teoria à prática, mas será que se adequa? Os profissionais têm que ser rentabilizados para olhar a realidade e agir

mediante porque muitas vezes não se adequa, o problema é que não temos tempo para reflectir.

4. Criar um grupo de mulheres com baixa escolaridade, isolamento social, baixa auto-estima e trabalhar as questões da cooperação, começaram a fazer tapetes de Arraiolos, os maridos vieram ver a exposição e têm sido vendidos.
5. A história da profissão assistencialismo, poucas pessoas conhecem a nossa prática, o que afugenta os homens, tem a ver com a nossa prática ser vazia não temos instrumentos de trabalho como os psicólogos, os homens que são assistentes sociais tendem a ser colocados noutras áreas como equipas de rua, prisões, trabalho com etnia cigana...as áreas relativas a intervenção familiar como é necessário mais sensibilidade mais disponibilidade os homens já não querem.
6. Quando saímos da faculdade não trazemos nada...a prática profissional é que ensina...
7. Não sinceramente não.
8. A formação é muito importante a reciclagem para podermos adaptar aquilo que aprendemos à nossa realidade.

ENT.7

1. Não é fácil definir, o que é o género, genericamente podemos considerar em termos gramaticais dois distintos, o género feminino e masculino, com características muito próprias de cada um e muito diferentes.

2. Considero que relações quer pessoais quer interpessoais na sua estruturação tem presente todos os factores, o homem e mulher são fruto das suas vivências e dos seus quadros referenciais que têm quer na sociedade, escola amigos, somos o que a sociedade nos constrói.
3. Considero que o maior peso quer consciente ou inconsciente e retiro o inconsciente fruto do papel esperado da mulher, esta mais presente em cargos de direcção e a própria sociedade espera dela como mulher mãe/esposa, os handicaps inerentes próprios da maneira de ser biológico inerente na mulher, que se retrai na progressão na vida profissional, porque considera que naquela fase da vida terá que dedicar mais atenção aos filhos e ao seu papel de mãe.
4. Em todos é fundamental o entrosamento de todos os sistemas.
5. Devíamos ser os mentores das políticas sociais de colmatar as desigualdades mas a experiência por mim vivenciada não vai nessa linha, muitas vezes nós técnicas do social somos consideradas obstacularizadores das políticas, os maus da fita, demasiado incómodos ao lutarmos pela igualdade de género, pela igualdade de oportunidades, pelos critérios de justiça e equidade, fundamentalmente mais se adequa no contexto actual, os próprios serviços públicos estão excessivamente instrumentalizados, aplica-se aquela máxima não basta nos querermos.
6. Sou muito suspeita, da minha experiência, já não consigo encontrar boas práticas, faz-me lembrar na implementação do rsi, em voga a apresentação das boas práticas, considero aquilo tão supérfluo até que ponto temos direito de nos apropriarmos de situações que se aproximam de nos para as tornarmos boas práticas?
7. Creio que isso é ancestral, não é o caso só do serviço social temos a enfermagem, as professoras primárias, as educadoras de infância, decorre das características biológicas do homem e da mulher, que são mais sensíveis, tem mais apetência para saber ouvir, cuidar para serem maternais na sua essência, os homens são mais pragmáticos, tem características muito diferentes, a mulher tem

mais capacidade de tocar vários aspectos, o homem só se consegue centrar num patamar.

8. No espaço profissional.
9. Na generalidade sim, mas na especificidade nem o serviço social nem nenhum outro curso habilita os profissionais para certas especialidades, cada vez mais a tendência é para preparar para a vida profissional num geral.
10. Considero que o serviço social que estão a desenvolver na segurança social, esvaziou-se por força de condicionalismos e que decorrem do facto de passarem a ser obrigados a partilhar o saber nunca defendi que coube-se ao serviço social o papel de mediador ou terapeuta individual/familiar mas neste momento preocupa-me porque creio que não nos é pedido que sejamos a.s., temia que o papel que cabe ao segurança social como no âmbito de intervenção das ipss não esteja a fiscalizar e a confundir com monitorizar usa-se a imagem do polícia bom. Admito que em termos formais exista mais organização nos indicadores, mas em termos humanos do contexto físico que leva as instituições a sobreviverem nada feito.

ENT.8

1. Nem sei explicar...é o masculino e o feminino nunca percebi porque é que alteraram para género, não tenho muito, conhecimento, nos próprios enquanto profissionais sobrecarregamos mais as mulheres em detrimento dos homens, ex. conheço uma associação espanhola de homens que se apoiam em situação de ruptura.
2. As biológicas são inatas que homens e mulheres são biologicamente diferentes, é visível a dificuldade que têm em relacionar-se para além do relacionamento amoroso, em situação de divórcio os homens tem mais dificuldade de ultrapassar tem que rapidamente encontrar outra mulher que faça as funções da anterior.
3. Nas domésticas penso que já não é, nos cargos de direcção também não, nos serviços de apoio mais mulheres, na participação cívica também mais mulheres, a responsabilidade sobre ascendentes recai sobre as mulheres mas sobre descendentes começa a ser partilhada.
4. Lidamos e de que maneira aparecem serviços que se responsabilizam mais pelo apoio, em situação de exclusão homens são mais irresponsáveis, é mais um filho que a mulher tem a sue cargo, é uma característica da exclusão social. Os papéis estão ainda muito espartilhados, o que torna muito difícil a intervenção, ex. mulher idosa obesa que ia ser obrigada a cumprir acções de Rendimento Social de Inserção.
5. Não podemos estar a reforçar a desigualdade agora o Rendimento Social de Inserção ajuda autonomizar a mulher, contudo porque é que nós focamos o trabalho nas mulheres e não nos homens? Agora já há equipa, poderíamos trabalhar as famílias na sua totalidade.
6. Diagnóstico em conjunto, não sobrecarregar as mulheres. Mulher sozinha filhos, e necessário deixarmos que outros profissionais entrem no trabalho. Por exemplo tive uma situação de pai sozinho, medida de colocação dos filhos no pai, caso contrário colaboramos na desigualdade.

7. Nem sei explicar, talvez pela ligação ao catolicismo, que a caridade estava ligada a função das mulheres.
8. A prática profissional, aquilo que lemos, programas que vemos.
9. No meu tempo a pobreza era o enfoque principal da intervenção, mas as mulheres são as mais excluídas.
10. Mais reflexão sobre estas questões, porque não temos muita.

ENT.9

1. Conheço o conceito, mas em concreto o que é não sei.
2. A nível social sim mas que não seja no trabalho, nas culturas, por exemplo na comunidade cigana é visível que quem manda é o homem a mulher não tem voto na matéria.
3. Nas tarefas domésticas sim, homens mandam as mulheres cumprem mas nos casais mais novos não, na representatividade em cargos de direcção acho que já não se vê tanto por exemplo aqui a directora técnica é mulher, pois...mas o presidente é homem, na responsabilidade em serviços de apoio são mais mulheres, os homens tem mais vergonha, as mulheres tem mais facilidade em pedir. Por exemplo é mais fácil negociar um acordo de inserção com uma mulher do que com um homem. As mulheres estão mais receptivas às sugestões os homens são mais reticentes.
4. Sim esta sempre presente no nosso trabalho porque tentamos que estas diferenças não sejam significativas, é a mensagem que tentamos passar.
5. O nosso papel é muito importante, mesmo no Rendimento Social de Inserção porque tentamos que estas desigualdades não estejam presentes na vida das pessoas reconheço a importância apesar da emergência de uma nova forma de utentes. Já não são as pessoas que vivem em barracas, mas em casa boas com prestações altíssimas, e pró isso reconhecem a importância do Serviço Social.
6. Ateliers de mulheres que faziam utensílios para venda como tapetes, depois houve um jantar onde as mulheres sentiam muitas diferença porque alguns homens não queriam que elas fossem, mas quando os maridos viram a exposição com aquilo que as mulheres faziam nos grupos que elas tanto desconfiavam, a nível da intervenção com homens é mais complicado.

7. Os homens impõem mais respeito, as mulheres têm predisposição para trabalhar em áreas mais sociais não pelo facto de serem mais sensíveis mas porque conseguem ver de outra maneira a realidade, porque também existem homens sensíveis só que tem uma atitude mais firme. E também porque só há mulheres e claro que na altura da escolha da profissão os colegas vão referindo não vás para ai isso é para mulheres.
8. Em concreto nunca me interessei por esta área, por exemplo no Rendimento Social de Inserção sei que lido com estas questões mais não as trabalho de uma maneira aprofundada.
9. Durante o curso nada em concreto só com a prática é que conseguimos, porque na formação não abrangemos nenhuma área em concreto, nada em específico.
10. No Rendimento Social de Inserção para desempenhar melhor a minha função que diminuíssem o número de processos e número de freguesias, ai sim já poderíamos por exemplo fazer grupos de mulheres e também com homens, acho que é uma área muito importante, que cada vez mais temos que rejeitar a ideia de que o homem é superior.

ENT.10

1. Associao ao sexo masculino e feminino, associao à igualdade/discriminação.
2. Diferenças individuais, no sentido da educação que tivemos na sua história de vida, experiencia profissional e pessoal, acaba por ir de encontro à socialização rede de pares.
3. Tarefas domésticas, ainda há muito o conceito da mulher virada para a cozinha para a limpeza.
4. Sim na violência doméstica.
5. Canalizar a informação para o nosso publico – alvo para respostas na área.
6. Tem a ver com cartazes de informação mesmo sobre questões da desigualdade, sessões de esclarecimento.
7. Emotividades, sentimentos uma vez que se associa mais a nossa profissão à caridade/assistencialismo, mas não concordo com esta ideia tem a ver com um conceito de serviço social mal formado.
8. Na prática profissional.
9. Não.
10. Não focalizar, gabinete de apoio a vítimas apenas para mulheres, mas também para agressores não só para a vítima mas também lado oposto.

ENT.11

1. Diferença entre dois sexos.
2. São as biológicas as diferenças de organismo que existe em cada um, a socialização mais na educação que é dada, mas de certa forma todas importam.
3. De certa forma todas a representatividade em serviços são as mulheres e em serviço de apoio a vítimas então a esmagadora é quase total, estagiei na APAV e só existiam 5 homens. Na responsabilidade sobre ascendentes e descendentes infelizmente são mais as mulheres e na representatividade em cargos direcção também mais homens.
4. Lida sim, políticas sociais deveriam versar sobre a área da prevenção, e debruçasse mais nas mulheres do que nos homens, por exemplo se me chegar um homem a dizer que é agredido não sei que lhe dizer, nas práticas institucionais nas casas abrigo só há para mulheres, quando por exemplo as mulheres têm filhos maiores é também difícil integrá-las.
5. Tem a ver com o que respondi, temos que usa-las para diminuir preconceitos nos mesmos fazer prevenção, os próprios cartazes só tem mulheres no HIV só são homens.
6. Uma reflexão sobre casa abrigo concretamente na necessidade de receber homens, gabinete ao agressor, tenho uma filosofia que os agressores são vítimas, temos que trabalhar baseada nas potencialidades e nunca me defraudo.
7. Em primeiro lugar porque ninguém sabe o que é o serviço social. Em segundo lugar por haver muita discriminação com o Serviço Social (assistencialismo) coração grande, mulheres mais emotivas, o que não acho que seja correcto os homens seriam bem-vindos. Uma vez numa aula estávamos a fazer muito barulho, e uma colega disse oh professor não nos leve a mal é o mal de termos

uma turma só de mulheres, e a resposta do professor foi depois não e queixem que são excluídas quando vocês mesma se auto excluem.

8. No trabalho.

9. Não.

10. Mais formação que nos habilite a trabalhar em áreas específicas, por exemplo desenvolvimento actividades na área da violência doméstica e nunca tive uma formação nesta área, vou lendo quando tenho tempo alguma coisa.

1. Tem a ver com se é masculino ou feminino.
2. As diferenças biológicas, pois homens e mulheres têm diferenças que diferem na sua forma de agir. As diferenças na socialização acabam também por existir, apesar de achar que todos os itens têm influência nas relações sociais, à exceção de não têm diferenças.
3. Sem dúvida nas tarefas domésticas, embora já se assista a alguma mudança ao longo do tempo. Em relação à representatividade, atendo mais mulheres, já vão aparecendo homens mas em menor número.
4. Sim lida, um pouco nas três vertentes referidas, mas naquilo que vou trabalhando principalmente na área da violência doméstica temos mais facilidade de resposta quando se trata de mulheres, quando temos um homem vitima que seria importante integrar numa casa abrigo é impossível porque não existem, a intervenção é mais pensada para mulheres e isto deveria ser alterado, por exemplo nem acontece só com homens se por exemplo uma mulher que vai ser integrada em casa abrigo tem um filho homem dos 14 até 18 anos é muito complicado a sua integração.
5. Mais espaços de debate sobre esta temática, mais literatura a este nível, mais pessoas a investir nesta área em mestrado, doutoramentos e mais respostas para aquilo que sentimos necessidade, também sermos ouvidos por parte de quem faz políticas porque só assim as políticas se podem adequar aquilo com que trabalhamos todos os dias.
6. Indo ao encontro ao que mencionei na área da violência doméstica deveriam uniformizar as repostas não só para mulheres mas também para homens, mas não só toda a temática social é mais remetida para mulheres do que para homens, trabalhar outra abertura com homens.
7. Vem muito da época do assistencialismo, muito representado por mulheres, mais filantropia mais caridade, realizado por senhoras de bem, não acho que seja por

mulheres terem predisposições diferentes, ate porque a entrada de um elemento do sexo masculino seria positiva, penso que estão subjacentes questões culturais, porque existem profissões mais para meninos e mais para meninas.

8. Neste momento estou a fazer formação em igualdade de género, mas sinto que ainda não aprendi muito...penso que aprendi também noutras acções de formação em que participei.
9. Sim, sem duvida, se bem que de uma forma genérica, menos explorada, mas que é abordado sim.
10. Politicas sociais que tenham mais em vista a opinião dos técnicos, mais espaços de reflexão, mais uniformização das práticas, por outro lado aprofundar na formação normas de intervenção, cada um faz aquilo que acha melhor, que acha que deve fazer. No NLI actuo de maneira diferente das diferentes colegas, outras fazem de outra forma, o que não esta bem, uma pensa de uma forma a outra pensa de outra e por isso pensa a intervenção diferente, a profissão acaba por não ter grande visibilidade e demonstrar fragilidades por isso mesmo. Apostar na ordem dos assistentes sociais.